

CIDADE
EMPREENDEDORA



Tumbó EM NÚMEROS

... Edição 2017 ...

SEBRAE

© 2017. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC

Todos os direitos reservados.

É permitida a utilização desta obra, desde que citada a fonte e sem finalidade comercial.

Conselho Deliberativo do Sebrae/SC

Presidente: Sergio Alexandre Medeiros – FCDL/SC

Vice-Presidente: Alaor Tissot – FACISC

Entidades que compõem o Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC

Banco do Brasil S.A

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Caixa Econômica Federal – CAIXA

Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI

Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC

Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – FAMPESC

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina – FCDL/SC

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – FECOMÉRCIO/SC

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR-SC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Conselho Fiscal

Titulares:

Hamilton Peluso

Fernando Pisani de Linhares

Lourival Pereira Amorim

Suplentes:

Erimar de Souza

Gilson Angnes

José Agenor de Aragão Júnior

Diretoria Executiva

Carlos Guilherme Zigelli – Diretor Superintendente

Anacleto Ângelo Ortigara – Diretor Técnico

Sérgio Fernandes Cardoso – Diretor Administrativo e Financeiro

Unidade de Atendimento Individual

Fabio Burigo Zanuzzi – Gerente

Coordenação Técnica

Diego Wander Demetrio

Edgar Macedo Junior

Mariana Marrara Vitarelli

Thatiana Isabela Colombo

Município em Números utiliza nesta publicação a solução View da empresa Feeder Consultoria.

Responsável Técnico

Cleber Borba Nascimento

Editoração e Projeto Gráfico

Áquara Comunicação Inteligente Ltda.

S491t Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/SC
Timbó em números/ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/SC. – Organizadores Cleber Borba Nascimento; Diego Wander Demetrio – Florianópolis: Sebrae/SC, 2017.

117 p.; il.; (Cidade Empreendedora)

Inclui índice

ISBN:

1. Desenvolvimento econômico – Timbó. 2. Políticas públicas. I. Sebrae/SC.
II. Título.

CDU: 338.45(816.4)





Essa base de dados possibilitará tomada de decisões mais precisas por nós gestores diante das informações atualizadas, promovendo a melhoria dos setores e serviços prestados à população de acordo com a necessidade do município, tendo como consequência o desenvolvimento de nossa cidade.

Jorge Kruger

Prefeito de Timbó



O Sebrae/SC acredita que o desenvolvimento socioeconômico de um município está diretamente atrelado às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo. Por isso, temos convicção de que a iniciativa privada e o poder público devem ser aliados na promoção de ações que consolidem as cidades catarinenses como propulsoras e facilitadoras do ambiente de negócios.

Este estudo, que contempla os dados gerais do município, assim como informações mercadológicas, sociais, econômicas e de infraestrutura, pode garantir aos gestores públicos informações fundamentais para a construção de um planejamento assertivo que busca o crescimento das empresas e o desenvolvimento social e econômico das cidades catarinenses.



Carlos Guilherme Zigelli

Diretor Superintendente do Sebrae/SC



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1 ASPECTOS GERAIS	7
1.1 Histórico	7
1.2 Indicadores Gerais.....	8
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	10
3 ASPECTOS SOCIAIS	18
3.1 Desenvolvimento Humano.....	18
3.2 Saúde	22
3.3 Educação	31
3.4 Renda.....	39
3.5 Potencial de Consumo.....	43
3.6 Segurança Pública.....	51
4 INFRAESTRUTURA.....	55
4.1 Energia	55
4.2 Abastecimento de água	56
4.3 Coleta de esgoto	56
4.4 Coleta de lixo.....	57
4.5 Telecomunicações.....	57
4.6 Transportes	58
5 FINANÇAS PÚBLICAS	59



6	ASPECTOS ECONÔMICOS	69
6.1	Produto Interno Bruto - PIB.....	69
6.2	Comércio Exterior	75
6.3	Empresas e Empregos	78
6.4	Microempreendedor Individual – MEI.....	88
6.5	Valor Adicionado Fiscal - VAF	90
7	ANÁLISE DO SETOR PRIMÁRIO	93
8	SEGMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS	98
	METODOLOGIA	104
	Convenções Estatísticas Utilizadas	112
	REFERÊNCIAS.....	113



APRESENTAÇÃO

O Sebrae/SC, por meio do Programa Cidade Empreendedora objetiva incentivar a transformação local pela implantação de políticas de desenvolvimento nos eixos de desburocratização, compras públicas, educação empreendedora, pesquisas e planejamento estratégico da gestão pública, gestão de projetos e plano de desenvolvimento econômico.

Uma das primeiras ações do Programa Cidade Empreendedora, diz respeito à elaboração do presente estudo, denominado, Timbó em Números. Iniciativa que visa – por meio da reunião de informações, dados estatísticos e comparativos – a formatação de um panorama socioeconômico para Timbó. Este é o primeiro de uma série de publicações que serão desenvolvidas pelo Sebrae/SC no âmbito do Cidade Empreendedora. Os demais volumes compreendem ao Levantamento de Oportunidades de Investimento, o Planejamento Estratégico Municipal, o Plano de Desenvolvimento Econômico e o Relatório Final.

As informações trazidas neste estudo estão lastreadas em dados secundários públicos, originários de fontes oficiais de órgãos do Governo Estadual e da União. Mais que uma compilação de dados estatísticos, Timbó em Números diferencia-se pelo estabelecimento de comparativos e análises que servem de insumos para a instrumentalização dos subseqüentes estudos e planejamentos previstos pelo Programa Cidade Empreendedora.

Visando incentivar o diálogo e o compartilhamento de esforços dos diversos agentes locais de desenvolvimento, este estudo traz um olhar para temas relevantes e de interesse da municipalidade, dentre eles: aspectos sociais, demográficos, econômicos, finanças públicas, infraestrutura e a dinâmica empresarial e do mercado de trabalho. Com esta perspectiva, este documento foi organizado em oito capítulos.

O primeiro deles, realiza uma breve introdução ao estudo por meio do estabelecimento de uma visão geral do município. O segundo capítulo avança sobre a caracterização da dinâmica demográfica de Timbó.

O terceiro, ocupa-se da análise de indicadores associados ao desenvolvimento social timboense, abrangendo aspectos relacionadas à saúde, educação, renda, potencial de



consumo e segurança pública. O quarto capítulo traz um resumo de condicionantes ligadas à infraestrutura. O quinto, ocupa-se da avaliação das finanças públicas.

No sexto capítulo é analisada a *performance* econômica de Timbó sob a perspectiva do produto interno bruto, comércio exterior, base empresarial e mercado de trabalho.

O sétimo capítulo compreende uma caracterização do setor primário. Neste item são trazidos números de estabelecimentos agropecuários, empresas e empregos e um referencial a respeito de quais itens do setor primário se configuram entre os mais estratégicos para a dinâmica econômica do município.

A última parte do estudo assinala as atividades econômicas compreendidas como estratégicas para Timbó, o que se constitui em um instrumento orientativo para o futuro estabelecimento de ações setoriais e estratégias de apoio às atividades selecionadas como importantes eixos de desenvolvimento.

As informações trazidas ao longo deste estudo são apresentadas em gráficos, tabelas, figuras e comentários que consideram a análise de séries históricas e comparativos do município, frente ao agregado estadual, nacional e de um grupo de municípios catarinenses tidos como de “características semelhantes”, aos quais, denominamos de *cluster*. Neste sentido, cumpre recomendar uma prévia leitura do capítulo Metodologia, onde está descrito o procedimento adotado para a construção deste estudo, a listagem dos municípios que integram o *cluster*, bem como, os critérios que levaram à delimitação do mesmo.

Por fim, vale ressaltar que os resultados apresentados ao longo deste estudo foram desenvolvidos a partir de dados secundários. É necessário, portanto, que os diversos agentes locais de desenvolvimento, em conjunto, completem este estudo realizando a validação e o desdobramento do mesmo em planos de ação, não sendo o seu objetivo esgotar o assunto ou tratar de exceções.



1 ASPECTOS GERAIS

1.1 Histórico

Timbó foi fundada por Frederico Donner, imigrante alemão, em 12 de outubro de 1869; data em que construiu sua moradia e a primeira casa comercial às margens do rio Benedito. Logo chegaram outras famílias alemãs. Nos anos seguintes vieram também os imigrantes italianos, cujos descendentes atualmente correspondem à metade da população. As primeiras famílias se estabeleceram na região rural e a agricultura era basicamente de subsistência.

Algumas casas comerciais iniciaram suas atividades no centro. O início foi muito difícil para estas famílias, pois as condições de vida eram precárias. Foi necessário construir tudo: as casas, os campos para a lavoura, as estradas. As comunidades viviam bastante isoladas e, para fomentar sua vida social, começaram a erguer igrejas, escolas, clubes e salões de festa.

A herança dos imigrantes está presente na organização, na força do trabalho, na indústria, na limpeza das ruas, no cuidado com as casas e jardins, na hospitalidade e na simpatia do povo. Apesar da cidade ter um apego à tradição, isto não impede a adaptação aos novos tempos, promovendo o desenvolvimento tecnológico, com melhorias em todas as áreas: um perfeito equilíbrio entre o fazer artesanal e a manufatura mecanizada. Atualmente, Timbó atrai pessoas de todo o país em busca de um bom lugar para viver e trabalhar.

Em 1922, o território foi elevado a distrito com a denominação de Benedito Timbó. Em 1934, o Município foi emancipado.

Fonte: Prefeitura Municipal de Timbó.



1.2 Indicadores Gerais

Timbó, segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2016, possui uma população de 42.045 habitantes. Em 2010, o município alcançou um IDHM de 0,784, índice que o situa dentro da faixa de desenvolvimento humano considerada alta pelo PNUD.

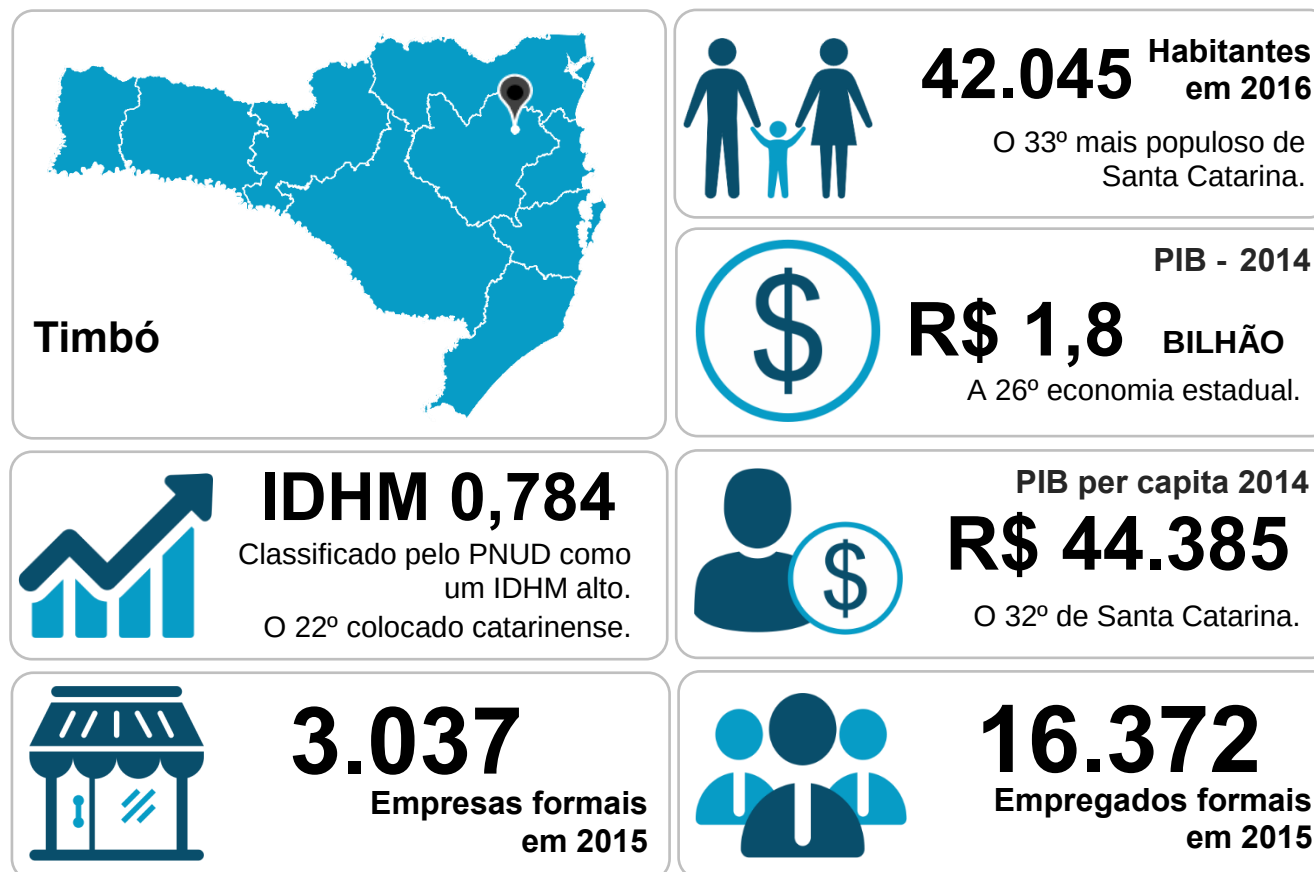
Em 2014, o município registrou um PIB de R\$ 1,8 bilhão, montante que o coloca na 26ª posição estadual. Descontado o valor adicionado dos impostos e da administração pública, 0,7% do PIB municipal está associado ao setor primário, 53,3% ao secundário e 46,0% ao terciário. No período compreendido entre 2010 e 2014, seu PIB apresentou uma taxa média de crescimento de 15,8% ao ano. Um crescimento acima da média estadual, que no mesmo período foi de 12,2% ao ano.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos a 2015, Timbó contava com 3.037 empresas, as quais foram responsáveis pela geração de 16.372 empregos formais. Em 2015, as empresas de micro e pequeno porte representavam 98,9% dos estabelecimentos presentes no município. As MPE foram responsáveis por 56,1% dos postos formais de trabalho.

Em Timbó 0,7% dos estabelecimentos estão ligados a agropecuária, 31,1% à indústria, 31,0% ao comércio e 37,3% são do setor de prestação de serviços. O setor industrial é o que mais emprega no município (60,1%) seguido pela prestação de serviços com 22,7% e o comércio com 16,7% dos empregos de carteira assinada.

A figura a seguir apresenta um resumo dos principais indicadores do município.





Indicadores gerais de Timbó.

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013; IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014 e Estimativa Popacional 2016.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Segundo delimitação adotada pelo Sebrae/SC, Timbó integra a Coordenadoria Regional Vale do Itajaí. Conforme dados do IBGE relativos a 2016, o município possui uma população de 42.045 habitantes distribuídos em uma área de 127 km², condição que lhe confere uma densidade demográfica de 330 habitantes por km², a 18ª maior densidade catarinense.

No período compreendido entre 2000 e 2016, a taxa média anual de crescimento da população de Timbó foi de 2,3% ao ano. Um crescimento relativamente alto, especialmente, quando comparado à média nacional e catarinense, que no mesmo período foi de, respectivamente, 1,2% e 1,6% ao ano.

De acordo com dados do último Censo Demográfico realizado em 2010 – pelo IBGE – 93,3% da população timboense residia em áreas urbanas. Neste mesmo ano, os homens representavam cerca de 49,6% da população e as mulheres, 50,4%.

Em conformidade ao panorama estadual e nacional, Timbó apresentou modificações importantes na sua estrutura etária, destacando-se a perda relativa da população com idade inferior a 9 anos e aumento, em contrapartida, da proporção da população adulta (de 30 a 59 anos) e idosa (de 60 anos ou mais). No comparativo entre 1991 e 2010, Timbó reduziu em 7,8 pontos percentuais a representatividade relativa da população abaixo de 9 anos de idade e em 2,7 p.p. a representatividade da faixa etária dos 10 aos 19 anos.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, Timbó, responde pelo 34º maior colégio eleitoral de Santa Catarina. As páginas seguintes apresentam indicadores e comparativos a respeito dos aspectos demográficos de Timbó.

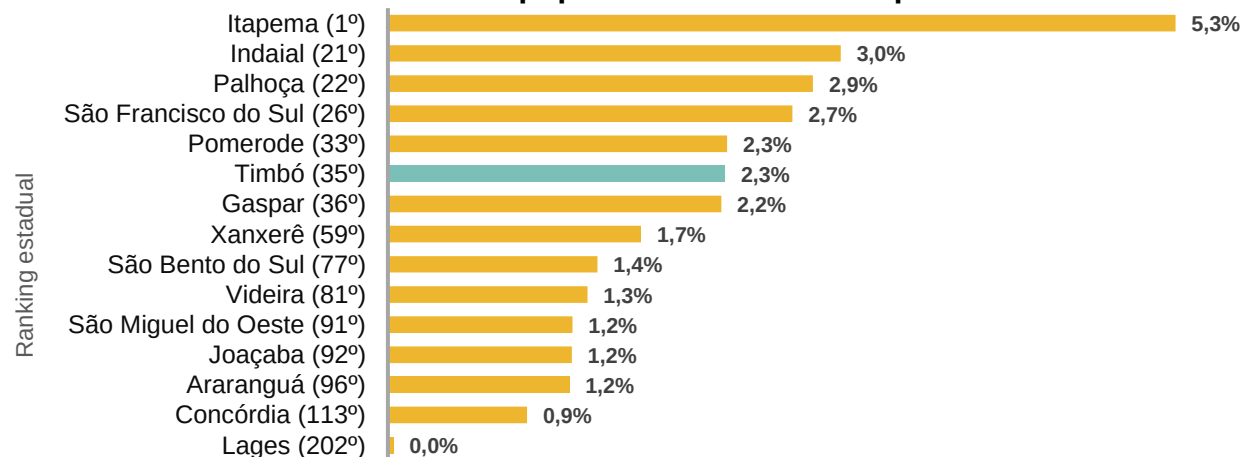


População de Timbó e taxa média anual de crescimento populacional – 2016/2000



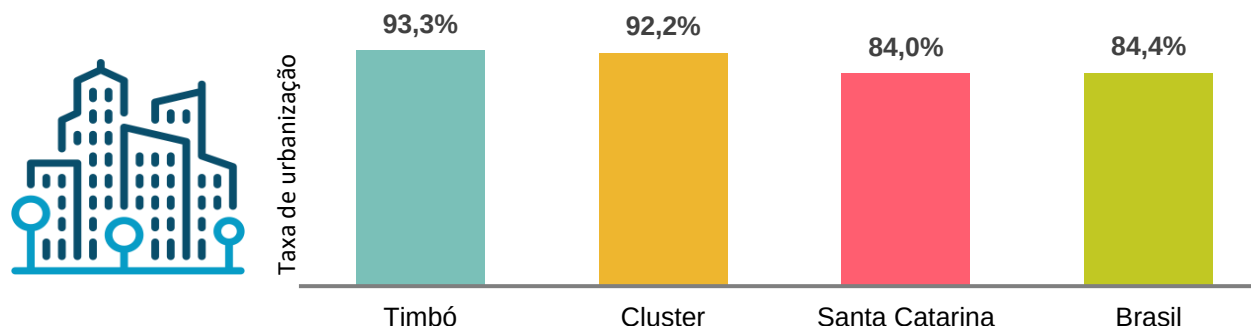
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016 e Censo Demográfico 2010.

Taxa média anual de crescimento populacional dos municípios do Cluster – 2016/2000



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.

População residente em domicílios urbanos – 2010



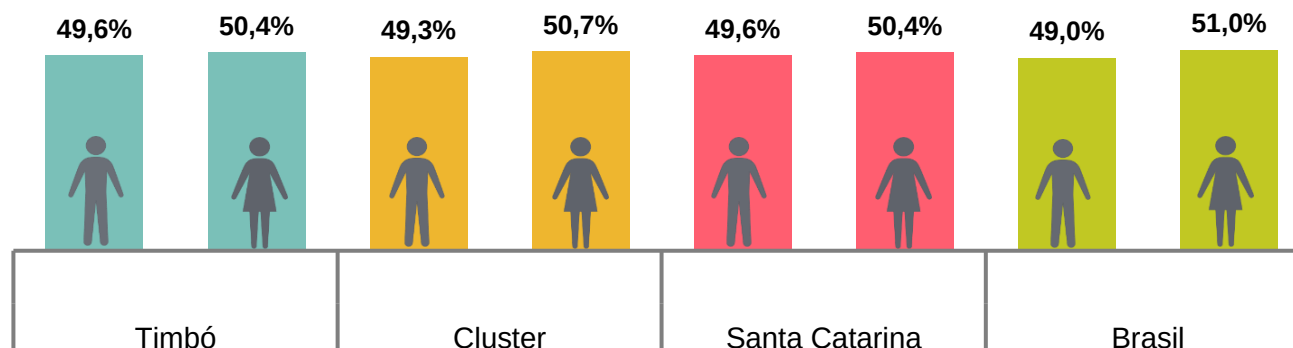
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Taxa de urbanização dos municípios do Cluster – 2010



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

População residente segundo o gênero – 2010



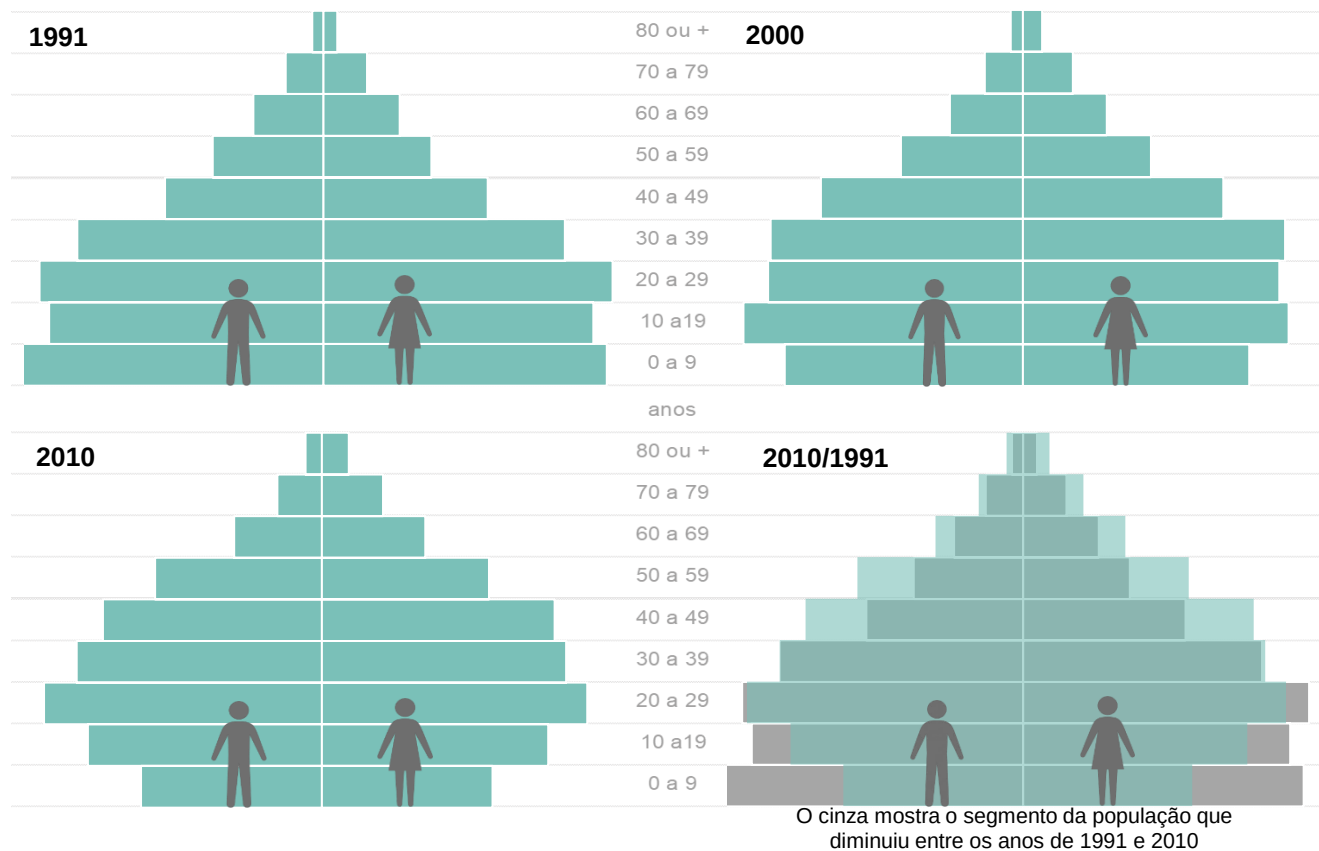
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Evolução da pirâmide etária em Timbó - 1991/2010

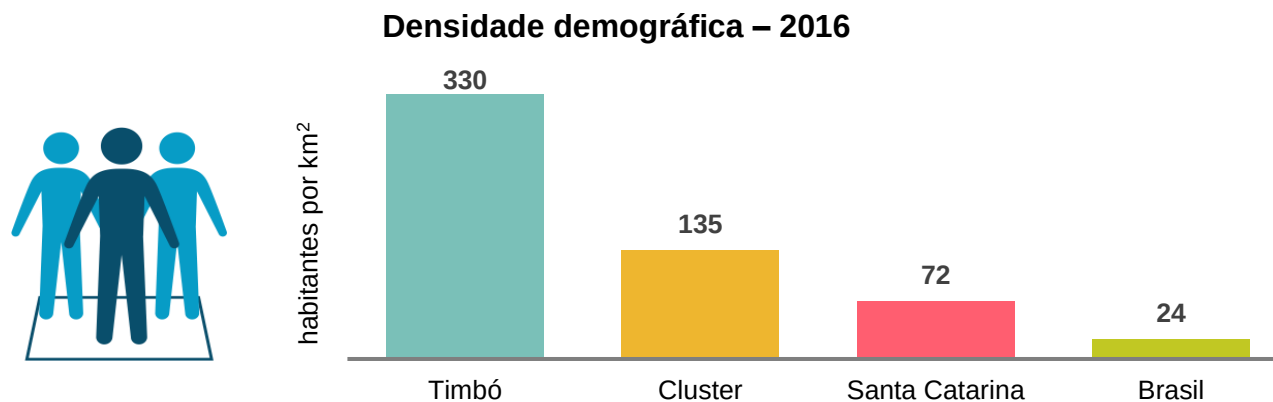
Faixa etária	População 1991		População 2000		População 2010		Variação 2010/1991	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Δ (%)
0 a 9	4.767	19,6	4.601	15,7	4.354	11,8	-413	-8,7
10 a 19	4.424	18,2	5.401	18,4	5.699	15,5	1.275	28,8
20 a 29	4.658	19,2	5.062	17,2	6.726	18,3	2.068	44,4
30 a 39	3.963	16,3	5.096	17,4	6.061	16,5	2.098	52,9
40 a 49	2.622	10,8	3.985	13,6	5.592	15,2	2.970	113,3
50 a 59	1.776	7,3	2.476	8,4	4.135	11,2	2.359	132,8
60 a 69	1.189	4,9	1.555	5,3	2.366	6,4	1.177	99,0
70 a 79	662	2,7	872	3,0	1.306	3,6	644	97,3
80 ou +	205	0,8	310	1,1	535	1,5	330	161,0
Total	24.266	100,0	29.358	100,0	36.774	100,0	12.508	

Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

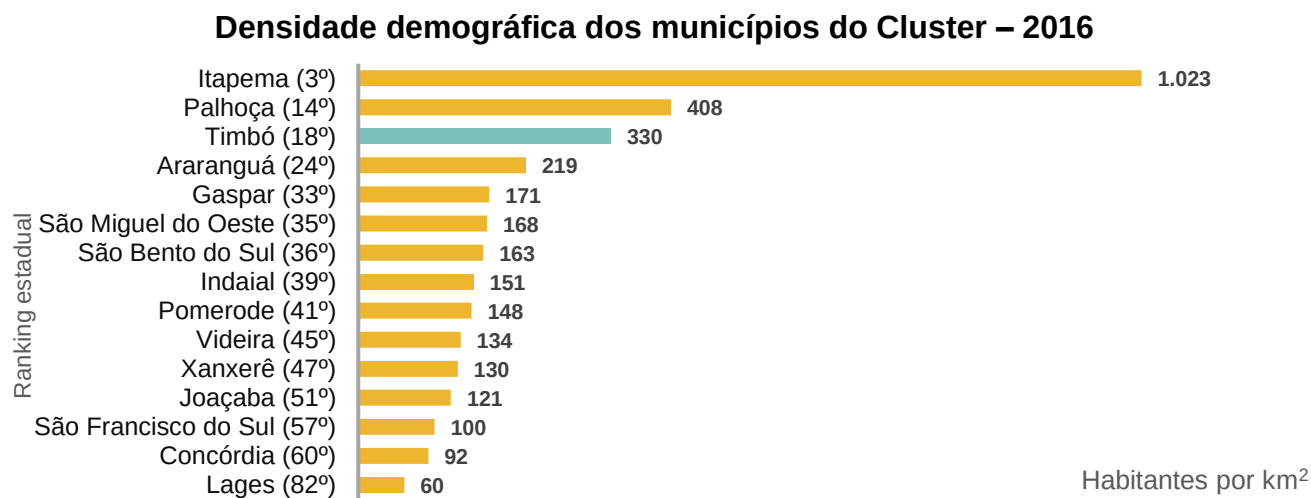
Evolução da pirâmide etária de Timbó – 1991/2010



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

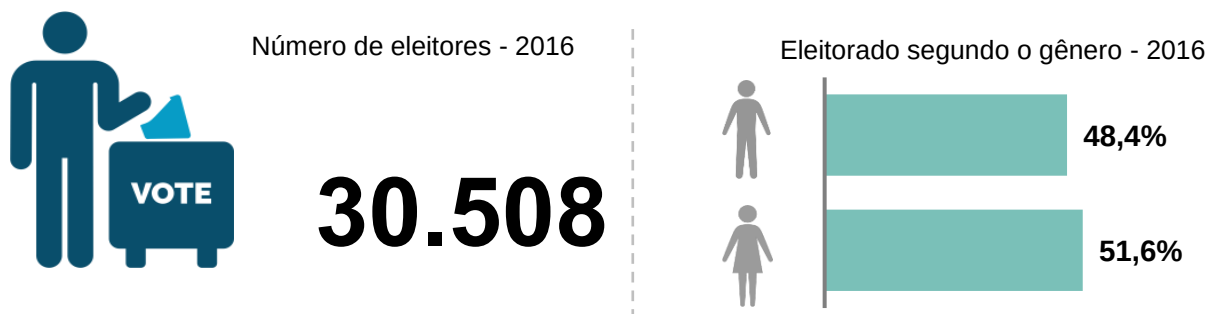


Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.

Número e perfil dos eleitores de Timbó – 2016



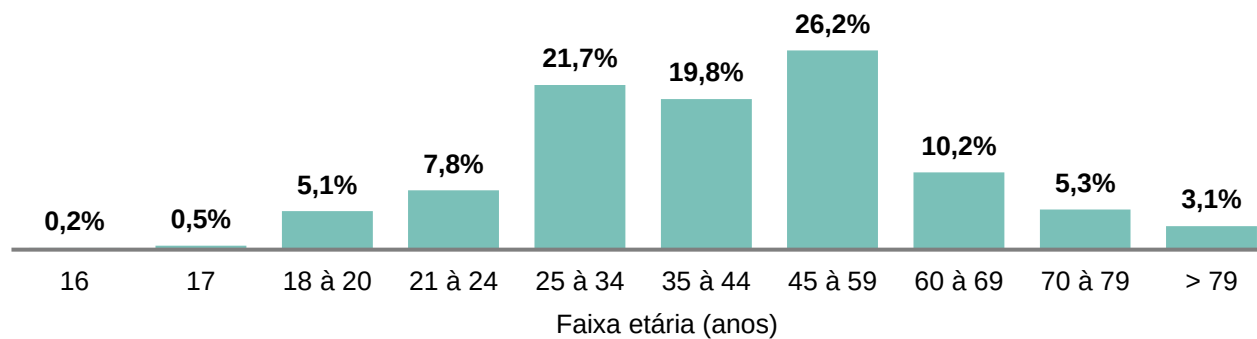
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

Percentual de eleitores em relação à população total dos municípios do cluster – 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

Faixa etária dos eleitores de Timbó – 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

3 ASPECTOS SOCIAIS

O presente capítulo traz um panorama dos principais indicadores sociais relativos a Timbó. De tal modo, os subitens a seguir correlacionam um conjunto dos principais indicadores sobre desenvolvimento humano, saúde, educação, renda, potencial de consumo e segurança pública.

3.1 Desenvolvimento Humano

Nas últimas décadas, Timbó elevou seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), saindo de uma faixa de desenvolvimento considerada baixa pelo PNUD (0,500 a 0,599) em 1991, para alta (0,700 a 0,799) em 2010.

Apesar do crescimento registrado, o município perdeu 3 posições no ranking catarinense de desenvolvimento humano. Em 1991, ocupava a 19º colocação estadual, posicionamento que caiu para 22º em 2010. Trata-se de um importante indicativo de que outros municípios catarinenses estão sendo mais eficientes em relação às políticas de desenvolvimento social de sua população.

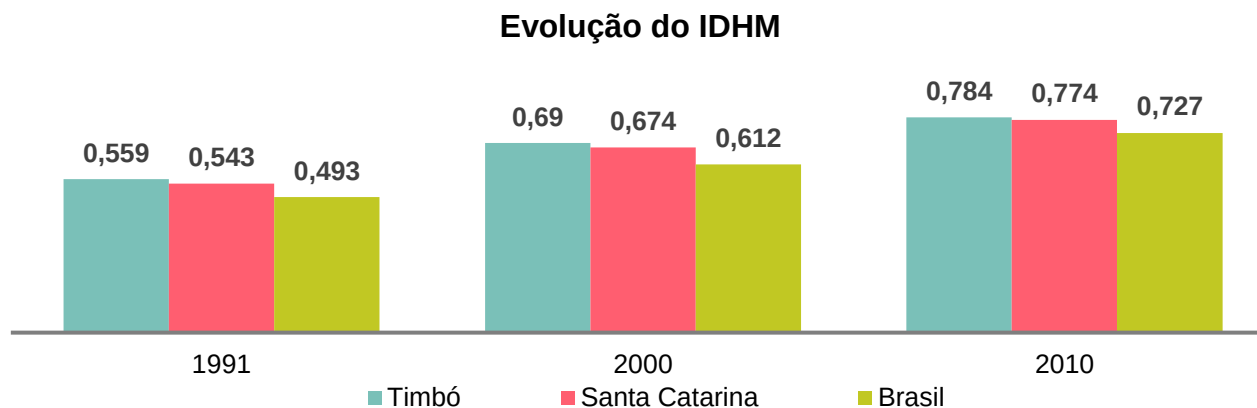
Outro indicador amplamente empregado em estudos sociodemográficos refere-se ao Índice de Gini¹ – um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda e a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Sob a perspectiva do Índice de Gini, cumpre destacar que Timbó registrou uma piora em relação à diminuição da concentração de renda de seus munícipes. O município ocupa a 207ª posição, dentre os 295 municípios de Santa Catarina. As páginas a seguir apresentam um panorama de Timbó sob a perspectiva da evolução do IDHM e do Índice de Gini.

¹ Numericamente, o Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

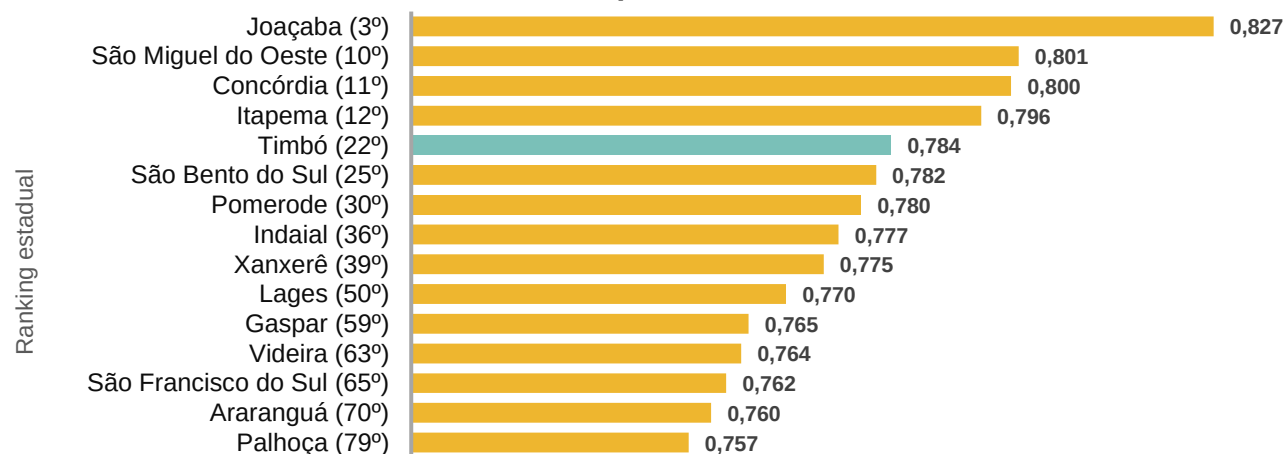
Evolução do IDHM e suas dimensões – Timbó				
Ano	Dimensão			IDHM
	Renda	Longevidade	Educação	
1991	0,677	0,762	0,338	0,559
2000	0,735	0,808	0,554	0,690
2010	0,807	0,856	0,697	0,784
Variação 2010/1991	19,2%	12,3%	106,2%	40,3%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.



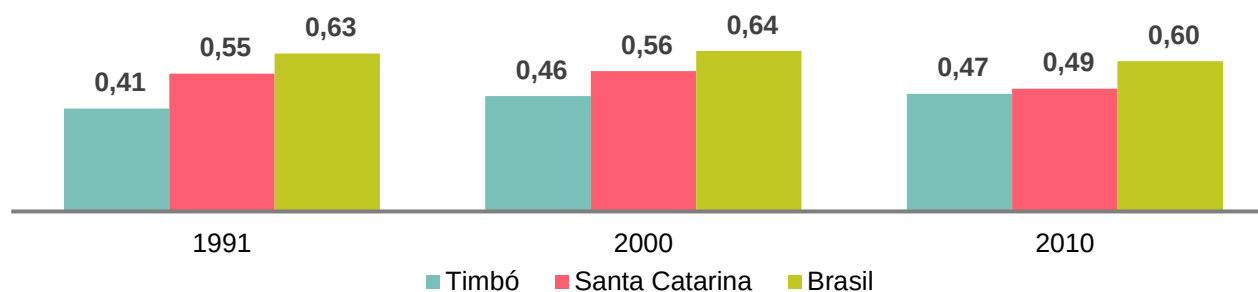
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

IDHM dos municípios do Cluster – 2010



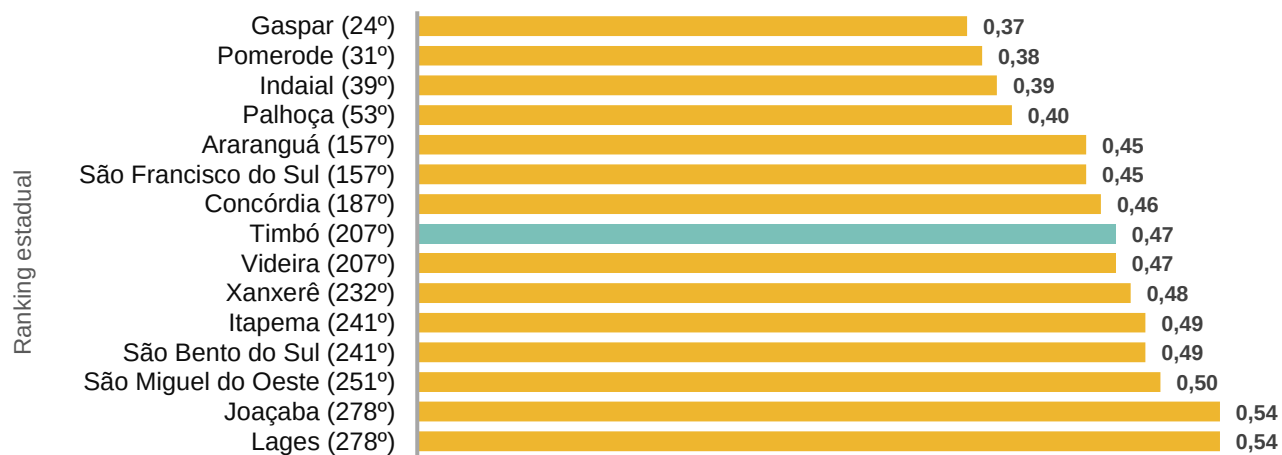
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Índice de Gini



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Índice de Gini dos municípios do Cluster – 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

3.2 Saúde

A redução da taxa bruta de natalidade² apresenta-se como uma característica geral do país. A análise deste indicador fixou-se nos anos de 2010 a 2015, período em que o município apresentou uma pequena variação para cima. Timbó fechou o ano de 2015, com uma taxa 11,5 nascidos por mil habitantes. Um patamar inferior à média estadual e nacional, respectivamente, 14,2 e 14,4 nascidos vivos por mil habitantes.

A taxa de mortalidade infantil³ refere-se a um indicador que somente pode ser aplicado a municípios com mais de 80.000 habitantes, para os demais, emprega-se como referencial o número absoluto de óbitos de menores de um ano. Em 2015, Timbó registrou o óbito de 3 crianças de menos de um ano de idade, já em 2010, foram 7 casos. Para efeito comparativo, uma vez calculada a taxa de mortalidade infantil do município para 2015, esta equivaleria a 6,3 óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos. No mesmo ano, a taxa catarinense e nacional foi, respectivamente, 9,3 e 15,4.

No que diz respeito à disponibilidade de estabelecimentos, dados divulgados pelo Ministério da Saúde dão conta de que, em dezembro de 2016, Timbó possuía um total de 105 estabelecimentos de saúde. No mesmo período, o município totalizava 100 leitos de internação, dos quais, 80 eram do SUS. A relação de números de leitos de internação por mil habitantes de Timbó supera a média catarinense e nacional.

Em 2016, o município contava com 165 profissionais ligados à área da saúde. Destes, 43 eram médicos. No mesmo ano, a relação de médicos por mil habitantes em Timbó foi de 1,0 – inferior à média catarinense (1,9) e nacional (1,8).

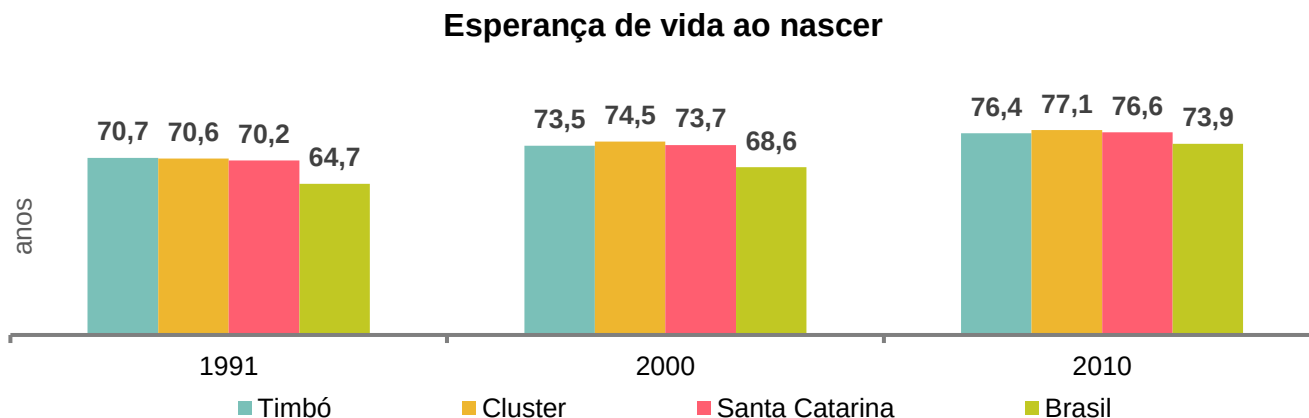
² A taxa bruta de natalidade ou coeficiente geral de natalidade – refere-se ao número de nascidos vivos, por mil habitantes, em determinado ano geográfico, no ano considerado.

³ A taxa de mortalidade infantil – diz respeito ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos *neonatal precoce* (0-6 dias de vida), *neonatal tardio* (7-27) dias e *pós-neonatal* (28 dias e mais).

Em 2014, segundo a Secretaria de Estado da Saúde, 22,9% da população do município contava com a cobertura de planos de saúde privados. As páginas a seguir apresentam indicadores e comparativos a respeito do panorama da saúde em Timbó.

Taxa bruta de natalidade – 2010-2015						
Território	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Timbó	11,4	12,9	12,6	11,1	12,4	11,5
Cluster	13,9	14,3	14,1	13,7	14,1	14,3
Santa Catarina	13,4	13,8	13,9	13,5	13,8	14,2
Brasil	14,4	14,6	14,5	14,0	14,3	14,4

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – 2010-2016.



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Tipos de estabelecimentos de saúde presentes em Timbó – dez. /2016	
Tipo de estabelecimento	Quantidade
Centro de atenção psicossocial -CAPS	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	10
Clínica especializada/ambulatório especializado	15
Consultório	63
Farmácia	1
Hospital geral	1
Policlínica	2
Secretaria de saúde	2
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	8
Unidade móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência	1
Unidade móvel terrestre	1
Total	105

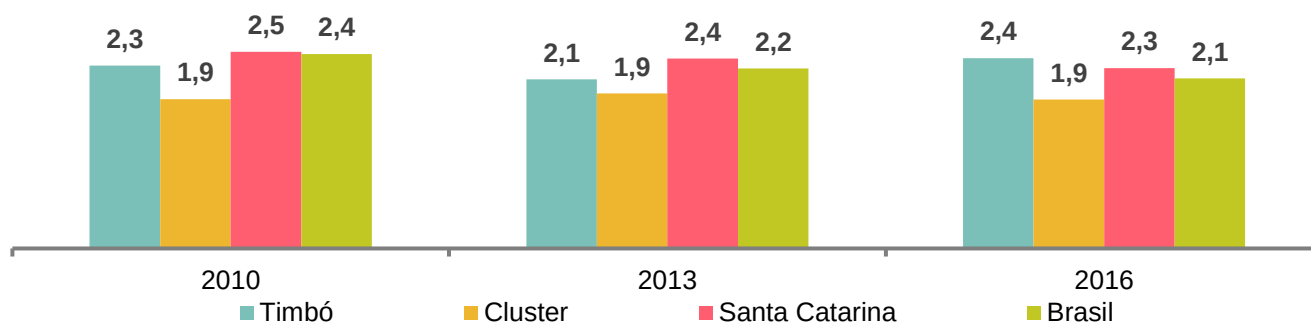
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Número de leitos de internação – dez. / 2016			
Território	Leitos de internação do SUS		Total de leitos de internação (inclusive privados)
	Número de leitos	Participação total	
Timbó	80	80,0%	100
Média do cluster	86	67,9%	127
Média catarinense	38	71,8%	53
Média brasileira	55	70,3%	79

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.



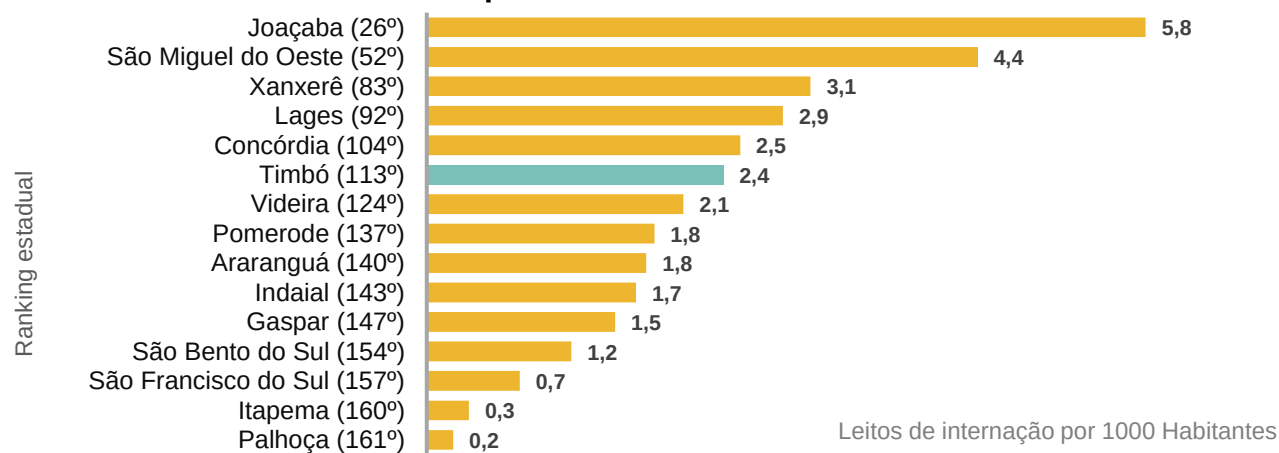
Número de leitos de internação por mil habitantes – dez. 2010/2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

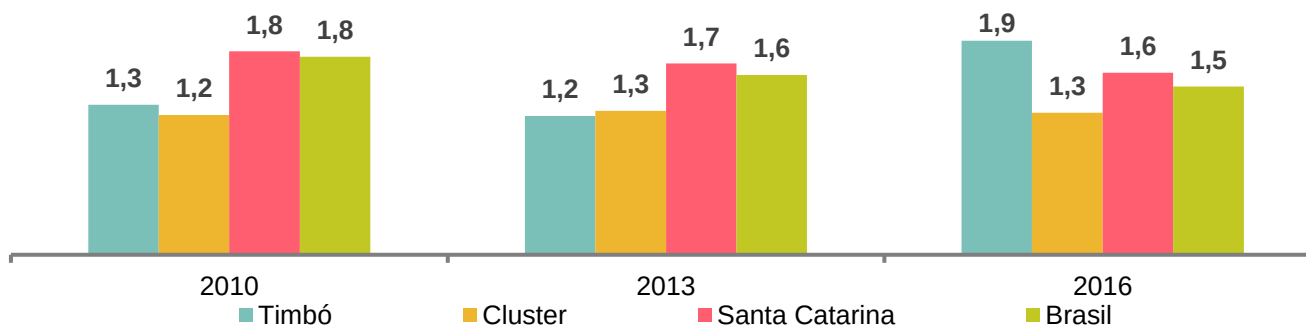
Nota: Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS – o ideal é que se tenha de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes.

Número de leitos de internação por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



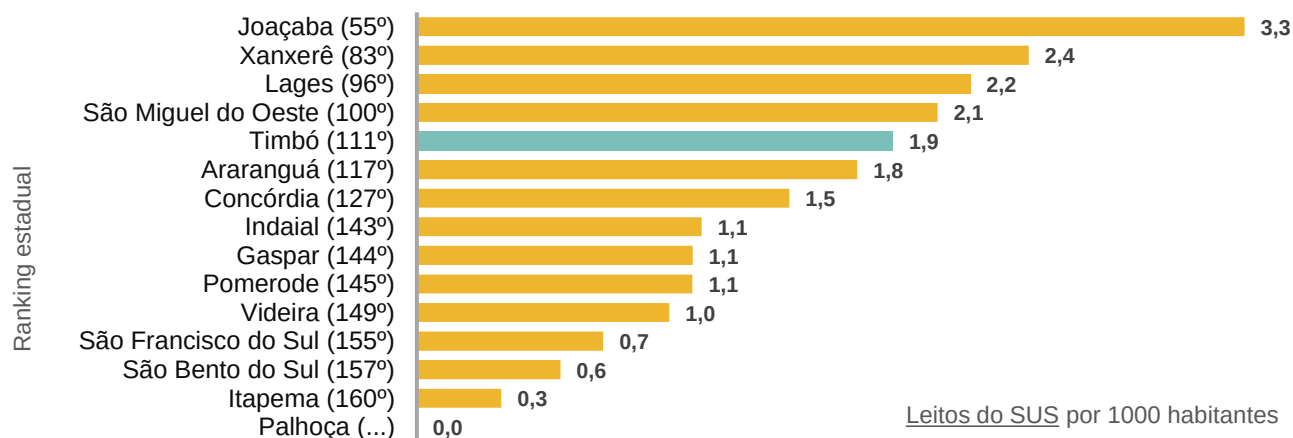
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Número de leitos de internação do SUS por mil habitantes – dez. 2010/2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2010-2016.

Número de leitos de internação do SUS por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



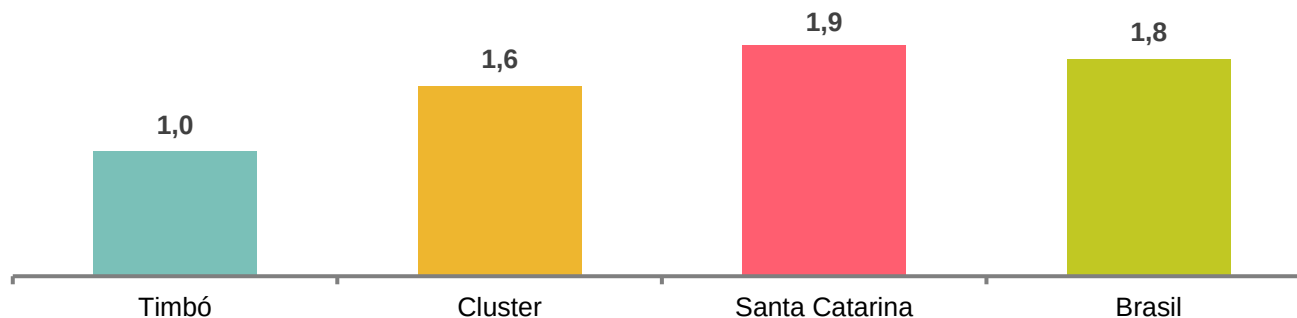
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Nota: Por não possuir leitos de internação do SUS, Palhoça não foi ranqueada.

Número de profissionais ligados à saúde – dez. /2016				
Ocupação	Timbó	Média do cluster	Média catarinense	Média brasileira
Assistente social	2	8,6	3,3	5,4
Bioquímico/farmacêutico	8	8,7	4,3	4,8
Cirurgião geral	-	1,1	0,7	1,6
Clínico geral	13	49,5	16,9	18,6
Enfermeiro	29	69,6	26,0	40,3
Fisioterapeuta	17	29,2	9,2	12,5
Fonoaudiólogo	4	7,0	2,6	3,5
Ginecologista obstetra	5	4,1	1,8	3,6
Médico de família	9	12,6	4,3	5,3
Nutricionista	5	7,1	3,1	4,6
Odontólogo	29	62,5	19,1	22,3
Pediatra	8	7,6	3,8	6,7
Psicólogo	14	27,5	8,6	9,8
Psiquiatra	-	1,4	1,0	1,4
Outras especialidades médicas	12	28,6	15,3	27,2
Outras ocup. de nível superior relac. à saúde	10	13,1	4,6	6,6
Total	165	338,3	124,7	174,3

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

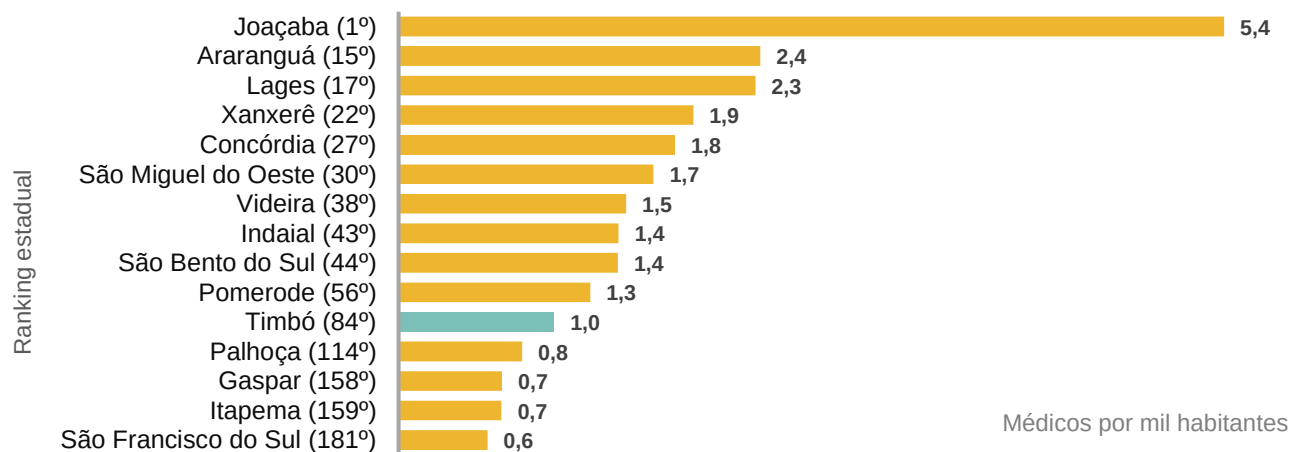
Número de médicos por mil habitantes – dez. /2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

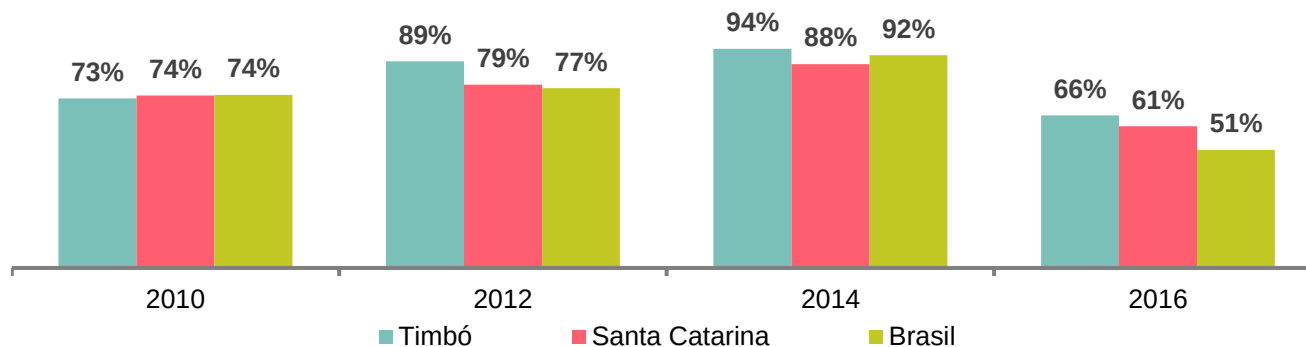
Nota: A Organização Mundial de Saúde – OMS – preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes.

Número de médicos por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



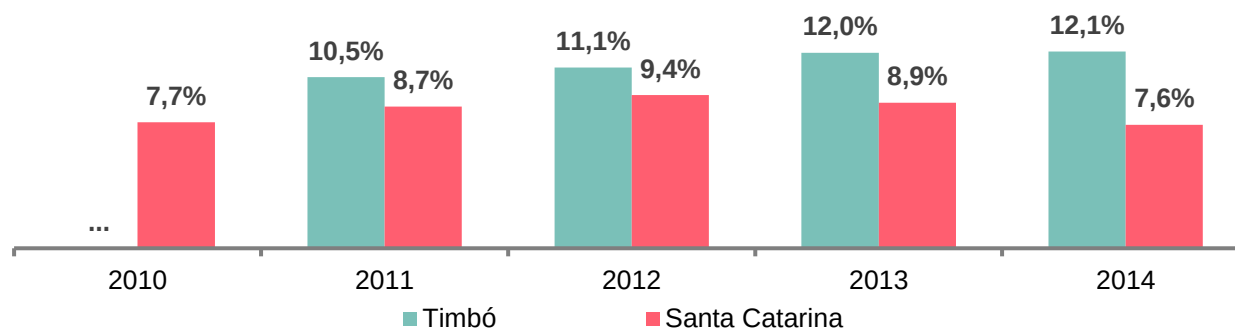
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Percentual de cobertura vacinal



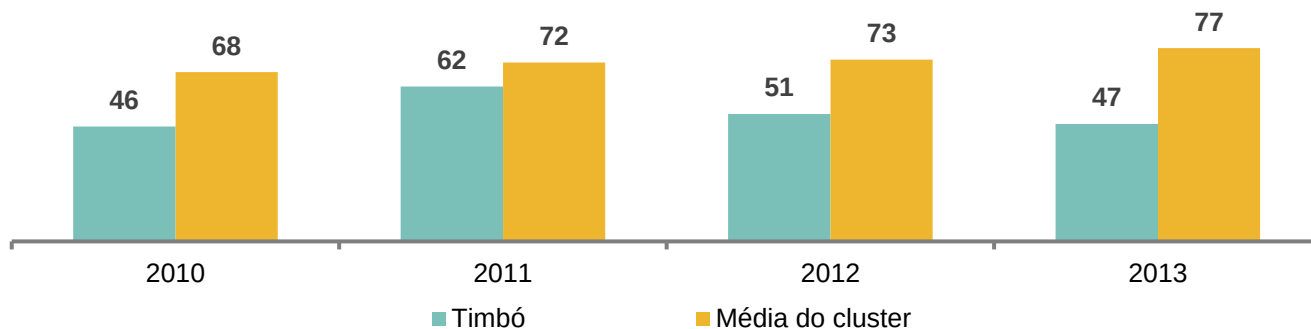
Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Percentual da população cadastrada com hipertensão



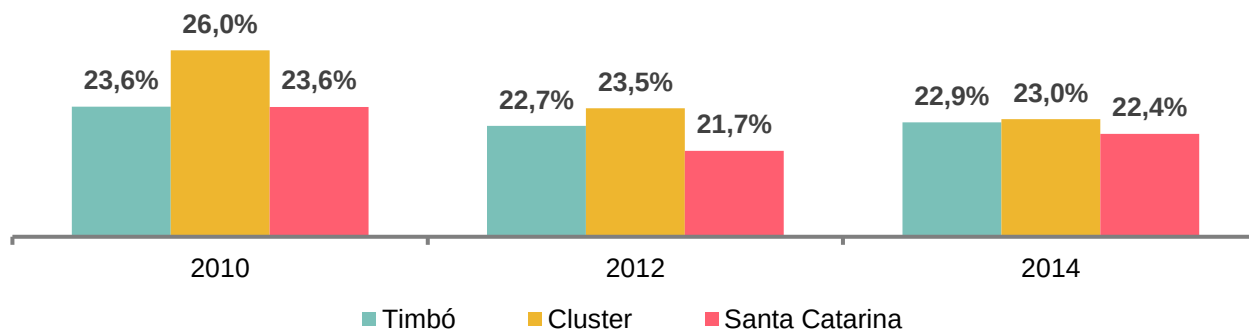
Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Número de óbitos ocasionados por neoplasia maligna



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Percentual da população coberta por planos de saúde



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina –2010-2014.

3.3 Educação

Nos últimos anos, a escolaridade média vem aumentando no Brasil, seguindo essa tendência, o município de Timbó apresentou desempenho similar. Assim, em consequência da elevação do nível de escolaridade médio da população, no período compreendido entre 1991 e 2010, registrou-se a queda da taxa de analfabetismo.

De acordo com dados do PNUD, em Timbó, 4% da faixa etária da população de 15 anos ou mais, não era alfabetizada em 1991. Em 2010 essa proporção caiu para 2%, período em que o estado e o país apresentaram, respectivamente, uma taxa de analfabetismo de 4% e 10%. Comparado aos demais municípios catarinenses, Timbó detém a 6ª menor taxa de analfabetismo nesta faixa da população.

Em relação à média estadual, a população adulta (25 ou mais anos de idade) de Timbó apresenta uma menor proporção de pessoas com ensino médio completo. Por outro lado, Timbó supera a média estadual em termos percentuais de população adulta com ensino superior completo, neste quesito, o município 17º colocado catarinense.

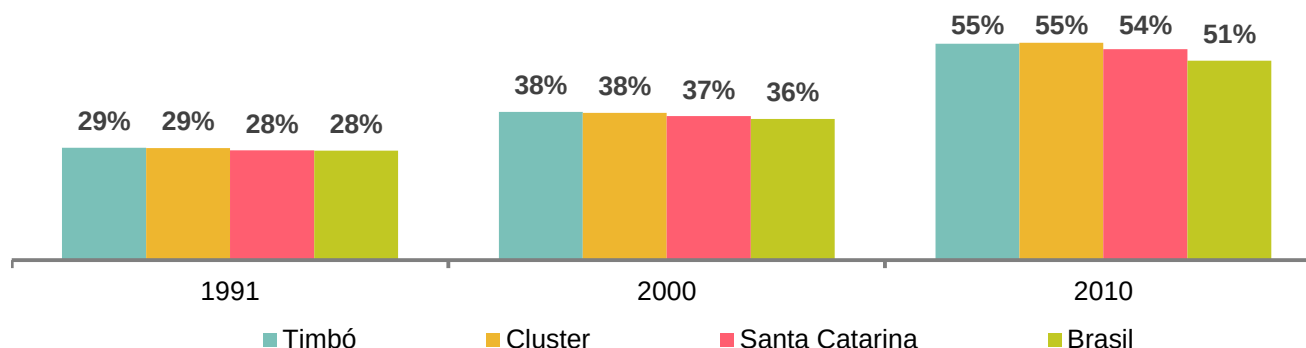
Segundo dados do Ministério da Educação, em 2016, Timbó possuía 8.131 alunos matriculados junto à educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e na educação de jovens e adultos.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – em 2016, Timbó contava com 3 instituições de ensino técnico profissionalizante: o CEDUP (9 cursos - Técnico em Administração (2); Técnico em Eletrônica (2); Técnico em Informática (2); Técnico em Segurança do Trabalho (2) e Técnico em Vendas), o Instituto de Ensino Técnico (1 curso - Técnico em Enfermagem) e o Senai/SC – Timbó (3 cursos - Técnico em Automação Industrial; Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática). De acordo com dados do INEP, Timbó possuía em 2015, uma instituição de ensino superior, a Faculdade Leonardo da Vinci, que oferecia o Curso de Engenharia Elétrica.

As páginas a seguir apresentam uma visão a respeito da educação em Timbó.

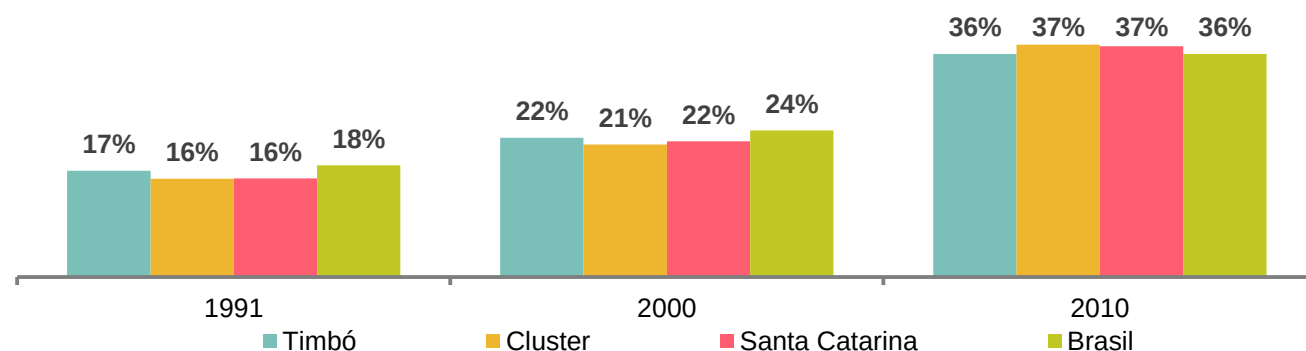


Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino fundamental completo



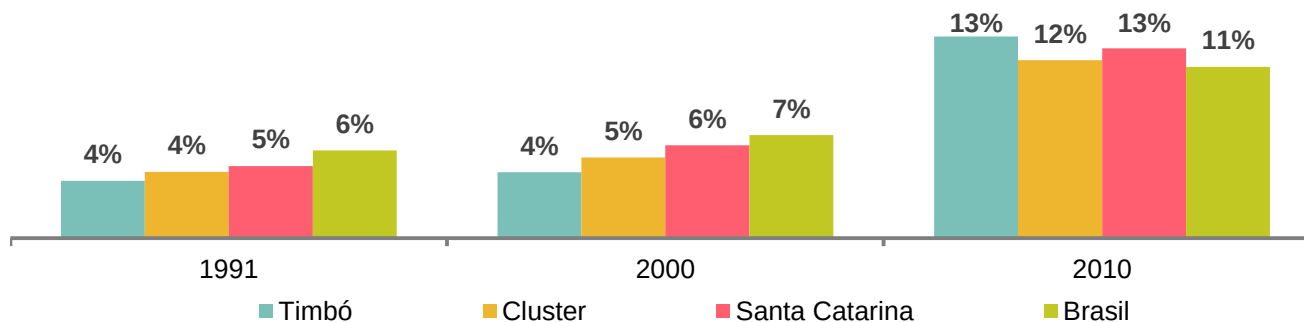
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino médio completo



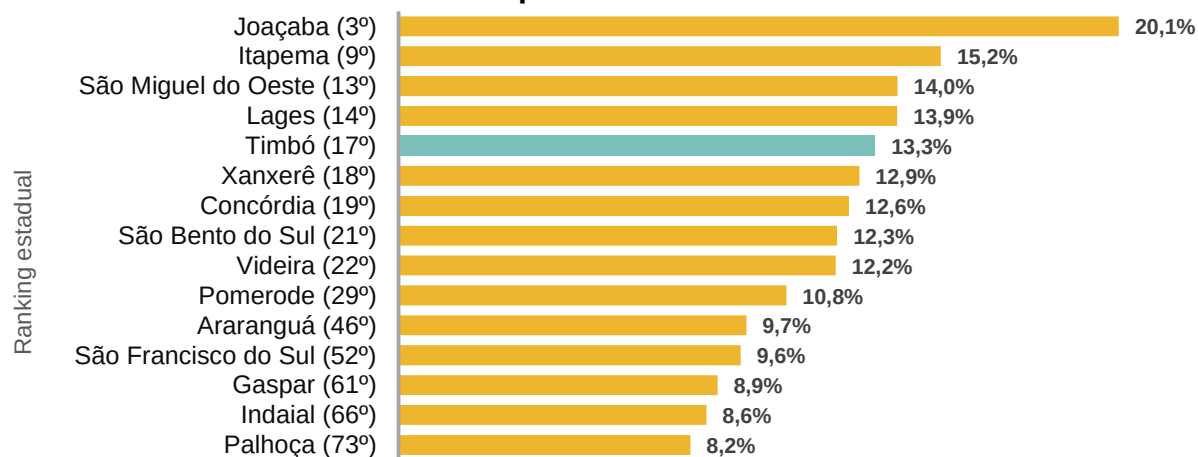
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino superior completo



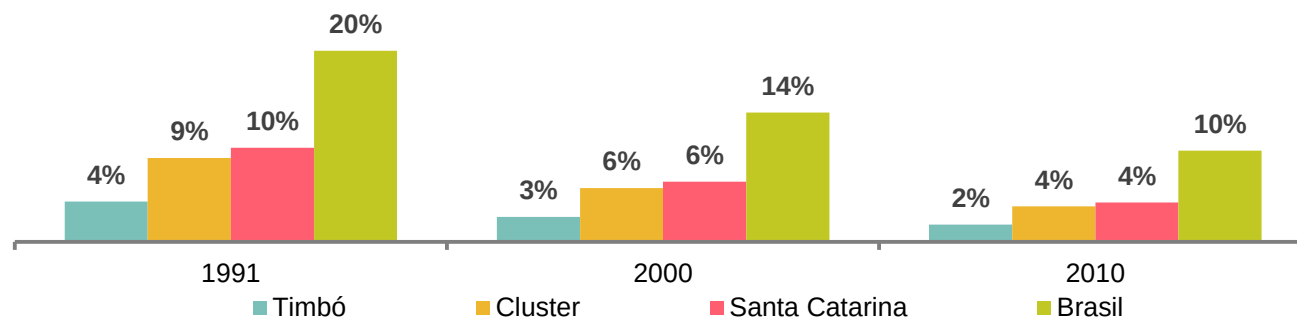
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino superior completo nos municípios do Cluster – 2010



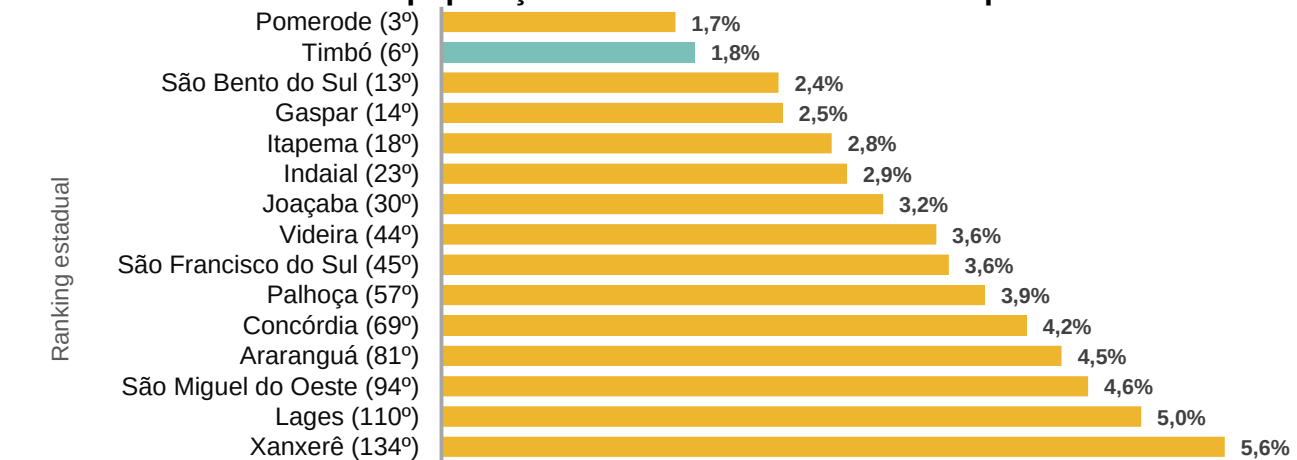
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou +



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou + nos municípios do Cluster - 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Número de matrículas, segundo as modalidades de ensino – Timbó – 2012/2016					
Modalidade de ensino	2012		2016		Δ (%) 2016/2012
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	
Educação Infantil	1.943	22,7	2.105	25,9	8,3
- Creche	1.095	56,4	1.186	56,3	8,3
- Pré-Escola	848	43,6	919	43,7	8,4
Ensino Fundamental	4.351	50,9	4.428	54,5	1,8
- Anos iniciais	2.405	55,3	2.393	54,0	-0,5
- Anos finais	1.946	44,7	2.035	46,0	4,6
Ensino Médio	1.388	16,2	1.153	14,2	-16,9
- Ensino Médio Propedêutico	1.375	99,1	1.114	96,6	-19,0
- Ensino Médio Normal/Magistério	13	0,9	39	3,4	200,0
- Curso Téc. Integrado (E. M. Integrado)	-	0,0	-	0,0	0,0
Educação Profissional	198	2,3	237	2,9	19,7
- Escolarização Integrada	13	6,6	39	16,5	200,0
- Concomitante/FIC	8	4,0	1	0,4	-87,5
- Subsequente	177	89,4	197	83,1	11,3
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	668	7,8	208	2,6	-68,9
- Ensino Fundamental	145	21,7	98	47,1	-32,4
- Ensino Médio	523	78,3	110	52,9	-79,0
- Profissionalizante	-	0,0	-	0,0	0,0
Total de matriculados	8.548	100,0	8.131	100,0	-4,9

Fonte: Ministério da Educação – Sinopse Estatística da Educação Básica 2010/2016.

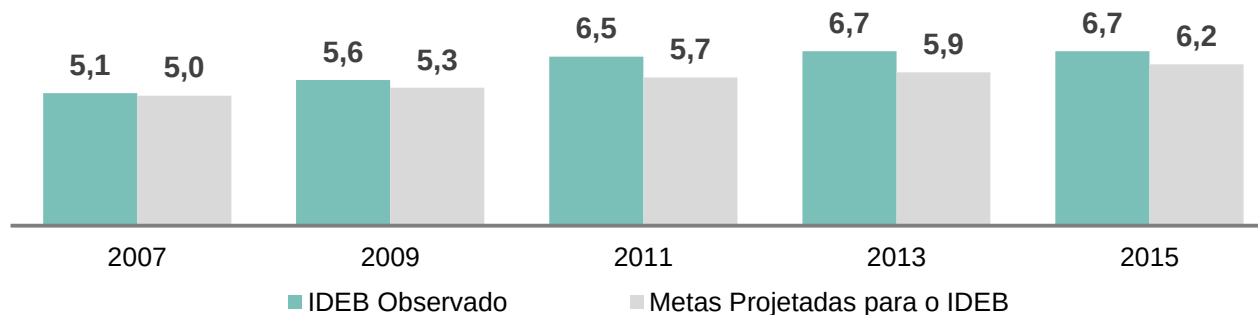
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Número de matrículas, segundo modalidades de ensino e dependência administrativa – Timbó – 2016					
Modalidade de ensino	Dependência administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total
Educação Infantil	-	-	1.907	198	2.105
- Creche	-	-	1.089	97	1.186
- Pré-Escola	-	-	818	101	919
Ensino Fundamental	-	1.919	2.355	154	4.428
- Anos iniciais	-	969	1.327	97	2.393
- Anos finais	-	950	1.028	57	2.035
Ensino Médio ⁽¹⁻²⁾	-	1.018	-	135	1.153
Educação Profissional	-	201	-	36	237
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-	180	11	17	208
- Ensino Fundamental	-	78	11	9	98
- Ensino Médio	-	102	-	8	110
- Profissionalizante	-	-	-	-	-
Total de matriculados	-	3.318	4.273	540	8.131

Fonte: Ministério da Educação – Sinopse Estatística da Educação Básica - 2016.

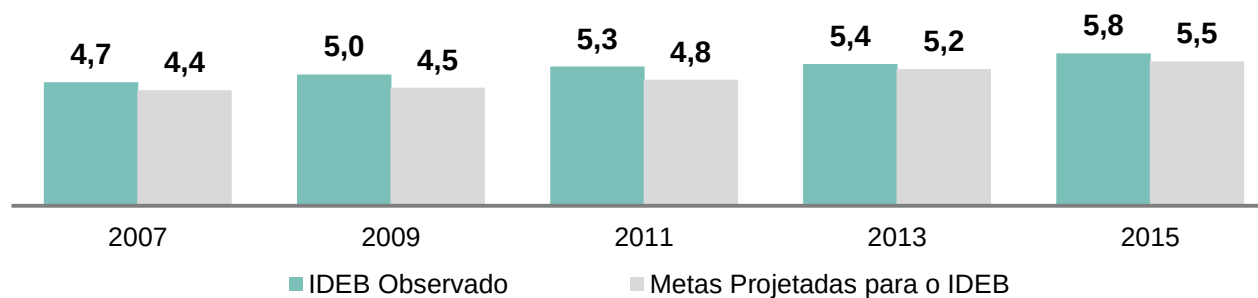
Nota: (1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula; (2) inclui matrículas no Ensino Médio Propedêutico, Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) de Ensino Regular.

IDEB – 4ª série (5º ano) – Timbó



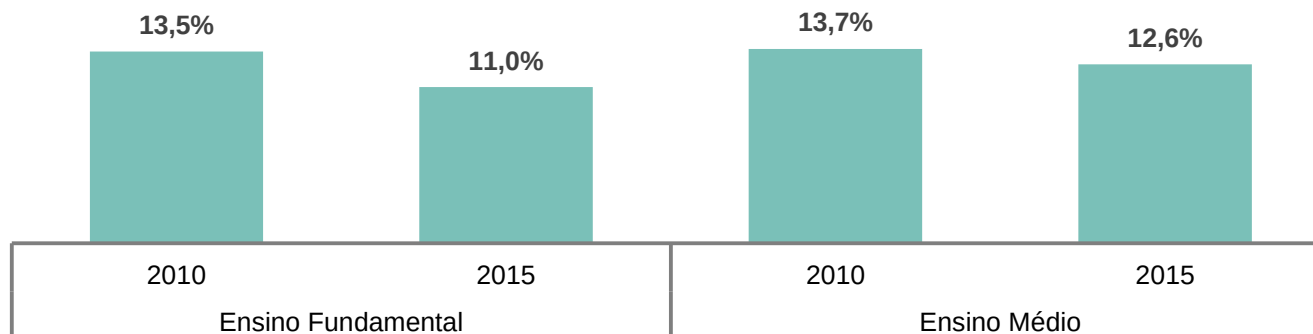
Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

IDEB – 8ª série (9º ano) – Timbó



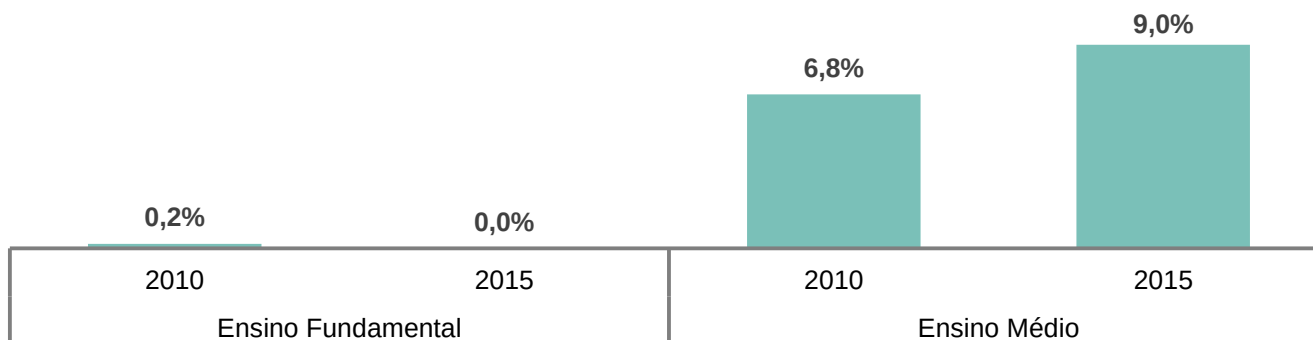
Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

Taxa de distorção idade-série – Timbó



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

Taxa de abandono escolar⁴ – Timbó



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

⁴ Diferença entre abandono e evasão escolar. O abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

3.4 Renda

Uma das dimensões de especial relevância para a análise do desenvolvimento de um território está associada à mensuração de seu potencial de geração e distribuição de renda para a população.

Segundo dados do IBGE, a exemplo do que ocorreu no estado e no país, a cidade de Timbó apresentou nas últimas décadas uma evolução da renda per capita média. De acordo com dados do último Censo Demográfico de 2010, o valor do rendimento médio domiciliar per capita dos domicílios timboense alcançou o patamar R\$ 993,00 – o que significou a 22ª melhor média catarinense.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em dezembro de 2016, 128 famílias de Timbó foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. E somente naquele mês, foram repassados R\$ 18,4 mil, o que significou um benefício médio de R\$ 143,88. A cobertura do programa é de 41,8% em relação à estimativa de pobreza⁵ do município.

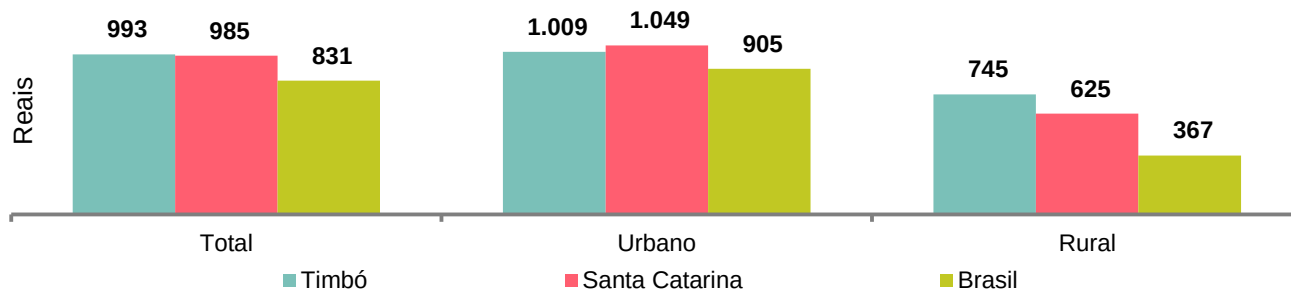
Dados extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que em 2015, a média salarial dos empregos de carteira assinada em Timbó era de R\$ 1.956,00. Um valor abaixo da média catarinense (R\$ 2.243,00) e nacional (R\$ 2.451,00). Neste quesito, Timbó ocupa a 46ª posição estadual.

Considerando o agregado das atividades econômicas, em 2015, a média salarial dos homens foi de R\$ 2.207,72 e a das mulheres, R\$ 1.639,99 (26% abaixo da média salarial dos homens). As páginas a seguir apresentam indicadores e comparativos a respeito do perfil da renda da população.

⁵ Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

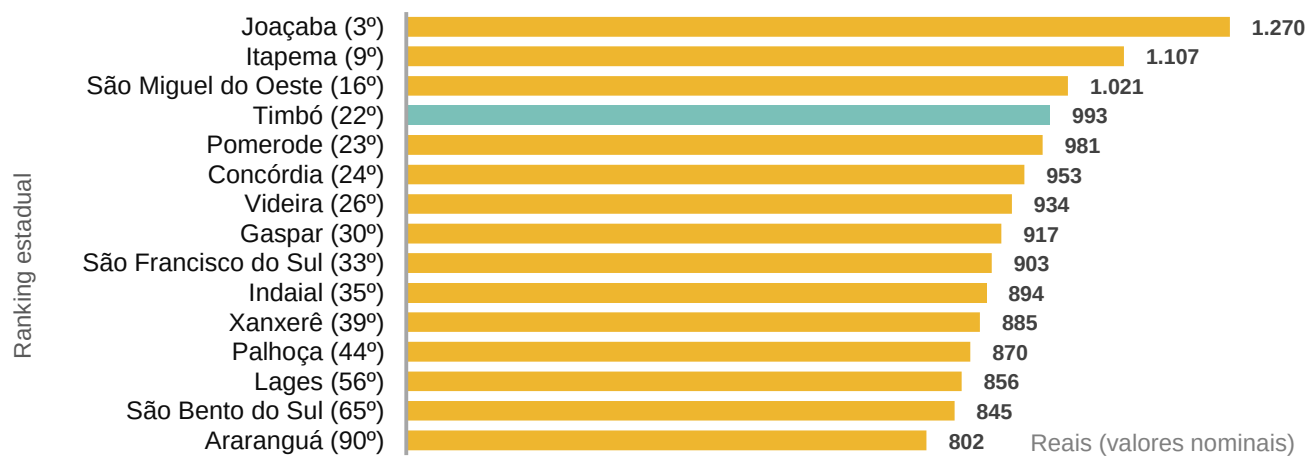


Rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento – 2010



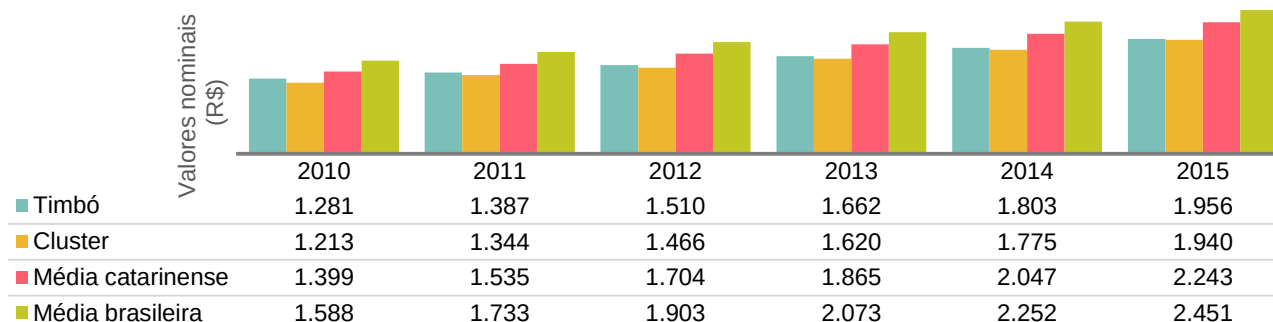
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento nos municípios do Cluster – 2010



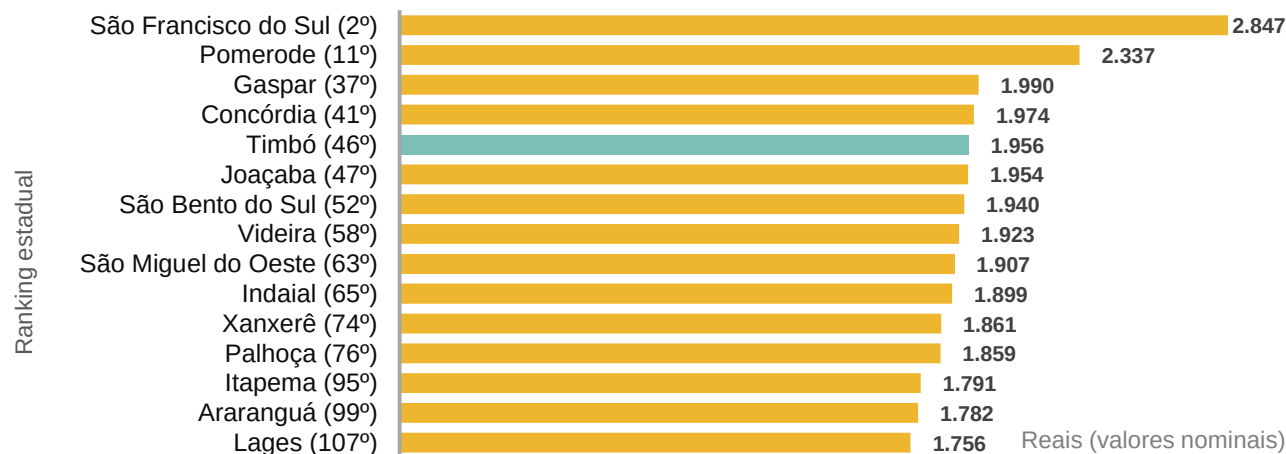
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Média salarial dos empregos formais



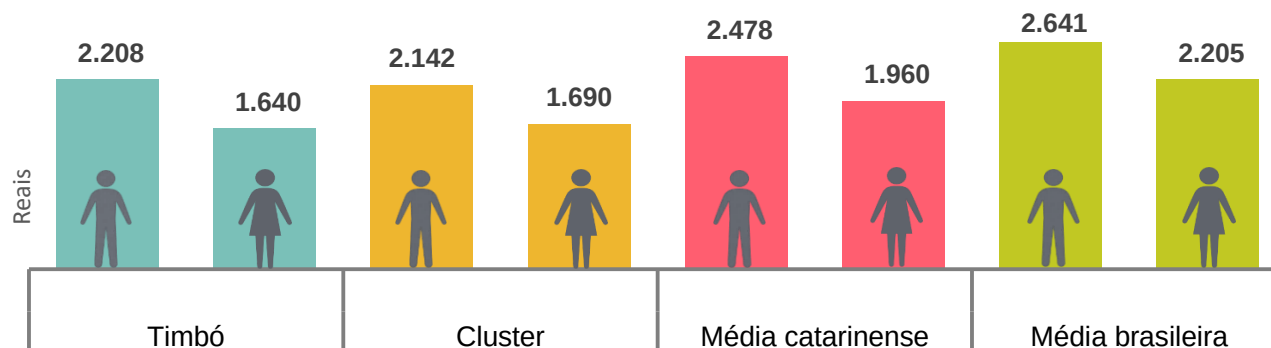
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais nos municípios do Cluster – 2015



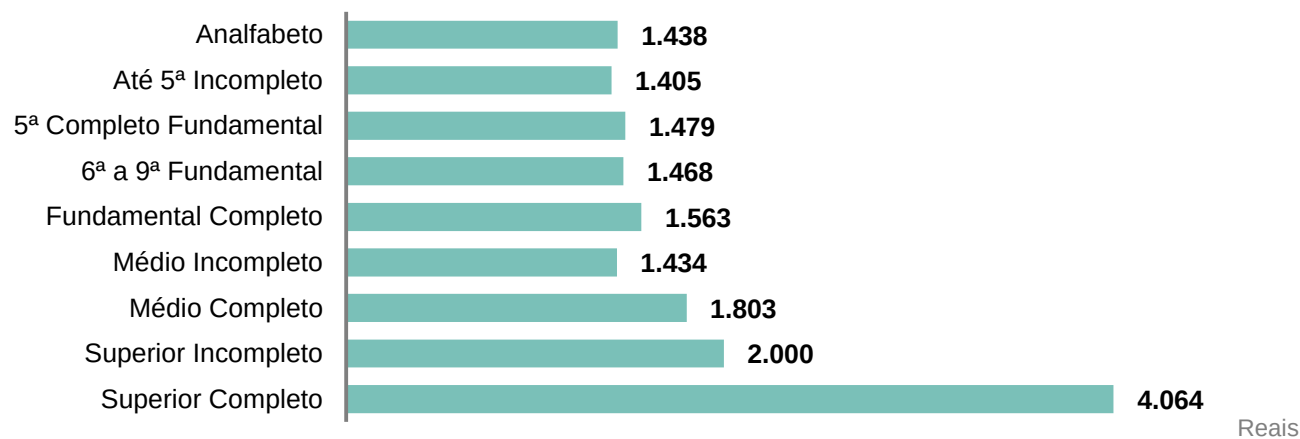
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais, segundo grau de escolaridade – Timbó – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

3.5 Potencial de Consumo

Em complemento ao item anterior, esta seção visa contribuir para um melhor delineamento e avaliação do perfil de renda e potencial de consumo das famílias do município, o que de certo modo contribui para o planejamento e modelagem de futuros investimentos associados à oferta de produtos e serviços.

As projeções que serão apresentadas a respeito do potencial de consumo para o ano de 2017 foram elaboradas pela IPC Marketing Editora e estão amparadas na metodologia recomendada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). A referida metodologia, em vigor desde 2015, configura-se como o critério mais utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado e opinião.

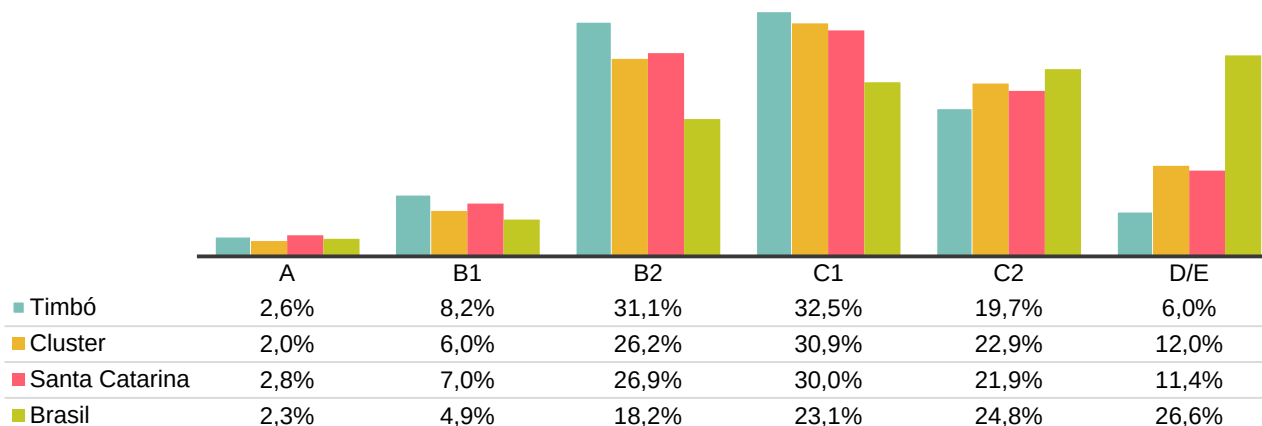
Segundo a ABEP, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) é um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar somando estes pontos. Realiza uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Para maiores informações a respeito destes critérios, recomenda-se a consulta ao *website* da ABEP (<http://www.abep.org/criterio-brasil>).

Visando oferecer uma ideia aproximada da renda média domiciliar dos estratos socioeconômicos resultantes da aplicação do Critério Brasil, tais estratos estão assim configurados: Classe A (R\$ 20.888,00); Classe B1 (R\$ 9.254,00), Classe B2 (R\$ 4.852,00), Classe C1 (R\$ 2.705,00), Classe C2 (R\$ 1.625,00) e Classe D-E (R\$ 768,00).

Em resumo, as projeções realizadas para Timbó sugerem um potencial de consumo da ordem de R\$ 1,3 bilhão para 2017. Sendo, R\$ 1,2 bilhão relacionado ao consumo urbano e R\$ 0,1 bilhão ao rural. Segundo essas projeções, Timbó apresenta-se como o 28º mercado consumidor catarinense.

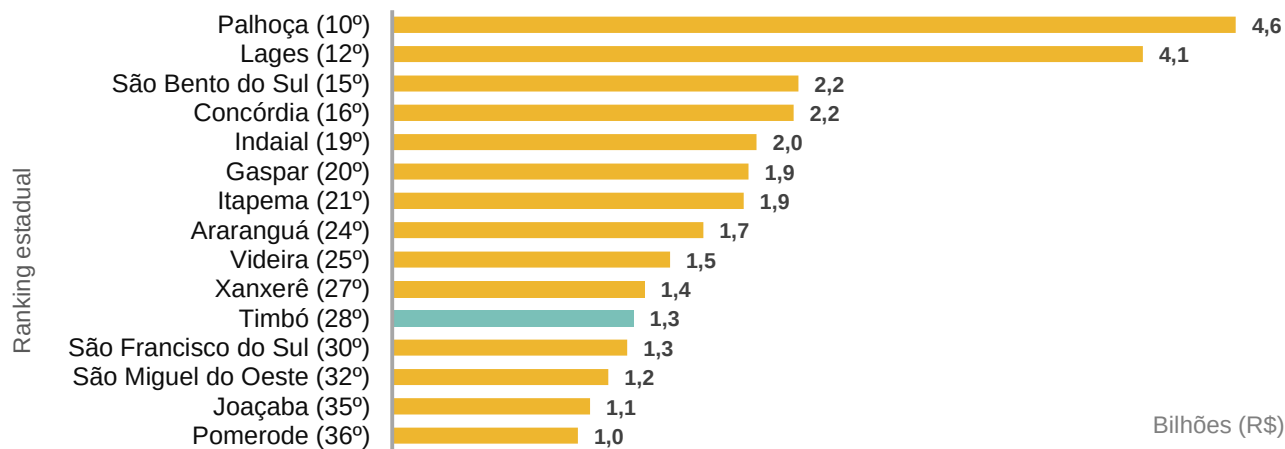


Configuração dos domicílios urbanos, segundo o perfil das classes econômicas – 2017



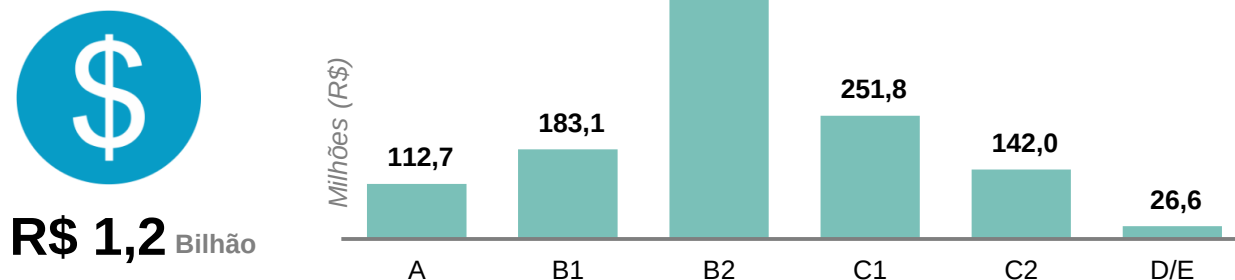
Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

Estimativa do potencial de consumo total dos municípios do Cluster – 2017



Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

Estimativa do potencial de consumo urbano total, segundo as classes econômicas – Timbó – 2017



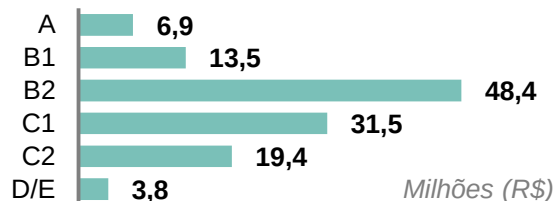
Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

As próximas páginas apresentam comparativos a respeito destas projeções e, de modo especial, estratificam o potencial de consumo urbano de Timbó para as classes econômicas A, B1, B2, C1, C2 e D/E em conformidade à 22 categorias de despesas.



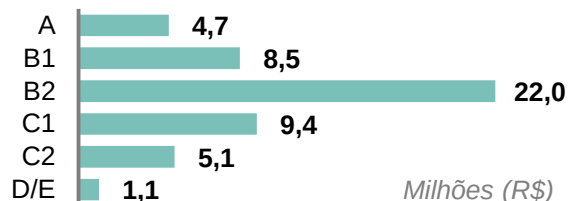
Alimentação no domicílio

123,5 Milhões



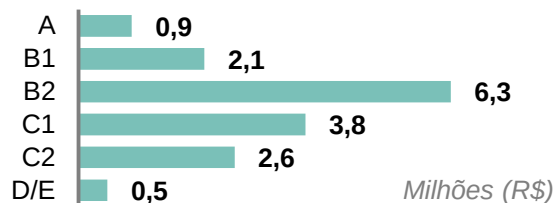
Alimentação fora do domicílio

50,7 Milhões



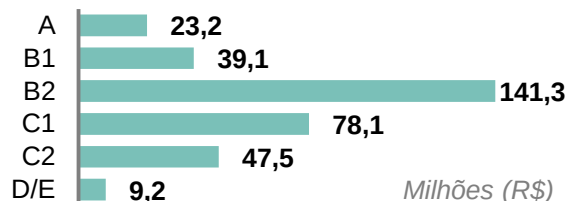
Bebidas

16,2 Milhões



Manutenção do lar

338,4 Milhões



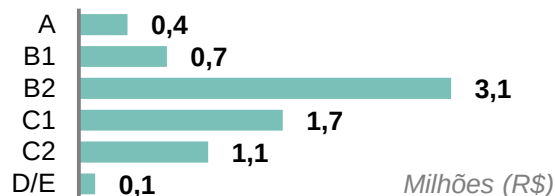
Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, para despesas com: alimentação no domicílio, alimentação fora do domicílio, bebidas e manutenção do lar.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



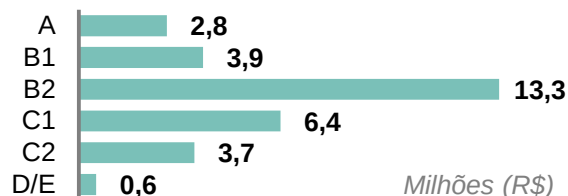
Artigos de limpeza

7,3 Milhões



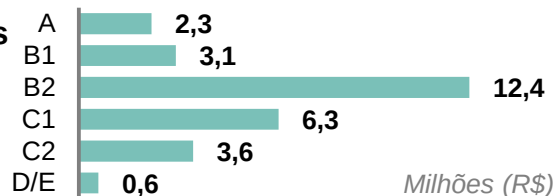
Mobiliários e artigos do lar

30,6 Milhões



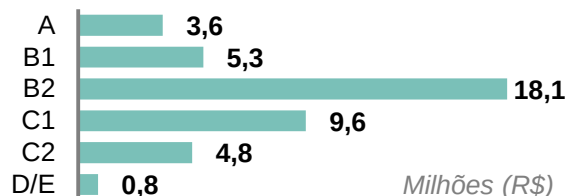
Eletrodomésticos e equipamentos

28,3 Milhões



Vestuário confeccionado

42,2 Milhões



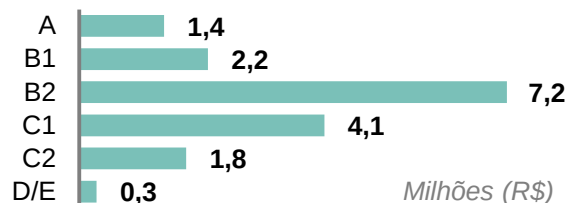
Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, para despesas com: artigos de limpeza, mobiliário e artigos do lar, eletrodomésticos e equipamentos e, vestuário confeccionado.

Fonte: IPC Marketing – IPC Maps – 2017.



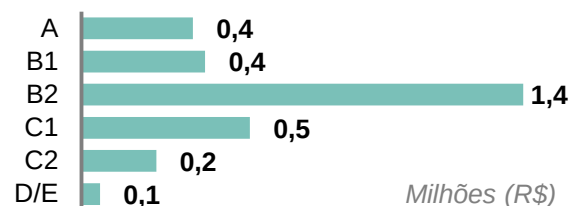
Calçados

17,1 Milhões



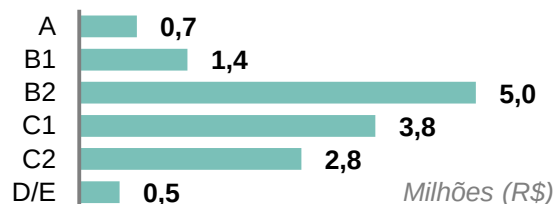
Outras despesas com vestuário

3,0 Milhões



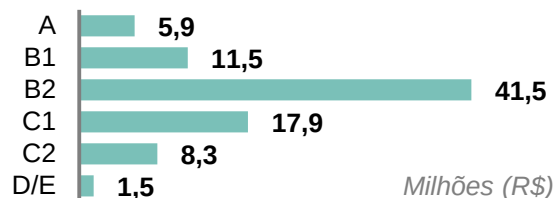
Transportes urbanos

14,2 Milhões



Gastos com veículo próprio

86,5 Milhões



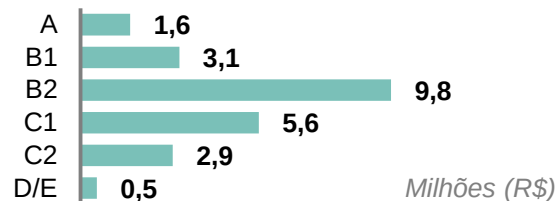
Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, para despesas com: calçados, outras despesas com vestuário, transportes urbanos e gastos com veículo próprio.

Fonte: IPC Marketing – IPC Maps – 2017.



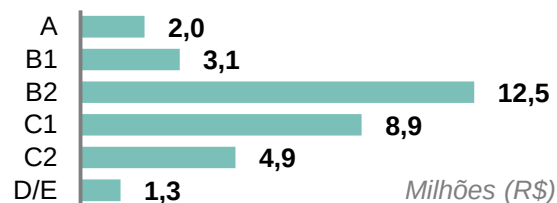
Higiene e cuidados pessoais

23,6 Milhões



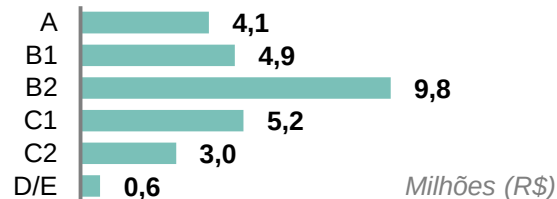
Gastos com medicamentos

32,7 Milhões



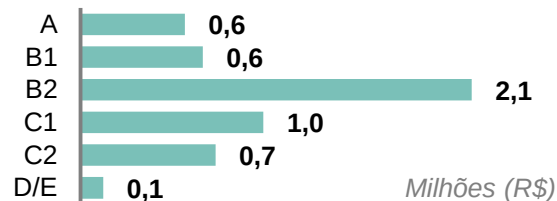
Outras despesas com saúde

27,5 Milhões



Livros e material escolar

5,1 Milhões



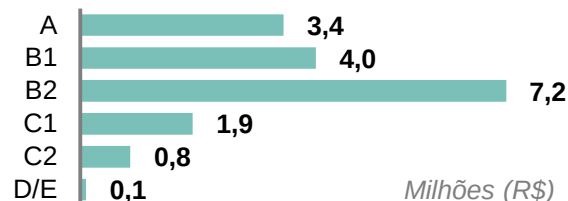
Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, segundo despesas com: higiene e cuidados pessoais, medicamentos, outras despesas com saúde e livros e material escolar.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



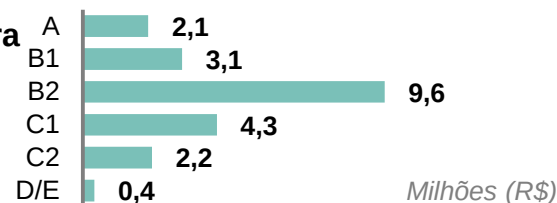
Matrículas e mensalidades

17,5 Milhões



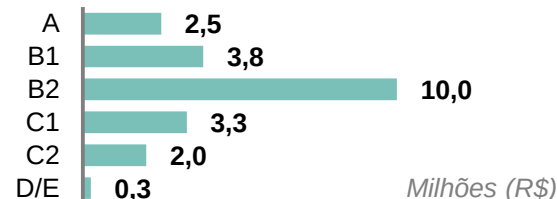
Despesas com recreação e cultura

21,6 Milhões



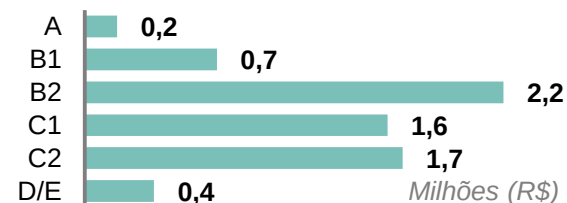
Despesas com viagens

21,9 Milhões



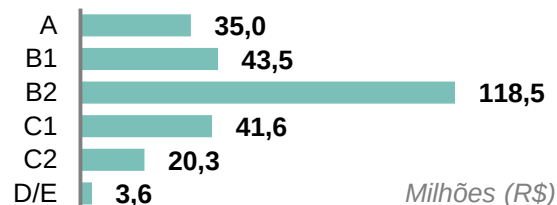
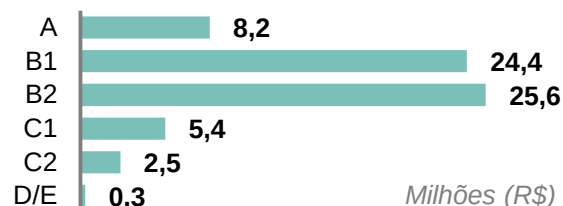
Fumo

6,7 Milhões



Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, para despesas com: matrículas e mensalidades, recreação e cultura, viagens e fumo.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



Projeção do potencial de consumo urbano de Timbó - 2017, segundo despesas com: materiais de construção e outras despesas.

Fonte: IPC Marketing – IPC Maps – 2017.

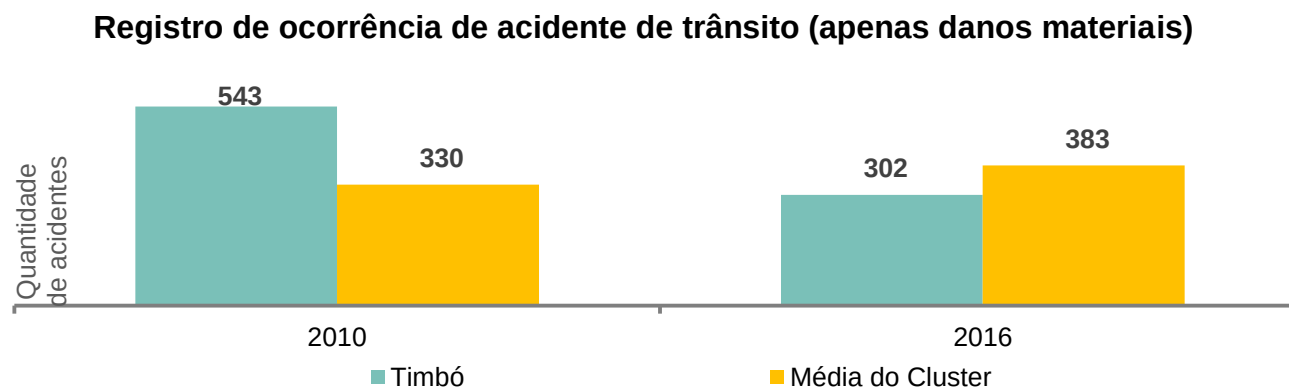
3.6 Segurança Pública

Os gráficos e tabelas a seguir apresentam um panorama a respeito da segurança pública em Timbó. Os dados apresentados foram coletados junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-SC).

Registro de ocorrência de mortes violentas em Timbó – 2010/2016			
Tipo de ocorrência	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Homicídio doloso	2	-	-100,0
Latrocínio	1	-	-100,0
Lesão corporal seguida de morte	-	-	0,0
Homicídio decorrentes de ação da polícia civil	-	-	0,0
Homicídio decorrentes de ação da polícia militar	-	-	0,0
Policial civil morto em serviço ¹	-	-	0,0
Policial militar morto em serviço ¹	-	-	0,0

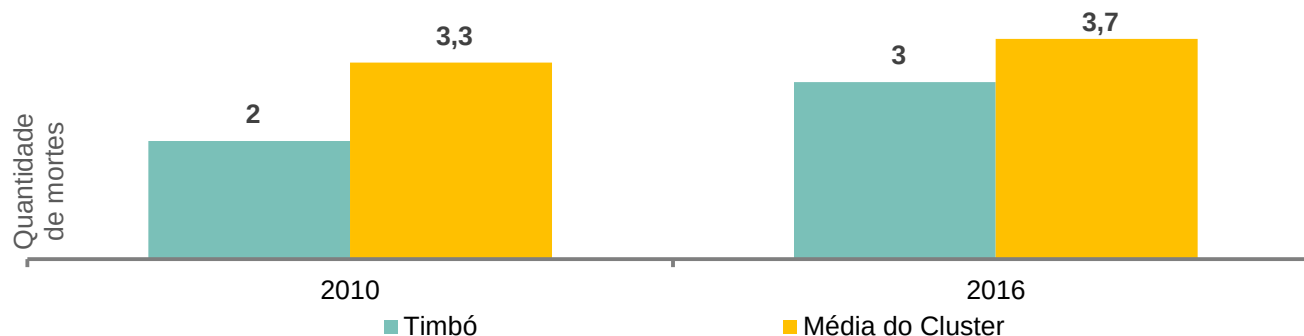
Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Nota: (1) já contabilizado no indicador homicídio doloso.



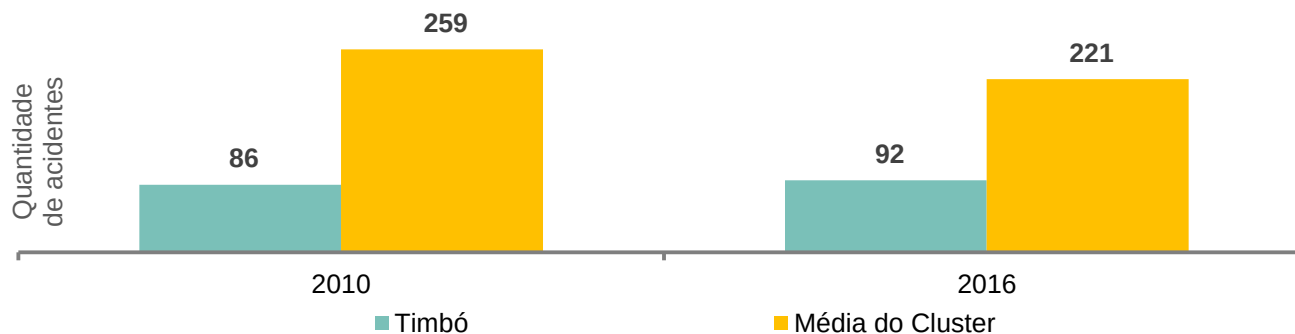
Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrências de mortes em acidente de trânsito



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrências de lesão corporal dolosa



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrência de furtos em Timbó – 2010/2016

Tipo de furto	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Furto a banco	-	-	0,0
Furto de bicicleta	62	47	-24,2
Furto de motocicleta	23	9	-60,9
Furto de automóvel/camioneta	19	16	-15,8
Furto em veículo	42	47	11,9
Furto em residência	84	86	2,4
Furto em comércio	40	28	-30,0
Furto em empresa/fábrica	5	6	20,0
Furto de telefone celular	13	19	46,2
Outros furtos	163	127	-22,1
Total de furtos	451	385	-14,6

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrência de roubos em Timbó – 2010/2016

Tipo de roubo	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Roubo a banco	-	-	0,0
Roubo a transeunte	5	22	340,0
Roubo de motocicleta	3	1	-66,7
Roubo de automóvel/camioneta	7	9	28,6
Roubo em veículo	1	2	100,0
Roubo em comércio	4	16	300,0
Roubo em residência	2	11	450,0
Outros roubos	-	12	0,0
Total de roubos	22	73	231,8

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

4 INFRAESTRUTURA

Este capítulo apresenta indicadores relacionados à infraestrutura de Timbó tomando por referencial aspectos como: energia, abastecimento de água, coleta de esgoto, telecomunicações e transportes.

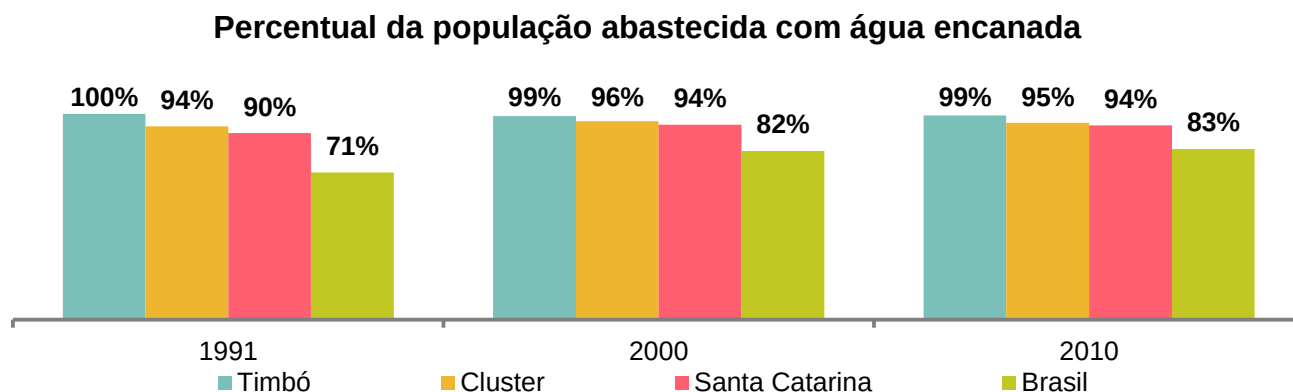
4.1 Energia

Perfil do consumo de energia elétrica em Timbó – 2012				
Tipologia das unidades consumidoras	Unidades consumidoras		Consumo kWh (Cativo + livre)	
	Unidades	Participação (%)	KWh (Cativo + livre)	Participação (%)
Residencial	12.027	79,8	35.093.328	21,8
Industrial	871	5,8	94.843.846	58,8
Comercial	1.465	9,7	20.208.094	12,5
Rural	549	3,6	2.821.184	1,7
Poder Público	129	0,9	2.123.616	1,3
Iluminação Pública	1	0,0	4.128.919	2,6
Serviço Público	27	0,2	1.926.396	1,2
Próprio	2	0,0	120.414	0,1
Revenda	-	0,0	-	0,0
Consumidores Total	15.071	100,0	161.265.797	100,0

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina de Santa Catarina - 2012.

Timbó conta com o abastecimento de gás natural realizado pela Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS). Segundo esta instituição, o município conta com dois postos de abastecimento de gás natural veicular.

4.2 Abastecimento de água

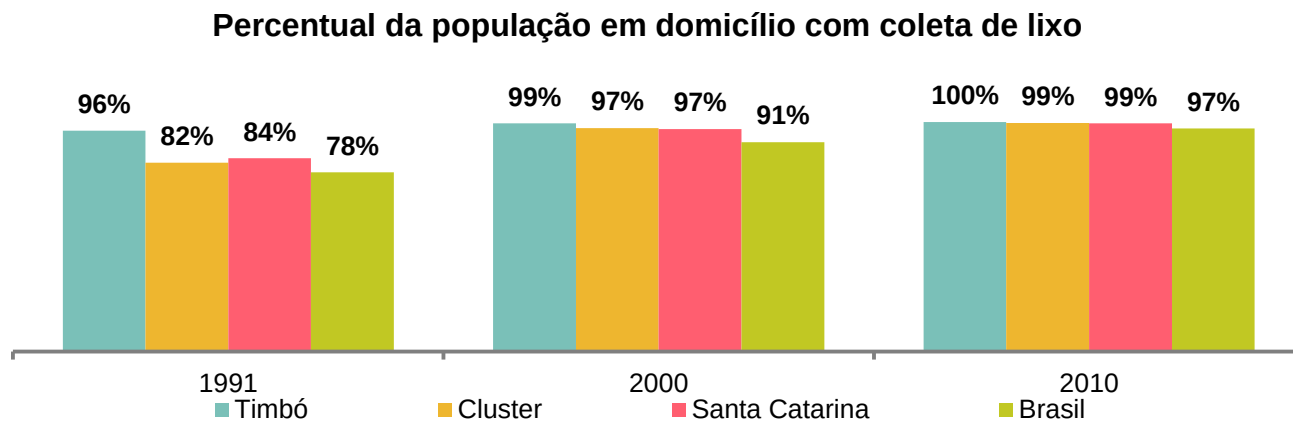


Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

4.3 Coleta de esgoto

Segundo dados do IBGE, Timbó apresenta 59,2% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado. Comparativamente aos demais municípios catarinenses, Timbó ocupa a 153ª colocação neste indicador. Vale salientar que o termo “adequado” se refere ao escoadouro de dejetos através de ligação do domicílio à rede coletora ou fossa séptica. Sobre este aspecto, dados do IBGE relativos a 2000 apontam que somente 4,8% dos domicílios estavam ligados à rede de esgoto ou pluvial, os demais 95,2% tinham as fossas sépticas como destinação.

4.4 Coleta de lixo



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

4.5 Telecomunicações

Estações de Rádio Base (ERB) instaladas em Timbó – 2016		
DDD	Operadora	ERB instalada
47	CLARO	Sim
	NEXTEL	Não
	OI MÓVEL	Sim
	TIM	Sim
	VIVO	Sim

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – Estações de Rádio Base – 2016.

Nota: A não instalação de ERB, não indica a ausência de cobertura.

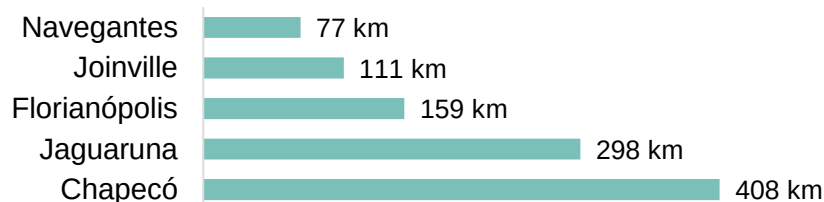
4.6 Transportes

Segundo o IBGE, em 2010, Timbó apresentava 76,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 42% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

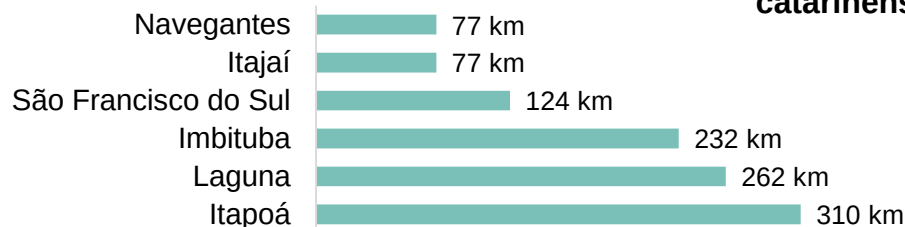
Os principais acessos rodoviários para Timbó se dão pelas rodovias estaduais SC-110, SC-477 e pela BR-470. O aeroporto mais próximo da cidade está localizado em Navegantes.



Distância rodoviária de Timbó em relação aos principais aeroportos catarinenses:



Distância rodoviária de Timbó em relação aos principais portos catarinenses:



Distância rodoviária em relação aos principais aeroportos e portos catarinenses.

Fonte: CIASC – Mapa Interativo de Santa Catarina.

5 FINANÇAS PÚBLICAS

Os indicadores e informações apresentados neste capítulo são oriundos de dados oficiais coletados junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Em 2015, Timbó registrou uma receita arrecadada de R\$ 132 milhões e uma despesa de R\$ 124,8 milhões. Considerando a parcela disponível da receita corrente após a cobertura das despesas de pessoal e custeio e da amortização e juros da dívida, a capacidade de poupança do município ficou em 12,5% - um patamar ligeiramente abaixo dos 12,9% registrado em 2013, ou seja, houve uma leve redução da capacidade de financiar investimentos com recursos próprios. Vale notar que no tocante à capacidade de investimento público per capita, Timbó fechou o ano de 2015 na 96ª colocação catarinense.

Em 2015, as Receitas de Transferência da União representaram 17,3% da receita arrecadada pelo município. No mesmo ano, as receitas tributárias somaram R\$ 22,4 milhões (a 28ª arrecadação tributária de Santa Catarina).

Sob a perspectiva da relação entre capacidade de geração de receita própria e transferências intergovernamentais, no ano de 2015, Timbó registrou uma relação de 0,41. Ou seja, para cada R\$ 1,00 oriundo de transferências intergovernamentais, o município conseguiu gerar R\$ 0,41 de receita própria. Em 2013, esta relação era de 0,39.

Em 2015, Timbó ficou na 34ª colocação em arrecadação per capita de ISS e na 24ª posição estadual de recolhimento per capita de IPTU.



Receita Orçamentária – Timbó – 2013/2015					
Rubrica	2013		2015		Δ (%) 2015/2013
	Reais	(%)	Reais	(%)	
Receita Corrente	107.237.757	95,4	123.786.813	93,8	15,4
Receita tributária	18.731.612	17,5	22.422.592	18,1	19,7
ISS	5.862.886	31,3	7.243.491	32,3	23,5
IPTU	5.200.083	27,8	6.729.223	30,0	29,4
IRRF	1.903.144	10,2	2.198.975	9,8	15,5
ITBI	2.206.969	11,8	1.907.275	8,5	-13,6
ITR	-	0,0	-	0,0	0,0
Taxas e Cont. de melhoria	3.558.529	19,0	4.343.628	19,4	22,1
Receita de transf. intergovernamentais	67.846.890	63,3	74.168.558	59,9	9,3
Cota FPM	16.526.756	24,4	17.673.795	23,8	6,9
Cota ICMS	25.592.146	37,7	27.364.659	36,9	6,9
FUNDEB	12.678.644	18,7	14.632.807	19,7	15,4
SUS (União + Estado)	6.431.453	9,5	6.019.289	8,1	-6,4
Cota IPVA	3.551.715	5,2	4.277.146	5,8	20,4
Royalties	-	0,0	198.170	0,3	0,0
Outras transf. intergovernamentais	3.066.177	4,5	4.002.693	5,4	30,5
Outras receitas de transferências	15.860	0,0	-	0,0	-100,0
Outras receitas correntes	20.643.395	19,3	27.195.664	22,0	31,7
Receita de capital	11.818.062	10,5	13.331.864	10,1	12,8
Total de deduções	- 12.608.945	-11,2	- 11.718.679	-8,9	-7,1
Total da receita	112.433.192	100,0	131.998.181	100,0	17,4

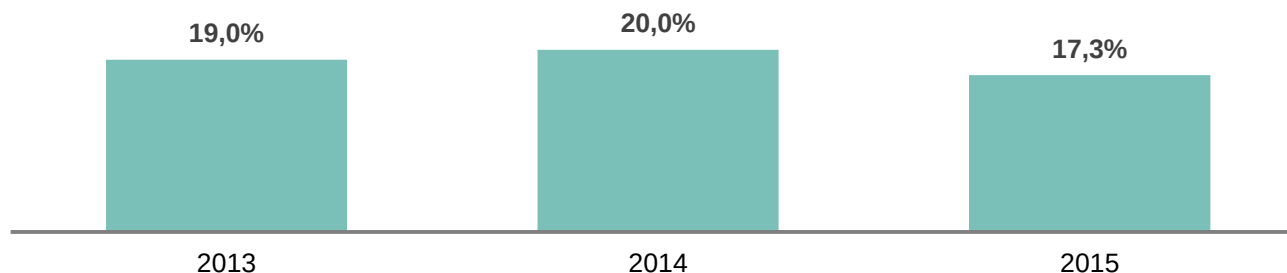
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – 2013-2015.



Despesas Orçamentárias Empenhadas – Timbó – 2013/2015					
Rubrica	2013		2015		Δ (%) 2015/2013
	Reais	(%)	Reais	(%)	
Despesas Correntes	86.994.860	83,9	103.145.611	82,7	18,6
Pessoal e encargos sociais	48.010.710	55,2	56.333.927	54,6	17,3
Juros e encargos dívida	315.986	0,4	31.994	0,0	-89,9
Outras despesas correntes	38.668.164	44,4	46.779.690	45,4	21,0
Despesas de Capital	16.713.585	16,1	21.614.800	17,3	29,3
Investimentos	15.275.095	91,4	19.587.634	90,6	28,2
Inversões financeiras	-	0,0	-	0,0	0,0
Amortização da dívida	1.438.490	8,6	2.027.166	9,4	40,9
Reserva de RPPS e de contingência	-	0,0	-	0,0	0,0
Total da despesa	103.708.446	100,0	124.760.412	100,0	20,3

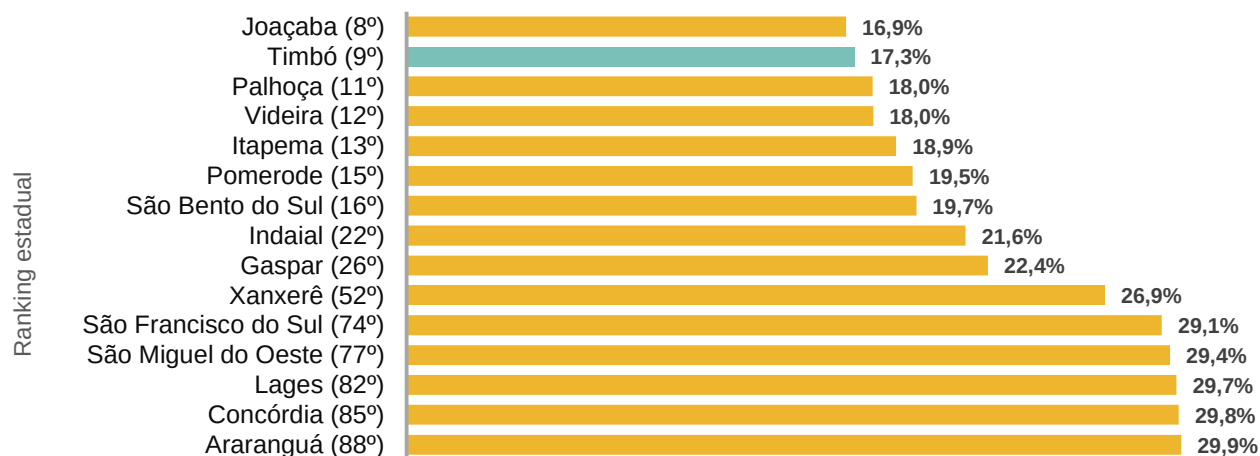
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2013-2015.

Participação das Transferências da União na Receita Arrecadada de Timbó



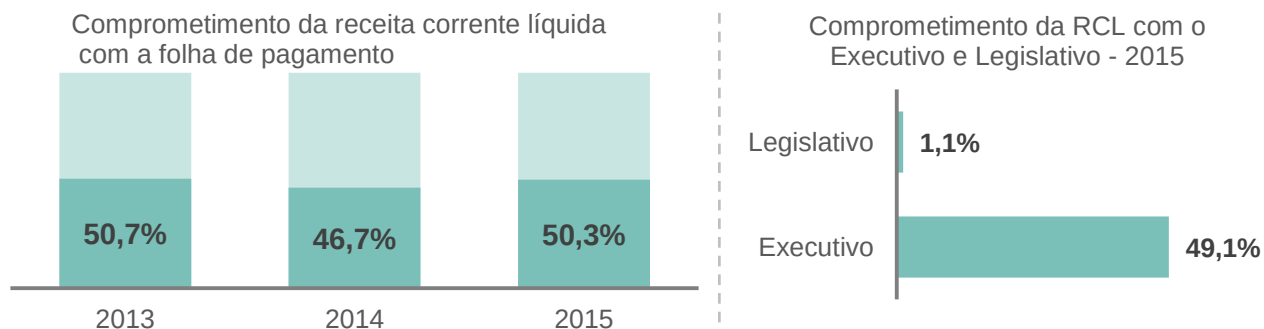
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Participação das Transferências da União na Receita Arrecadada nos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) de Timbó com a folha de pagamento e da RCL com o Legislativo e Executivo municipal

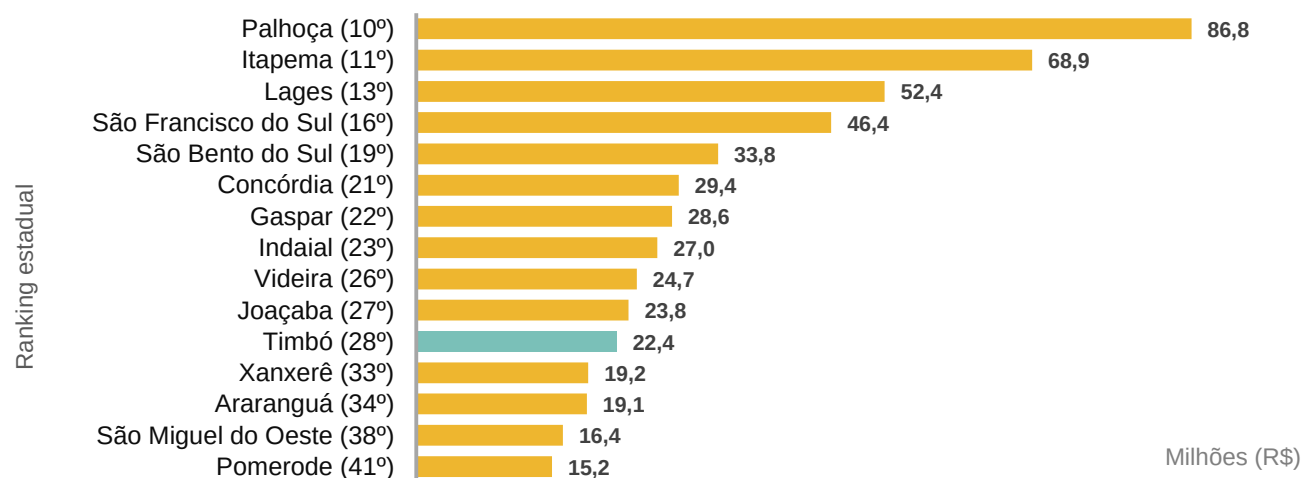


Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Conforme apresentado no gráfico anterior, vale sublinhar que, nos três anos da série apresentada, Timbó atendeu ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal de 1988, dispõe que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

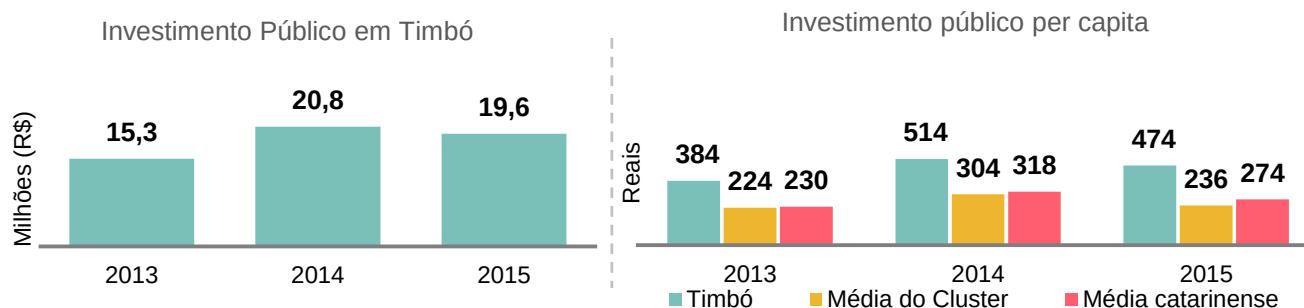
A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) fixou que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, para os Municípios, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida (artigo 19), assim distribuídos (artigo 20): 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.

Comparativo da receita tributária dos municípios do Cluster – 2015

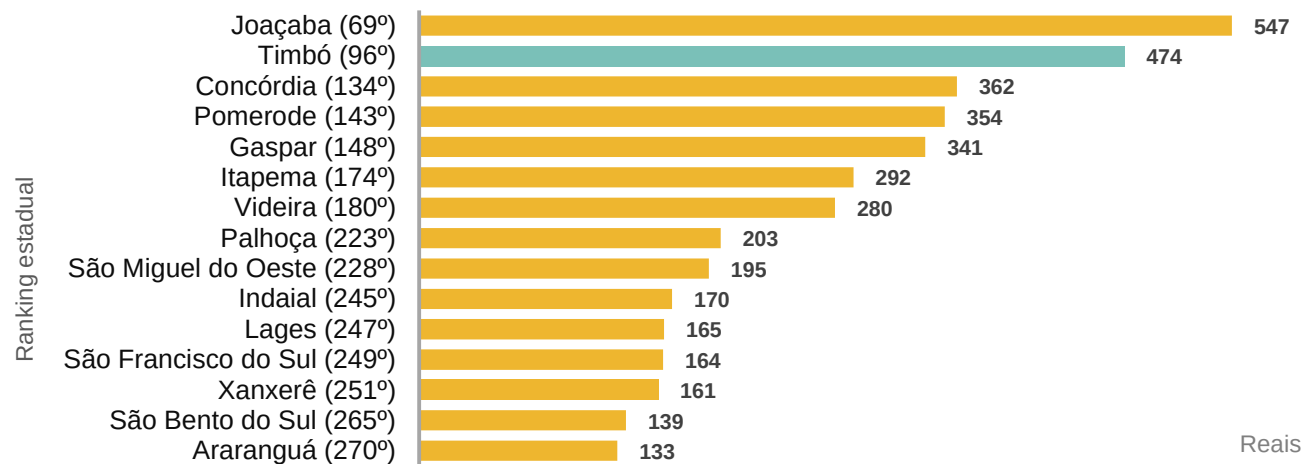


Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

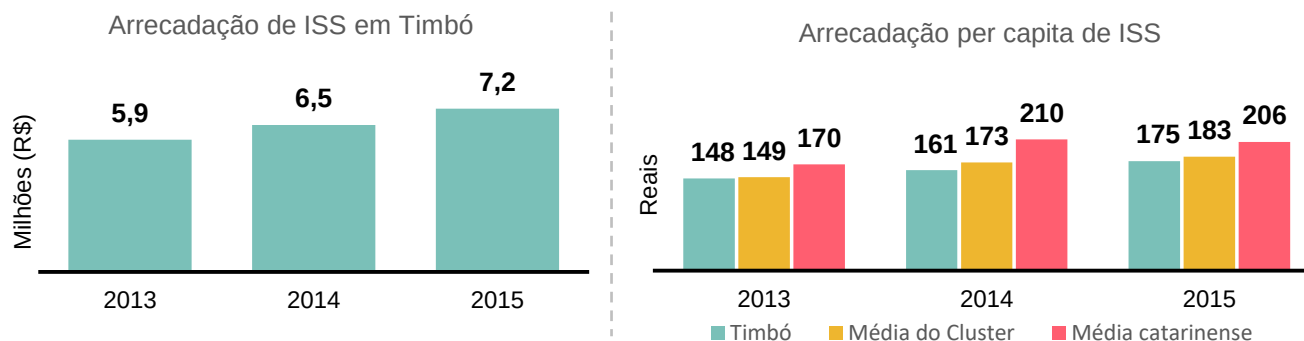
Investimento Público em Timbó e comparativo do investimento per capita



Investimento público per capita dos municípios do Cluster – 2015

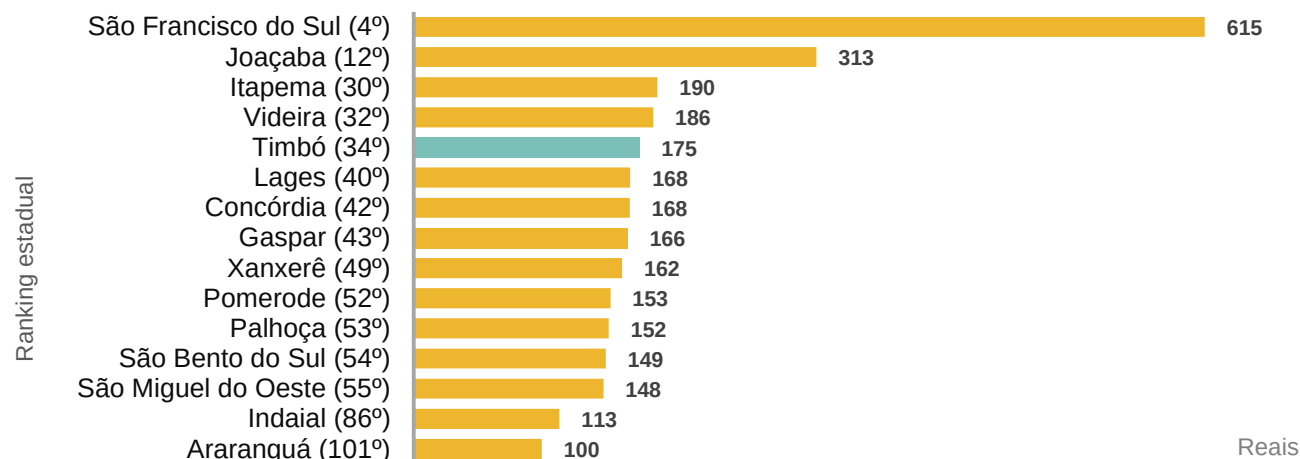


Arrecadação de ISS em Timbó e comparativo da arrecadação per capita



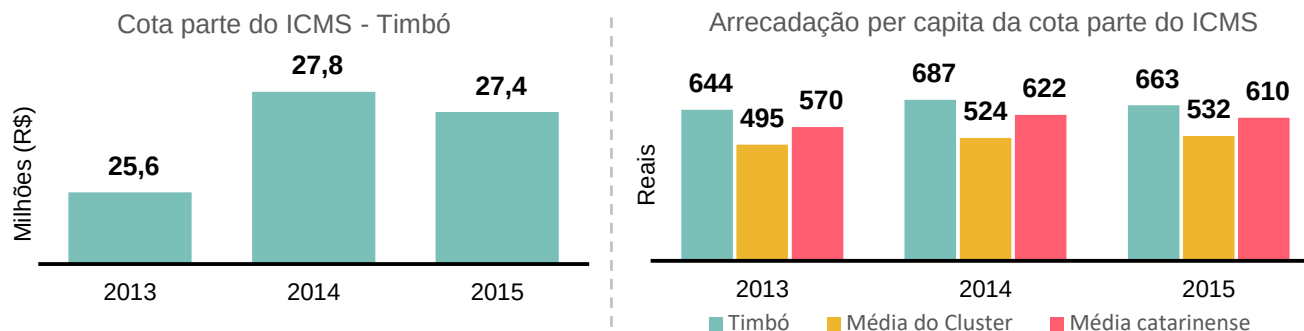
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Arrecadação per capita de ISS nos municípios do Cluster – 2015



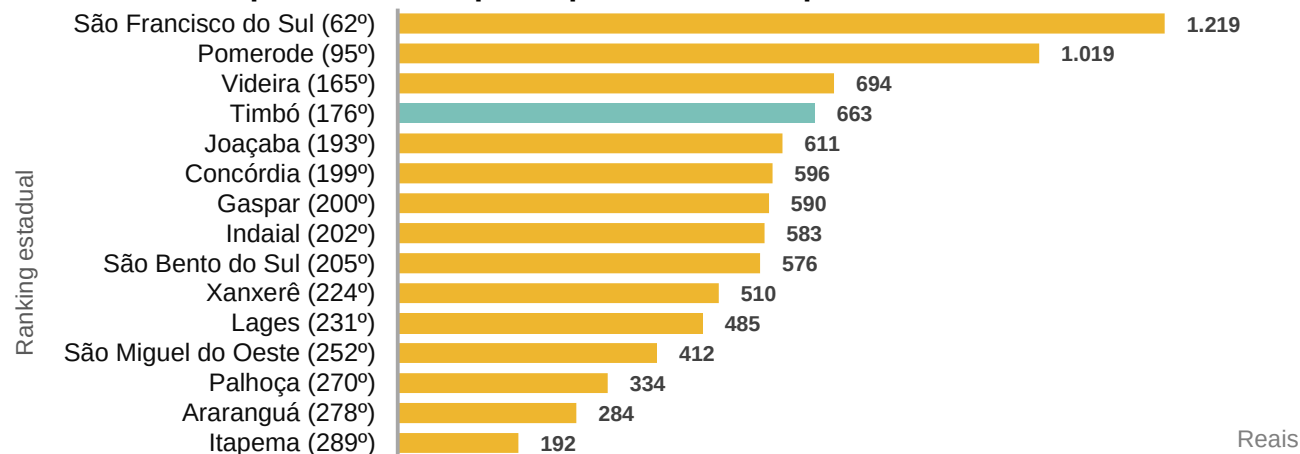
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Cota parte do ICMS em Timbó e comparativo da arrecadação per capita



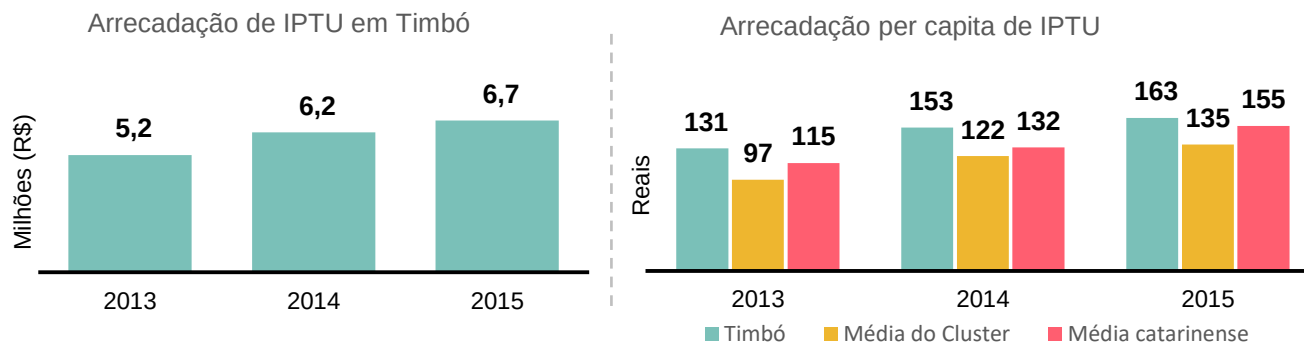
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2013-2015.

Cota parte do ICMS per capita dos municípios do Cluster – 2015



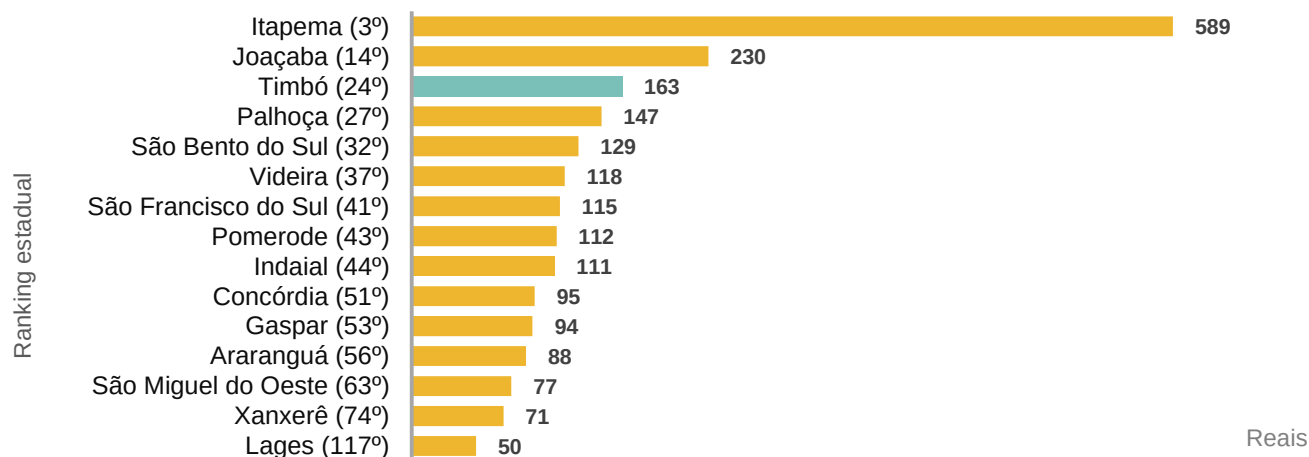
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2015.

Arrecadação de IPTU em Timbó e comparativo da arrecadação per capita



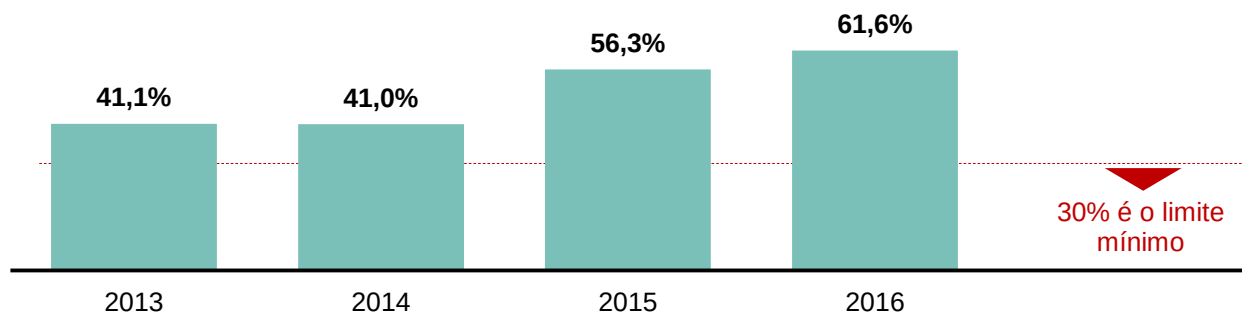
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Arrecadação per capita de IPTU nos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar⁶ para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Timbó



Fonte: Fundo Nacional da Educação – FNDE.

Timbó alcançou o limite mínimo estipulado de aquisição de produtos da agricultura familiar (PNDE) em todos os quatro anos da série.

⁶ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE, em especial no que tange:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

6 ASPECTOS ECONÔMICOS

Esta seção estabelece uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica timboense. As informações e análises trazidas, são oriundas de fontes oficiais e estão organizadas em cinco subitens: produto interno bruto, comércio exterior, empresas e empregos, microempreendedores individuais e valor adicionado fiscal.

6.1 Produto Interno Bruto - PIB

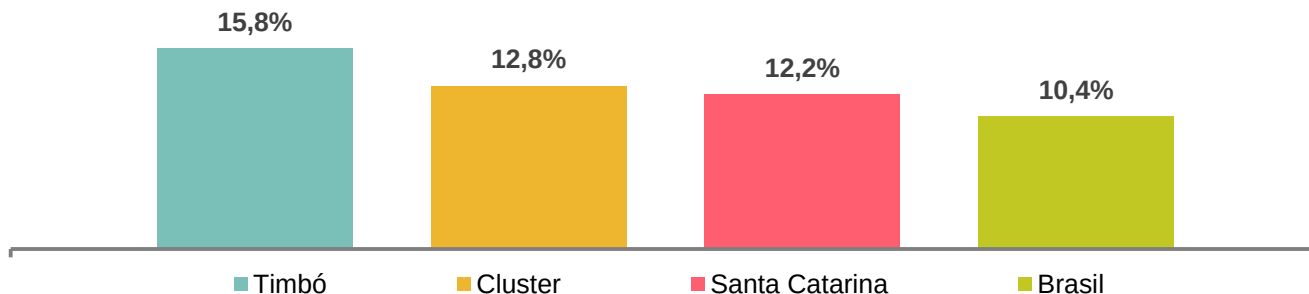
Segundo o IBGE, em 2014, a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos por Timbó alcançou um montante de R\$ 1,8 bilhão. O PIB deste município apresentou um ritmo de crescimento superior à média estadual, o que significou a elevação de sua participação de 0,65% em 2010, para 0,74% do PIB catarinense em 2014.

PIB e PIB per capita – Timbó – 2010-2014				
Ano	PIB a preços correntes		PIB per capita a preços correntes	
	(Mil reais)	Posição em SC	(Reais)	Posição em SC
2010	1.000.350	29º	27.203	39º
2011	1.179.960	29º	31.597	40º
2012	1.247.230	29º	32.914	45º
2013	1.379.036	27º	34.701	53º
2014	1.798.274	26º	44.385	32º

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

Nota: PIB em valores nominais.

Taxa média anual de crescimento do PIB em valores correntes – 2010-2014



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014.

Em 2014, segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, 0,5% do PIB timboense estava ligado à agropecuária, 41,4% à indústria, 7,2% ao comércio e 28,5% ao segmento de prestação de serviços. A administração pública e os impostos representavam 22,4%.

Representatividade do VAB na composição do PIB – 2014			
Valor adicionado bruto (VAB)	Timbó	Cluster	Santa Catarina
1. Agropecuária	0,5%	2,4%	5,2%
2. Indústria	41,4%	29,8%	25,5%
3. Comércio	7,2%	13,5%	13,5%
4. Serviços	28,5%	28,5%	29,1%
5. Administração Pública	9,0%	10,8%	10,9%
6. Impostos	13,3%	14,8%	15,8%
Total do PIB	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

As tabelas a seguir apresentam uma estratificação do valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária, indústria, comércio e serviços.

Estratificação do VAB Agropecuário e Industrial, segundo atividades econômicas – Timbó – 2014		
Segmento econômico	Mil (reais)	Participação
1. VAB Agropecuária	9.825	0,5%
1.1 Lavoura permanente	684	7,0%
1.2 Lavoura temporária	4.008	40,8%
1.3 Pecuária	2.905	29,6%
1.3.1 Criação de aves	486	16,7%
1.3.2 Criação de suínos	491	16,9%
1.3.3 Criação de bovinos e outros animais	1.929	66,4%
1.4 Pesca e aquicultura	1.598	16,3%
1.5 Silvicultura e extração vegetal	631	6,4%
2. VAB Indústria	744.858	41,4%
2.1 Extrativa	48	0,0%
2.2 Transformação	681.513	91,5%
2.2.1 Alimentos e Bebidas	21.650	3,2%
2.2.2 Automóveis	25.775	3,8%
2.2.3 Confeção e Têxtil	137.782	20,2%
2.2.4 Madeira e Celulose	17.778	2,6%
2.2.5 Eletrometal-Mecânica	431.895	63,4%
2.2.6 Demais	46.633	6,8%
2.3 Construção Civil	49.940	6,7%
2.4 Serviços industriais de utilidade pública	13.358	1,8%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

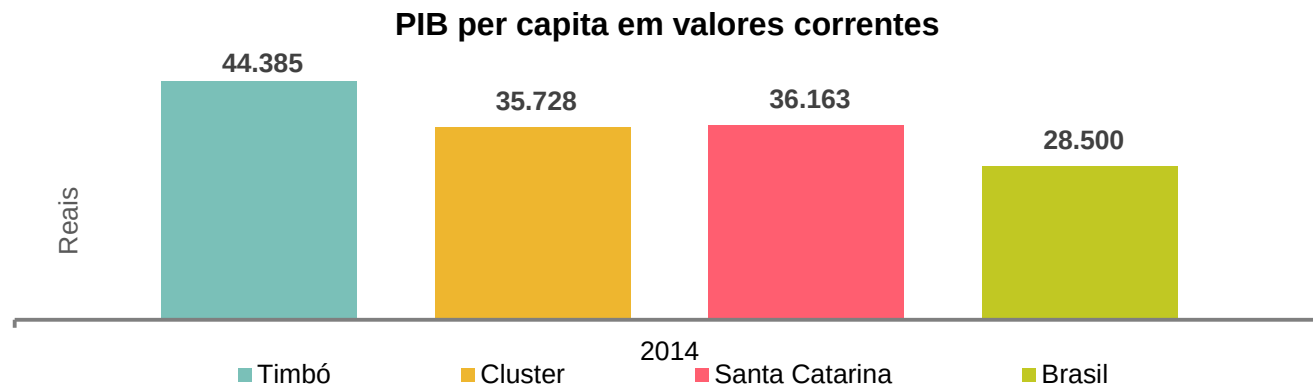
Nota: VAB em valores nominais.

Estratificação do VAB do Comércio e Serviços, segundo atividades econômicas – Timbó – 2014		
Segmento econômico	Mil (reais)	Participação
3. VAB do Comércio	129.304	7,2%
3.1. Atacadista, exceto combustíveis	25.299	19,6%
3.2. Veículos automotores e motocicletas	17.146	13,3%
3.3. Atacadista de combustíveis	2	0,0%
3.4. Varejista	86.858	67,2%
4. Prestação de serviços	513.330	28,5%
4.1 Alojamento e Alimentação	17.505	3,4%
4.1.1 Alojamento	2.549	14,6%
4.1.2. Alimentação - empresas não financeiras	11.528	65,9%
4.1.3 Alimentação - famílias	3.427	19,6%
4.2 Transporte, armazenagem e correio	78.616	15,3%
4.2.1 Transporte terrestre de passageiros	11.952	15,2%
4.2.2 Transporte de terrestre de cargas	33.737	42,9%
4.2.3 Transporte aquaviário	-	0,0%
4.2.4 Transporte aéreo	-	0,0%
4.2.5 Correio	1.142	1,5%
4.2.6 Armazenagem e outros	31.785	40,4%
4.3. Serviços de informação	43.113	8,4%
4.3.1 Telecomunicações	13.135	30,5%
4.3.2. Demais serviços de informações	29.978	69,5%
4.4 Intermediação financeira	59.615	11,6%
4.5 Atividades imobiliárias	138.485	27,0%
4.6. Ativ. Prof., científicas e téc., adm. e serv. complementares	120.121	23,4%
4.7 Educação Privada	5.018	1,0%
4.8 Saúde privada	19.923	3,9%
4.9 Artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços	30.936	6,0%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

Nota: VAB em valores nominais.

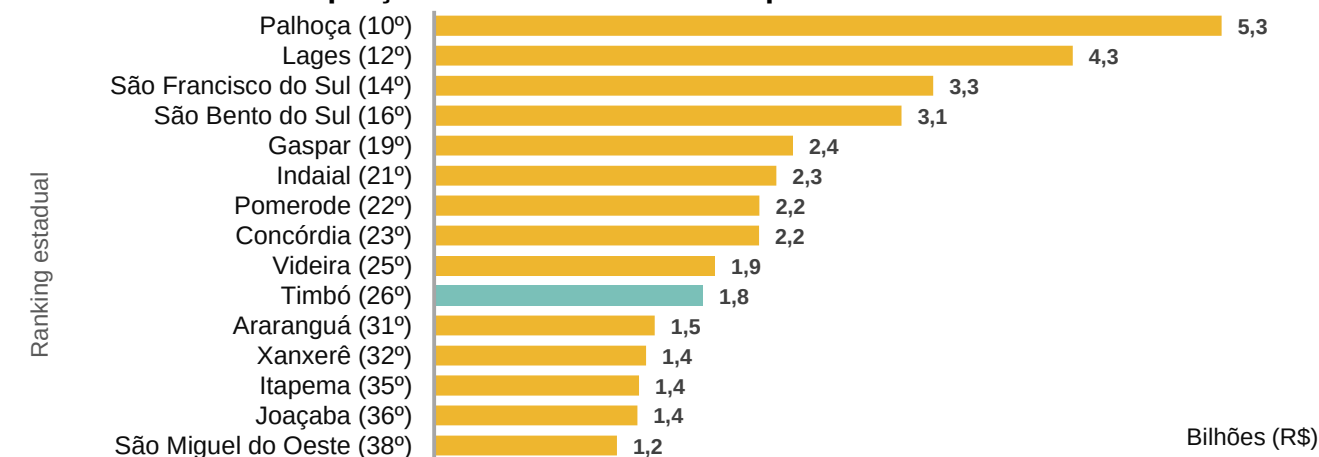
Em 2014, o PIB per capita de Timbó, alcançou o valor de R\$ 44.385,00, o 32º maior de Santa Catarina. No comparativo deste indicador, o município ficou acima da média do cluster, estadual e nacional.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

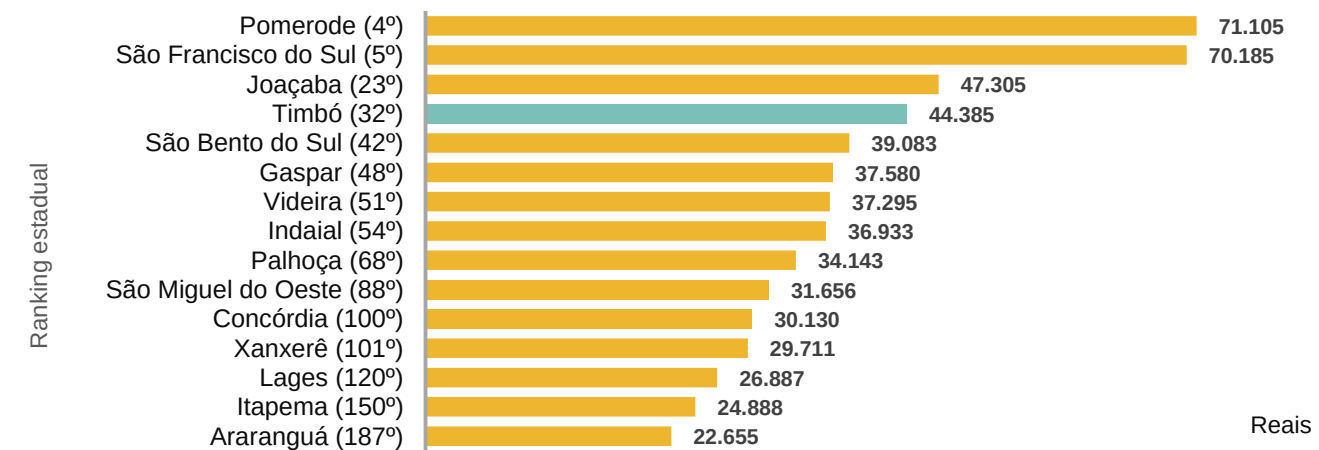
Os gráficos a seguir, caracterizam o posicionamento de Timbó frente ao cenário estadual e do cluster em relação ao PIB e PIB per capita de 2014.

PIB a preços correntes nos municípios do Cluster – 2014



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

PIB per capita a preços correntes nos municípios do Cluster – 2014



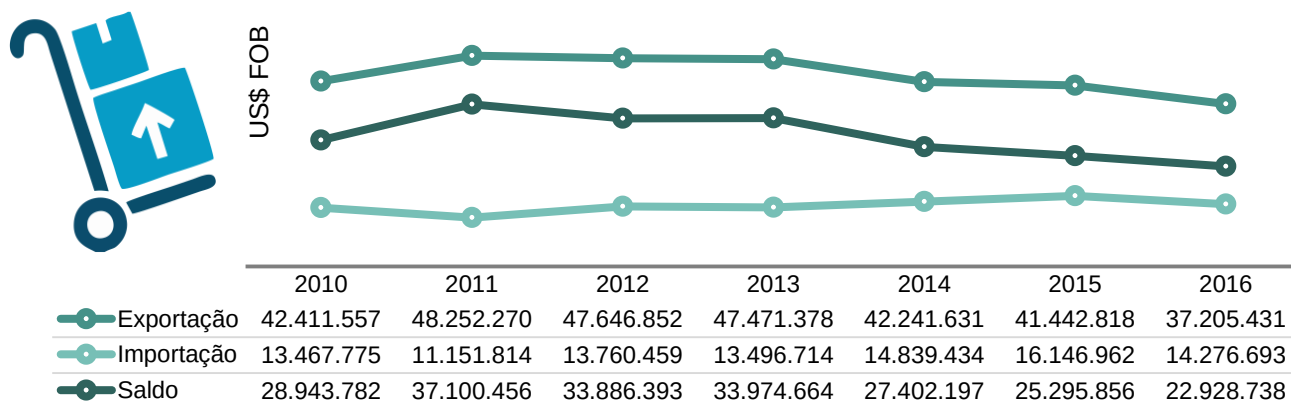
Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

6.2 Comércio Exterior

Do ponto de vista do comércio internacional, Timbó registrou em 2016 uma corrente de comércio de US\$ 51,5 milhões, com retração de 7,9% sobre 2010, quando atingiu US\$ 55,9 milhões.

As exportações encerraram 2016 com um valor de US\$ 37,2 milhões e as importações, com US\$ 14,3 milhões. Em relação a 2010, as exportações apresentaram queda de 12,3%, e as importações, uma alta de 6%. Com esse desempenho, a balança comercial do município fechou 2016 com um saldo positivo de US\$ 22,9 milhões.

Balança Comercial de Timbó



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

Em 2016, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações de Timbó foram realizadas por 28 empresas.

Número de empresas, segundo as faixas de valores exportados – Timbó – 2010/2016		
Faixa de exportação	2010	2016
Até US\$ 1 milhão	15	23
Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões	2	2
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	2	2
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões	1	1
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	-	-
Acima de US\$ 100 milhões	-	-
Total	20	28

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

A tabela a seguir apresenta os principais países de destino das exportações e origem das importações de Timbó em 2016.

Principais países de destino das exportações e origem das importações – Timbó – 2016

Destino das exportações			Origem das importações		
País	US\$ FOB	(%)	País	US\$ FOB	(%)
Paraguai	8.973.264	24,1	China	10.235.911	71,7
Estados Unidos	6.203.289	16,7	Turquia	2.242.244	15,7
Uruguai	3.067.172	8,24	Coréia do Sul	631.820	4,4
Bolívia	2.103.934	5,65	Alemanha	410.710	2,9
Argentina	1.643.943	4,42	Peru	230.121	1,6
Chile	1.583.634	4,26	Tailândia	114.829	0,8
Espanha	1.414.490	3,8	Taiwan (Formosa)	109.462	0,8
México	1.332.658	3,58	Estados Unidos	71.410	0,5
Tailândia	1.160.313	3,12	Itália	65.342	0,5
Austrália	1.012.798	2,72	Suécia	39.220	0,3
Canada	803.835	2,16	Hong Kong	31.588	0,2
Colômbia	647.106	1,74	Uruguai	31.410	0,2
África do Sul	511.843	1,38	México	29.968	0,2
Peru	509.809	1,37	França	8.730	0,1
Demais países	6.237.343	16,8	Demais países	23.928	0,2
Total	37.205.431	100	Total	14.276.693	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

6.3 Empresas e Empregos

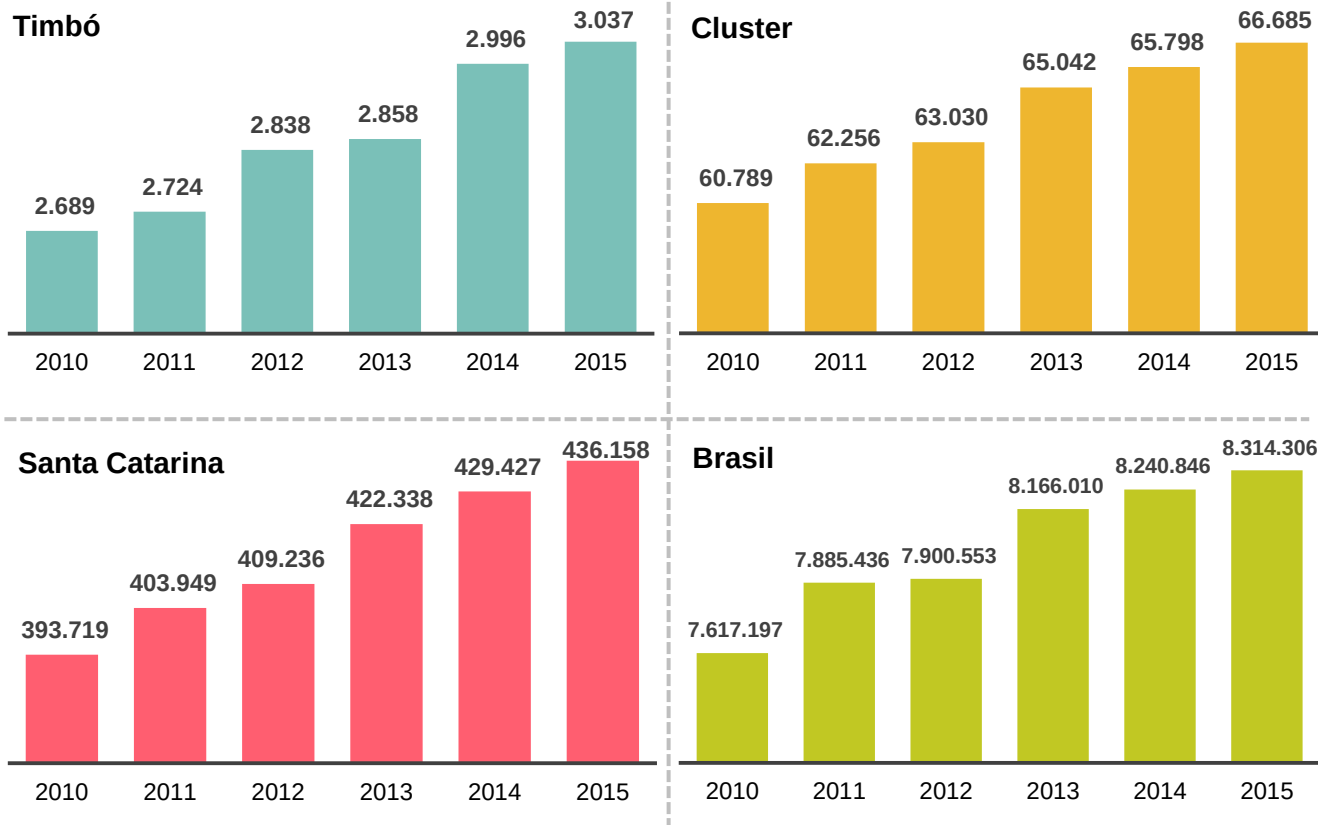
No que diz respeito ao estoque de empresas e empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos a 2015, Timbó contava com 3.037 estabelecimentos que totalizavam 16.372 empregos formais. Em 2015, as empresas de micro e pequeno porte representavam 98,9% dos negócios do município. As MPE foram responsáveis por 56,1% dos postos formais de trabalho.

Entre 2010 e 2015, o estoque de empresas registrou uma taxa média anual de crescimento de 2,5% ao ano, resultando no incremento de 348 empresas em relação ao primeiro ano. Nesse período, a evolução do número de empregos formais registrou uma taxa média de 0,5% ao ano, que significou a agregação de 420 novos postos formais de trabalho.

As páginas a seguir apresentam comparativos a respeito da variação e perfil do estoque de empresas e empregos do município.



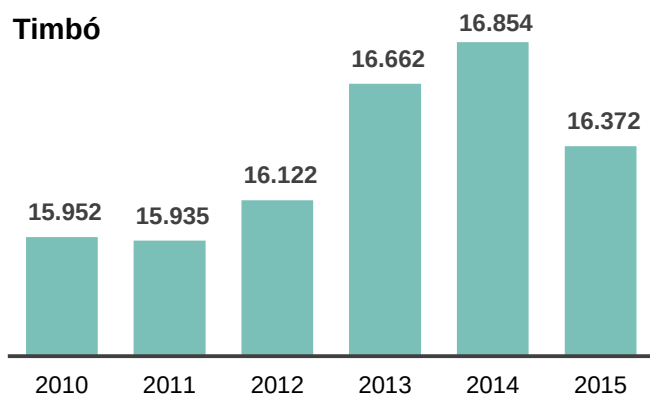
Variação do estoque de empresas



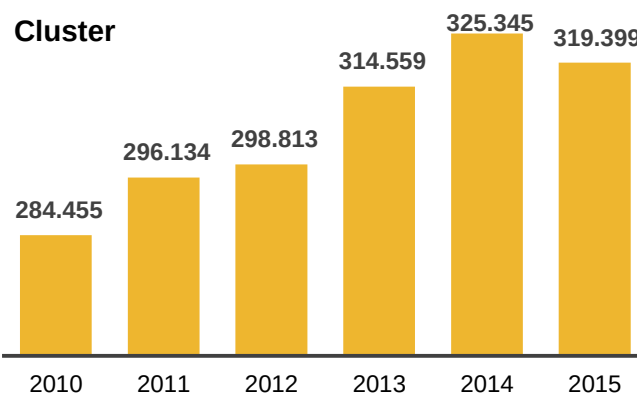
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Variação do estoque de empregos

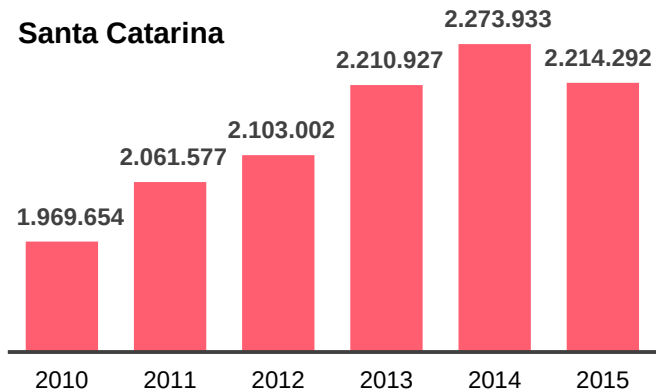
Timbó



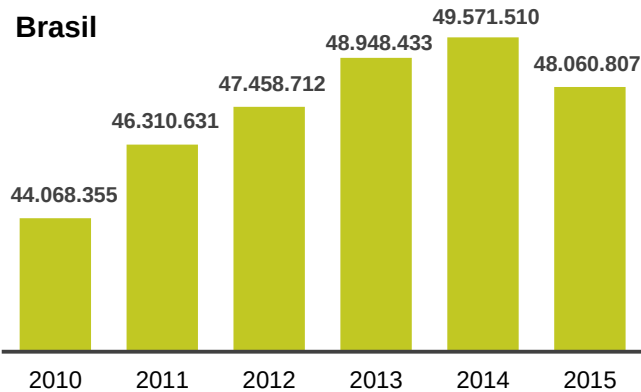
Cluster



Santa Catarina

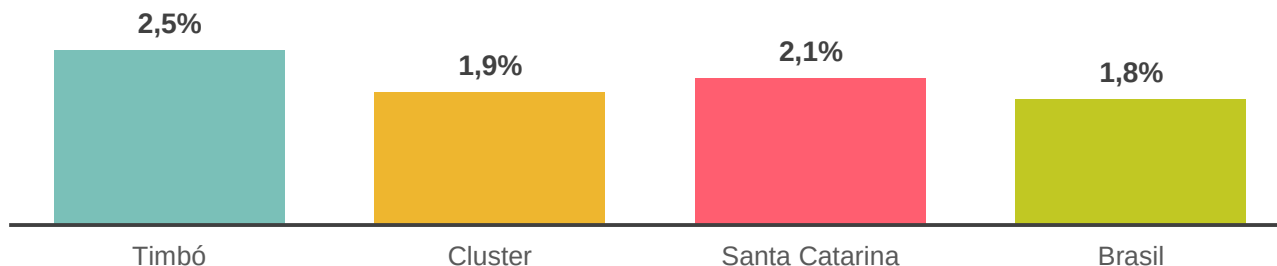


Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento do estoque de empresas - 2010/2015



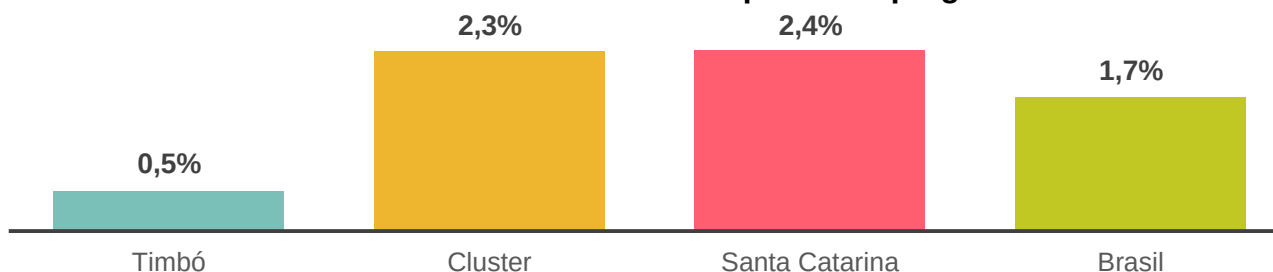
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento e variação absoluta do estoque de empresas dos municípios do Cluster - 2015/2010

Ranking estadual (Taxa média anual de crescimento 2015/2010)		Ranking estadual (Crescimento absoluto 2015/2010)	
Araranguá (117º)	2,2%	Araranguá (18º)	432
Concórdia (93º)	2,6%	Concórdia (14º)	682
Gaspar (124º)	1,9%	Gaspar (20º)	387
Indaial (169º)	1,0%	Indaial (49º)	196
Itapema (74º)	3,2%	Itapema (12º)	712
Joaçaba (240º)	-0,6%	Joaçaba (288º)	-96
Lages (200º)	0,5%	Lages (46º)	204
Palhoça (20º)	5,8%	Palhoça (6º)	2.043
Pomerode (135º)	1,7%	Pomerode (56º)	150
São Bento do Sul (164º)	1,2%	São Bento do Sul (28º)	285
São Francisco do Sul (130º)	1,8%	São Francisco do Sul (43º)	220
São Miguel do Oeste (127º)	1,9%	São Miguel do Oeste (33º)	269
Timbó (99º)	2,5%	Timbó (23º)	348
Videira (250º)	-1,0%	Videira (294º)	-168
Xanxerê (163º)	1,2%	Xanxerê (38º)	232

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento do estoque de empregos - 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento e variação absoluta do estoque de empregos dos municípios do Cluster - 2015/2010

Ranking estadual (Taxa média anual de crescimento 2015/2010)		Ranking estadual (Crescimento absoluto 2015/2010)	
Araranguá (206º)	2,0%	Araranguá (37º)	1.393
Concórdia (219º)	1,7%	Concórdia (21º)	2.290
Gaspar (265º)	0,3%	Gaspar (118º)	287
Indaial (252º)	0,7%	Indaial (60º)	846
Itapema (51º)	5,9%	Itapema (13º)	3.751
Joaçaba (144º)	3,3%	Joaçaba (15º)	2.731
Lages (171º)	2,6%	Lages (10º)	5.132
Palhoça (77º)	4,9%	Palhoça (6º)	8.087
Pomerode (209º)	1,9%	Pomerode (41º)	1.224
São Bento do Sul (229º)	1,5%	São Bento do Sul (24º)	2.029
São Francisco do Sul (153º)	3,0%	São Francisco do Sul (31º)	1.583
São Miguel do Oeste (83º)	4,8%	São Miguel do Oeste (14º)	2.755
Timbó (258º)	0,5%	Timbó (90º)	420
Videira (250º)	0,8%	Videira (63º)	779
Xanxerê (181º)	2,4%	Xanxerê (30º)	1.637

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Estoque de empresas, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – Timbó – 2010/2015

Atividades econômicas	Empresas 2010	Empresas 2015	Δ (%) acum. 2015/2010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	20	20	0,0
Indústrias extrativas	2	3	50,0
Indústrias de transformação	733	787	7,4
Eletricidade e gás	-	-	0,0
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	5	10	100,0
Construção	72	143	98,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	914	941	3,0
Transporte, armazenagem e correio	61	65	6,6
Alojamento e alimentação	165	159	-3,6
Informação e comunicação	41	54	31,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	46	54	17,4
Atividades imobiliárias	36	62	72,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	98	130	32,7
Atividades administrativas e serviços complementares	132	190	43,9
Administração pública, defesa e seguridade social	11	12	9,1
Educação	35	46	31,4
Saúde humana e serviços sociais	75	106	41,3
Artes, cultura, esporte e recreação	40	50	25,0
Outras atividades de serviços	198	204	3,0
Serviços domésticos	5	1	-80,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Total	2.689	3.037	12,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Estoque de empregos, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – Timbó – 2010/2015

Atividades econômicas	Empregos 2010	Empregos 2015	Δ (%) acum. 2015/2010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	78	84	7,7
Indústrias extrativas	10	11	10,0
Indústrias de transformação	10.218	9.460	-7,4
Eleticidade e gás	-	-	0,0
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	23	11	-52,2
Construção	279	363	30,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2.365	2.726	15,3
Transporte, armazenagem e correio	127	215	69,3
Alojamento e alimentação	387	416	7,5
Informação e comunicação	113	269	138,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	129	231	79,1
Atividades imobiliárias	37	52	40,5
Atividades profissionais, científicas e técnicas	169	286	69,2
Atividades administrativas e serviços complementares	239	201	-15,9
Administração pública, defesa e seguridade social	1.121	1.165	3,9
Educação	139	218	56,8
Saúde humana e serviços sociais	314	381	21,3
Artes, cultura, esporte e recreação	26	74	184,6
Outras atividades de serviços	171	208	21,6
Serviços domésticos	7	1	-85,7
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Total	15.952	16.372	2,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

As tabelas a seguir apresentam, respectivamente, a configuração do estoque de empresas e empregos do município para o ano de 2015, segundo o porte e perfil setorial.

Perfil do estoque de empresas e empregos, segundo o porte – Timbó – 2015				
Porte	Empresas		Empregos	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Microempresas	2.809	92,5%	4.524	27,6%
Pequenas empresas	194	6,4%	4.655	28,4%
Médias empresas	28	0,9%	4.785	29,2%
Grandes empresas	6	0,2%	2.408	14,7%
Total	3.037	100,0%	16.372	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Perfil do estoque de empresas e empregos, segundo o setor de atuação – Timbó – 2015				
Setor	Empresas		Empregos	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Agropecuário	20	0,7%	84	0,5%
Industrial	943	31,1%	9.845	60,1%
Comercial	941	31,0%	2.726	16,7%
Prestação de serviços	1.133	37,3%	3.717	22,7%
Total	3.037	100,0%	16.372	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial, em Reais, segundo o gênero e seções de atividades econômicas – Timbó – 2015

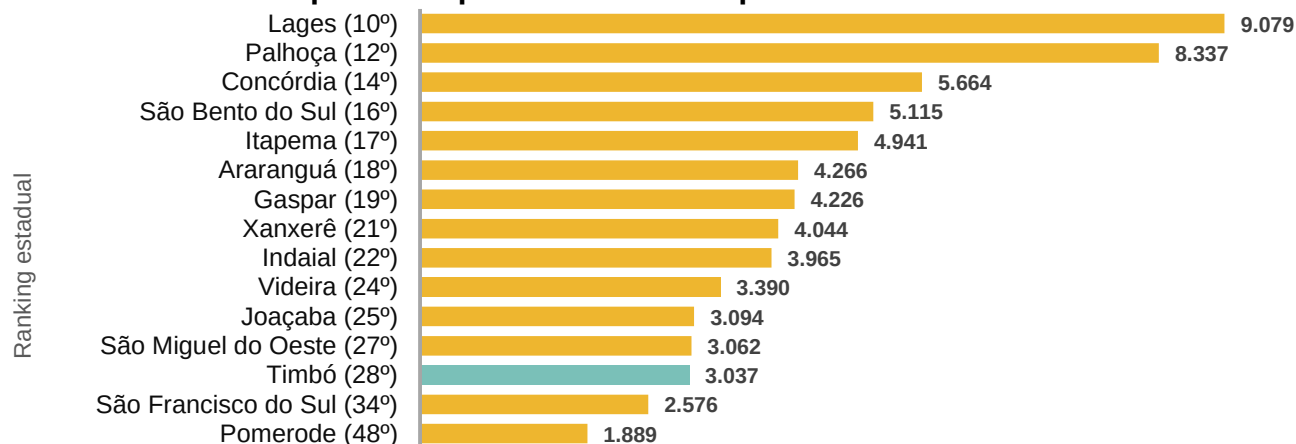
Atividades econômicas	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	Média (R\$)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.340	1.207	1.318
Indústrias extrativas	2.171	1.099	2.074
Indústrias de transformação	2.296	1.504	1.985
Eletricidade e gás	-	-	-
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	1.093	997	1.058
Construção	1.467	1.474	1.468
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1.856	1.524	1.702
Transporte, armazenagem e correio	2.067	1.783	2.036
Alojamento e alimentação	1.557	1.335	1.399
Informação e comunicação	2.271	1.703	2.107
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6.304	3.421	4.781
Atividades imobiliárias	1.565	1.496	1.528
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.664	1.808	1.746
Atividades administrativas e serviços complementares	1.439	1.292	1.339
Administração pública, defesa e seguridade social	2.617	2.430	2.498
Educação	1.967	1.364	1.610
Saúde humana e serviços sociais	2.267	1.696	1.763
Artes, cultura, esporte e recreação	1.584	1.346	1.478
Outras atividades de serviços	1.857	1.599	1.690
Serviços domésticos	-	1.113	1.113
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-
Total	2.208	1.640	1.956

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Os gráficos a seguir apresentam comparativos do estoque de empresas e empregos para os municípios do cluster.

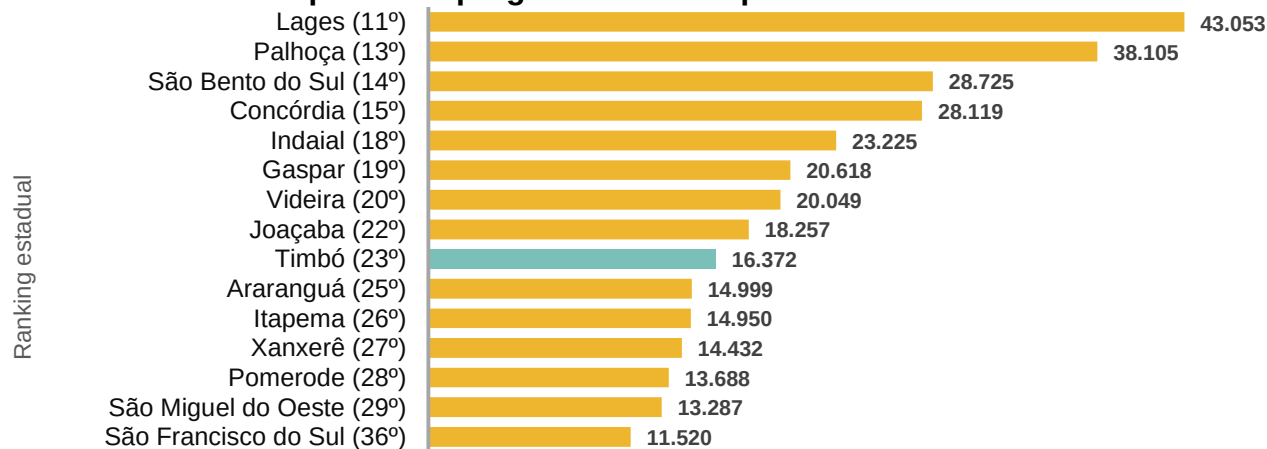


Estoque de empresas dos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Estoque de empregos dos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Movimentação do mercado de trabalho formal em Timbó – saldo de admitidos e desligados



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – Dec. 76.900/75.

6.4 Microempreendedor Individual – MEI

Em fevereiro de 2017, o município de Timbó possuía 1.873 microempreendedores individuais, destes, 48,9% eram do sexo masculino e 51,1% feminino. A próxima tabela apresenta o número de registros de MEI segundo as seções de atividades econômicas da CNAE.

Número de microempreendedores individuais (MEI) em Timbó, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – fevereiro/2017

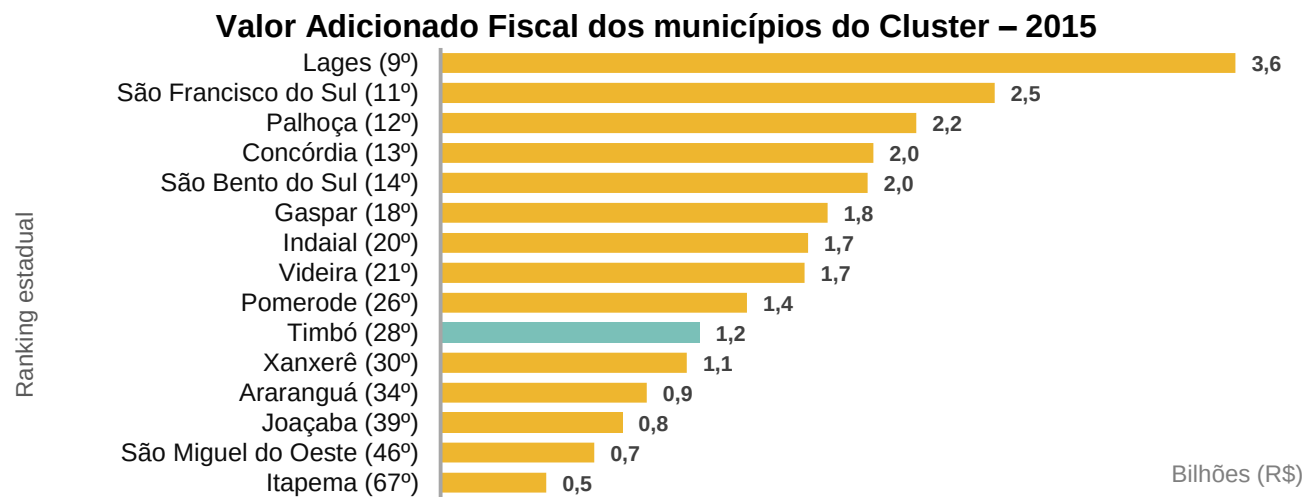
Atividades econômicas	Quantidade	Participação (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	0,1%
Indústrias extrativas	-	0,0%
Indústrias de transformação	451	24,1%
Eletricidade e gás	-	0,0%
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	7	0,4%
Construção	254	13,6%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	402	21,5%
Transporte, armazenagem e correio	59	3,2%
Alojamento e alimentação	124	6,6%
Informação e comunicação	23	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	0,0%
Atividades imobiliárias	-	0,0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	86	4,6%
Atividades administrativas e serviços complementares	140	7,5%
Administração pública, defesa e seguridade social	-	0,0%
Educação	66	3,5%
Saúde humana e serviços sociais	-	0,0%
Artes, cultura, esporte e recreação	24	1,3%
Outras atividades de serviços	225	12,0%
Serviços domésticos	11	0,6%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0,0%
Total	1.873	100,0%

Fonte: Sebrae/SC – Cadastro de Microempreendedores Individuais – fev.2017.

6.5 Valor Adicionado Fiscal - VAF

Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Timbó, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – 2010/2015			
Atividades econômicas	2010 (Reais)	2015 (Reais)	Δ (%) 2015/2010
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	4.523.692	9.646.687	113,2
Indústrias extrativas	215.705	35.134	-83,7
Indústrias de transformação	539.934.845	832.015.590	54,1
Eleticidade e gás	46.892.813	59.676.897	27,3
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	318.635	-	-100,0
Construção	24.192	667.192	2.657,9
Com. e reparação de veículos automotores e motocicletas	124.199.920	201.293.460	62,1
Transporte, armazenagem e correio	22.401.907	36.218.788	61,7
Alojamento e alimentação	9.328.675	11.151.561	19,5
Informação e comunicação	27.201.308	30.807.360	13,3
Atividades financeiras, de seguros e serv. relacionados	-	-	0,0
Atividades imobiliárias	-	-	0,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	209.229	37.173	-82,2
Atividades administrativas e serviços complementares	1.643.977	525.346	-68,0
Administração pública, defesa e seguridade social	-	-	0,0
Educação	44.663	215.609	382,7
Saúde humana e serviços sociais	-	-	0,0
Artes, cultura, esporte e recreação	86.142	84.626	-1,8
Outras atividades de serviços	631.240	858.251	36,0
Serviços domésticos	-	-	0,0
Org. internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Não classificado	-	23.069	0,0
Total	777.656.943	1.183.256.743	52,2

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal 2015.



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal 2015.

A próxima tabela apresenta para o ano de 2015 a representatividade do volume de empresas, empregos e valor adicionado fiscal.

Representatividade das atividades econômicas de Timbó, segundo o estoque de empresas, empregos e montante apurado pelo VAF – 2015

Atividades econômicas	Empresas	Empregos	VAF
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	0,7%	0,5%	0,8%
Indústrias extrativas	0,1%	0,1%	0,0%
Indústrias de transformação	25,9%	57,8%	70,3%
Eletricidade e gás	0,0%	0,0%	5,0%
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	0,3%	0,1%	0,0%
Construção	4,7%	2,2%	0,1%
Com. e reparação de veículos automotores e motocicletas	31,0%	16,7%	17,0%
Transporte, armazenagem e correio	2,1%	1,3%	3,1%
Alojamento e alimentação	5,2%	2,5%	0,9%
Informação e comunicação	1,8%	1,6%	2,6%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,8%	1,4%	0,0%
Atividades imobiliárias	2,0%	0,3%	0,0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4,3%	1,7%	0,0%
Atividades administrativas e serviços complementares	6,3%	1,2%	0,0%
Administração pública, defesa e seguridade social	0,4%	7,1%	0,0%
Educação	1,5%	1,3%	0,0%
Saúde humana e serviços sociais	3,5%	2,3%	0,0%
Artes, cultura, esporte e recreação	1,6%	0,5%	0,0%
Outras atividades de serviços	6,7%	1,3%	0,1%
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,0%
Org. internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%
Não classificado	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

7 ANÁLISE DO SETOR PRIMÁRIO

Em complemento aos levantamentos apresentados, esta parte do estudo visa a caracterização do setor primário – agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – de Timbó.

Conforme apresentado no capítulo anterior, em 2014, este setor respondeu por 0,5% do PIB municipal. Participação que alcança 0,7% se descontada a parcela do valor adicionado bruto ligada à administração pública e impostos.

Dados de 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego apontam para a existência de 20 empresas e 84 empregos formais no município. Sobre estes números, vale ponderar a perspectiva de um menor nível de formalização do setor, aspecto que é reforçado por números do IBGE – relativos ao Censo Agropecuário de 2006 – que trazem o indicativo de um total de 522 estabelecimentos agropecuários⁷ e de 1.132 pessoas ocupadas na atividade agropecuária de Timbó. Números que permitem inferir a respeito da possibilidade de que uma parte significativa dos produtores rurais do município tenham seus negócios à margem da formalização, ou mesmo, associados à cooperativas e sistemas integrados de produção.

Em adição ao levantamento do quantitativo de estabelecimentos agropecuários, empresas e empregos, fez-se conveniente o delineamento de um referencial a respeito de quais itens do setor primário de Timbó se configuram entre os mais estratégicos para a dinâmica econômica do município. Este referencial, conforme descrito na metodologia empregada para a elaboração deste estudo baseou-se em dados do IBGE referentes à produção e movimentação econômica – agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola e na correlação com outros indicadores financeiros, entre eles, o valor adicionado bruto e fiscal.

⁷ Estabelecimento Agropecuário, segundo o IBGE, é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, subordinadas a uma única administração (do produtor ou de um administrador), independentemente de tamanho, forma jurídica, situação (urbana ou rural) ou finalidade da produção (subsistência ou mercado).

Em termos produtivos, Timbó destaca-se na criação de tilápias e no cultivo de mandioca, respectivamente, a 10ª e a 37ª produção estadual. No que diz respeito à movimentação econômica, os itens mais representativos para o município são: a criação de tilápias, o cultivo de arroz e a produção leiteira.



Aquicultura - tilápias

10ª produção estadual.

Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 3,5 milhões.



Cultivo de arroz

O município detém a 46ª produção estadual.

Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 3,4 milhões.



Leite de vaca

216ª produção estadual.

Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 2,7 milhões.

Principais itens de produção do setor agropecuário de Timbó.

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

As tabelas a seguir apresentam dados relativos a produção e movimentação econômica destes e dos demais itens da pauta agropecuária de Timbó.

Produção e movimentação econômica da lavoura permanente em Timbó - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida (toneladas)	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Banana (cachos)	480	0,1	36º de 89 B	202	31,7
Laranja	32	0,1	150º de 159 C	3	0,5
Palmito	125	0,5	25º de 40 C	338	53,1
Tangerina	86	0,7	26º de 72 B	54	8,5
Uva	30	0,0	157º de 195 C	40	6,3
Total				637	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Produção e movimentação econômica da lavoura temporária em Timbó - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida (toneladas)	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Arroz (em casca)	5.600	0,5	46º de 149 B	3.360	75,2
Cana-de-açúcar	1.000	0,3	76º de 126 C	173	3,9
Mandioca	2.800	0,7	37º de 248 A	829	18,6
Milho (em grão)	324	0,0	251º de 275 C	107	2,4
Total				4.469	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Produção e movimentação econômica da pecuária em Timbó - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Aquicultura - carpa ¹	23.000	0,4	81º de 224 B	150	2,3
Aquicultura - tilápia ¹	588.000	2,3	10º de 241 A	3.528	53,2
Bovinos ²	4.483	0,1	263º de 295 C	...	...
Codornas ²	20	0,0	109º de 131 C	...	...
Galináceos - galinhas ²	11.550	0,1	133º de 294 B	...	...
Galináceos - total ²	48.668	0,0	203º de 295 C	...	...
Leite de vaca ³	1.906	0,1	216º de 294 C	2.669	40,2
Mel de abelha ¹	2.500	0,1	184º de 276 C	43	0,6
Ovos de galinha ⁴	128	0,1	129º de 294 B	244	3,7
Suínos - total ²	3.710	0,1	165º de 294 C	..	...
Suínos - matrizes ²	562	0,1	126º de 258 B	...	...
Total				6.634	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Nota: Unidades das quantidades produzidas – (1) kg; (2) cabeças; (3) mil litros; (4) mil dúzias.

Produção e movimentação econômica da extração vegetal e silvicultura em Timbó - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Carvão vegetal de eucalipto ¹	27	0,3	39º de 55 C	32	10,4
Lenha de eucalipto ²	3.800	0,1	184º de 212 C	110	35,6
Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose ²	100	0,0	54º de 55 C	7	2,3
Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades ²	2.100	0,1	111º de 167 C	160	51,8
Total				309	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Nota: Unidades das quantidades produzidas – (1) tonelada; (2) metro cúbico.

8 SEGMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS

Com base na metodologia adotada foram selecionados cinco segmentos econômicos considerados estratégicos do ponto de vista de sua importância em relação ao volume de empresas, empregos e valor adicionado. Tais segmentos são apresentados nas tabelas a seguir, em conformidade à sequência dos códigos de atividades econômica da CNAE, ou seja, não estabelecem uma hierarquia de relevância entre eles.

Têxtil e Confecção



Segundo o MTE, em 2015, o município contava com 363 empresas e 2.760 empregos formais. A atividade representava 15,7% do valor adicionado fiscal (R\$ 186,3 milhões). O segmento está assim configurado.

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
Têxtil:	44.327.223	47	636
- Preparação e fiação de fibras têxteis	18.295.690	9	271
- Fabricação de tecidos de malha	18.425.224	5	157
- Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	6.405.604	26	174
- Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	1.200.705	7	34
Confecção:	141.992.541	316	2.124
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios	141.205.376	307	2.073
- Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	787.165	9	51

** A atividade de fabricação de produtos têxteis possui 20 MEIs e a de confecção de artigos do vestuário e acessórios 228 Mês.*

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Fabricação de produtos cerâmicos



Segundo o MTE, em 2015, o município contava com 10 empresas e 367 empregos formais. A atividade representava 2,5% do valor adicionado fiscal (R\$ 29,4 milhões).

Destaque do setor:

A fabricação de produtos cerâmicos não-refratários (CNAE 23494-99) possui 3 empresas e um total de 339 empregos de carteira assinada.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos



De acordo com dados do MTE, em 2015, o município com contava 88 empresas que respondiam por 929 empregos formais. A atividade representava 6% do VAF (R\$ 70,7 milhões).

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
- Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada	1.389.631	13	35
- Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais	16.182.316	25	91
- Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas	1.358.372	15	65
- Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	51.786.835	35	738

** A atividade possui 34 microempreendedores individuais.*

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Eletrometalmeccânico



Segundo o MTE, em 2015, o município contava com 49 empresas e 2.760 empregos formais. A atividade representava 34,4% do valor adicionado fiscal (R\$ 404,8 milhões). O segmento está assim configurado.

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
Fabr. de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	266.478.759	13	1.357
- Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	54.088.138	2	376
- Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	13.333.768	5	138
- Fabricação de eletrodomésticos	198.903.452	4	836
- Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	153.402	2	7
Fabricação de máquinas e equipamentos	138.342.292	36	1.403
- Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	29.270.614	10	276
- Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária	103.120.272	3	989
- Fabricação de máquinas ferramenta	646.520	1	1
- Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção	232.333	2	1
- Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico	5.072.553	20	136

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Comércio varejista



Segundo o MTE, em 2015, o município contava com 613 empresas e 2.043 empregos formais. A atividade representava 10% do valor adicionado fiscal (R\$ 118,1 milhões). O segmento está assim configurado:

Comércio varejista:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
... não especializado	43.762.926	53	593
... de produtos alimentícios, bebidas e fumo	4.440.186	53	104
... de combustíveis para veículos automotores	10.446.072	13	125
... de material de construção	16.340.180	82	371
... de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos	12.759.961	108	280
... de artigos culturais, recreativos e esportivos	4.639.336	41	89
... de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos	9.486.316	40	127
... de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	16.269.005	223	354
- Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	-	-	-

** O comércio varejista conta com 301 microempreendedores individuais.*

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Conforme apresentado inicialmente, a resultante deste estudo se constitui em um primeiro passo para o futuro estabelecimento de ações convergentes para a organização, capacitação e fortalecimento de atividades econômicas estratégicas. Tornando imprescindível a reunião dos diversos agentes locais de desenvolvimento, para a complementação, validação e desdobramento desse estudo em planos de ações orientados para a promoção do desenvolvimento do município.



METODOLOGIA

Conforme apontado anteriormente, a elaboração deste estudo socioeconômico fundamentou-se na coleta, análise e tratamento de dados secundários extraídos de fontes oficiais disponibilizadas por representações do Governo Estadual e Federal.

De modo análogo aos tradicionais estudos desta natureza, *Timbó em Números* igualmente oferece um compêndio de informações, dados estatísticos e indicadores confiáveis e representativos. De modo singular, este estudo traz um especial enfoque para o estabelecimento de comparativos que visam apoiar o leitor na ponderação da *performance* de seu município frente a outros recortes territoriais.

Conforme será possível constatar no decorrer do estudo, buscou-se, sempre que possível e conveniente, o estabelecimento de comparativos do município, frente ao agregado estadual, nacional e de um grupo de municípios catarinenses tidos como de “características semelhantes”, aos quais, denominamos de *cluster*.

O emprego da figura do *cluster* visa fornecer ao leitor um referencial para a comparação dos dados e indicadores. O *cluster* foi representado por um conjunto de 15 municípios catarinenses, o equivalente a 5% dos municípios de Santa Catarina, incluindo o município em análise, congregados por apresentarem semelhança quando realizada a avaliação de um conjunto de 10 variáveis⁸.

Com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos das gestões municipais e respectivos planos de desenvolvimento econômico, foram consideradas variáveis que permeiam aspectos demográficos, sociais, econômicos e relativos às finanças públicas. Deste modo, foram contemplados fatores como desenvolvimento humano, renda, aspectos demográficos, potencial de consumo, indicadores de produção e agregação de valor e receita tributária municipal, formando assim o conjunto de análise para formação dos *clusters*.

⁸ Constituíram as 10 variáveis de análise: população (2016); IDHM (2010); domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita – urbana (2010); valor do rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2010); Produto Interno Bruto (2014); Valor Adicionado Fiscal (2015); estoque de empresas (2015); estoque de empregos (2015); potencial de consumo (2017); e, receita tributária (2015).

As variáveis sociais estão concentradas nos aspectos tamanho da população, qualidade de vida e indicadores referentes à população urbana, visando desta forma aglutinar municípios que tenham contingente populacional semelhante, com características urbanas e de qualidade de vida próximas. As variáveis econômicas concentram-se em aspectos produtivos e de consumo, por sua vez, no quesito finanças públicas avaliou-se o montante tributário – ISSQN, IPTU, IRRF, ITBI, ITR e Taxas e Contribuições de Melhoria – arrecadado no município, objetivando adensar municípios com capacidade de investimento semelhantes.

Cabe destacar que para formação dos *clusters*, em geral, foram utilizados indicadores absolutos (valores absolutos registrados num determinado espaço), pois entende-se que indicadores relativos (indicadores que resultam da relação entre valores absolutos e população em análise em determinado espaço) devem ser utilizados para avaliar mais profundamente as diferenças entre os municípios que formarão os *clusters*. Ou seja, a utilização dos valores absolutos permite identificar semelhanças entre municípios para formação do agrupamento, enquanto a análise dos indicadores relativos permitirá identificar as diferenças ou discrepâncias dentro de um mesmo cluster.

Os *clusters* foram definidos em faixas (bandas) flutuantes, permitindo que cada município em análise possa ter seus indicadores comparados com o seu conjunto específico de municípios. Para o caso específico deste estudo, além de Timbó, o *cluster* compreende os seguintes municípios: Araranguá, Concórdia, Gaspar, Indaial, Itapema, Joaçaba, Lages, Palhoça, Pomerode, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê.

Outro enfoque especial deste estudo foi atribuído à caracterização da dinâmica econômica municipal, sobre a qual, consideraram-se variáveis como: produto interno bruto, balança comercial, estoque de empresas e empregos, valor adicionado fiscal⁹ e o número de microempreendedores individuais.

⁹ Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Na contabilidade pública e de acordo com o Art. 3º, parágrafo 1º, da Lei Complementar Federal nº 63/90, para efeito do cálculo do Fundo de Participação dos Municípios o valor adicionado corresponderá, para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.

Sobre as variáveis relacionadas a empresas, empregos e valor adicionado fiscal (VAF), realizou-se uma análise com vistas à identificação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal. Essa análise levou em consideração os códigos de atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, implementada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), um órgão colegiado do Ministério do Planejamento e Orçamento e, a forma de disponibilização dos dados publicados pelos órgãos responsáveis pela elaboração das estatísticas de empresas, empregos e valor adicionado fiscal.

Os dados relativos a empresas e empregos foram coletados junto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecida anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As informações coletadas recebem tratamento estatístico do MTE e permitem análises relativas aos estabelecimentos (localização, atividade econômica, tamanho etc.) e aos empregados (idade, remuneração, grau de instrução etc.). Esses dados seguem a estrutura da CNAE 2.0, a qual está organizada em 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 674 classes e 1.301 subclasses.

Por sua vez, os números relativos ao valor adicionado fiscal foram extraídos junto ao portal da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEFAZ), sendo os mesmos, disponibilizados em conformidade aos 285 grupos da CNAE 2.0.

Visando estabelecer uma adequada padronização para a determinação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal, as análises envolvendo empresas, empregos e valor adicionado foram realizadas com base nos Grupos da CNAE 2.0, maior nível de desagregação disponível para o valor adicionado.

A partir da quantificação do volume de empresas, empregos e do valor adicionado, iniciou-se a avaliação das principais atividades econômicas estabelecidas no município. Para isso, três critérios foram considerados, o quociente locacional, a representatividade percentual das atividades e a taxa média anual de crescimento dos últimos seis anos das variáveis: empresas, empregos e valor adicionado.

O quociente locacional – QL – consiste em um indicador largamente adotado, tanto na literatura de economia regional, como em estudos destinados a ações governamentais,



principalmente em âmbito estadual. É adequado para regiões de porte médio, nas quais os resultados obtidos são coerentes, pois para regiões menores ou maiores, os resultados são distorcidos, dado que:

- Em uma região de pequeno porte, a presença de uma única empresa de porte considerável produz um indicador alto para o setor em que atua, sem que haja uma concentração de empresas conforme a conceituação de *cluster*;
- Em uma região de grande porte, dada a grande capacidade produtiva instalada, mesmo que haja uma concentração industrial importante em determinado setor, o QL resultante pode ser baixo.

O objetivo do quociente locacional é comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Assim, o quociente é dado pela razão entre a atividade produtiva em estudo e a atividade produtiva de referência. Para o presente estudo, a unidade de referência adotada utilizou-se dos indicativos de empresas, empregos e valor adicionado de Santa Catarina. O QL foi calculado conforme é apresentado a seguir.

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{i.}}}{\frac{E_{.j}}{E_{..}}} = \text{Quociente locacional do setor } i \text{ na região } j;$$

onde: E_{ij} = empresas no setor i da região j ;

$E_{i.} = \sum_i E_{ij}$ = empresas em todos os setores da região j ;

$E_{.j} = \sum_j E_{ij}$ = empresas no setor i em todas as regiões;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = empresas em todos os setores de todas as regiões.

Em termos simplificados, se o valor do quociente locacional for menor do que um, a atividade econômica é menos concentrada - na região ou município - do que na unidade de referência, neste caso, Santa Catarina. Se for maior do que um, a atividade econômica é mais concentrada - na região ou município - do que na unidade de referência.

A representatividade percentual considerou o quanto cada atividade econômica importava para o município, tomando por referência o ano de 2015 para empresas e empregos e valor adicionado fiscal. Esta data base foi igualmente utilizada para efeito de cálculo do quociente locacional.

Para apoiar na identificação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão nos municípios fez-se necessário uma prévia exclusão de um conjunto de atividades¹⁰ – representadas por segmentos industriais de utilidade pública, administração pública propriamente dita, serviços mais diretamente associados a representações governamentais e ainda, outras atividades consideradas de menor aderência em relação ao campo de atuação do Sebrae/SC.

Para minimizar as limitações associadas aos critérios utilizados em relação às variáveis, empresas, empregos e valor adicionado, estruturou-se uma matriz de priorização onde foram definidos pesos e pontuações. Essa matriz permitiu minimizar as limitações impostas pela forma de contabilização de cada uma das variáveis e também, estabelecer “parâmetros de corte” adequados ao porte do município.

¹⁰ Atividades excluídas 25 divisões de atividades econômicas da análise. São elas: eletricidade, gás e outras utilidades; captação, tratamento e distribuição de água; esgoto e atividades relacionadas; coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais; descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos; correio e outras atividades de entrega; telecomunicações; atividades de serviços financeiros; seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde; atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde; atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial; pesquisa e desenvolvimento científico; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; atividades de vigilância, segurança e investigação; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; administração pública, defesa e seguridade social; educação; atividades de atenção à saúde humana; atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares; serviços de assistência social sem alojamento; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades de organizações associativas; serviços domésticos; e, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Para a melhor definição dos “parâmetros de corte” adotou-se o conceito de “municípios semelhantes”, um derivativo do Estudo de Clusterização dos Municípios Brasileiros, desenvolvido pela UAMSF – Unidade de Acesso a Mercado e Serviços Financeiros do Sebrae/NA, a partir de informações populacionais, indicadores socioeconômicos e de indicadores de produção e serviços dos 5.570 municípios brasileiros.

Um exemplo prático da contribuição da adoção dos pesos e pontuações dessa matriz se refere à possibilidade da identificação da relevância do segmento primário, onde o nível de formalização se mostra menor. Sendo esta, uma condição bastante observada em municípios de menor porte.

Uma vez identificadas as atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal buscou-se identificar o porte dos estabelecimentos e sua contribuição em relação ao volume de empregos gerados. Para isso, foi adotado como critério de classificação das MPE, o número de trabalhadores ocupados. Optou-se por esse critério em razão de que as informações disponíveis para o enquadramento do porte pelo Simples apresentam limitações para o acesso e adequado tratamento estatístico. Dadas às restrições, o critério adotado para o enquadramento do porte é apresentado a seguir.

Critérios adotados para a delimitação do porte empresarial		
Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 09 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 500 pessoas	Acima de 100 pessoas

Ainda que adotado o critério de enquadramento do porte baseado no número de trabalhadores ocupados, é conveniente mencionar que o mesmo não possui fundamentação

legal. Para fins legais, vale o previsto na legislação do Simples, Lei 123 de 14 de dezembro de 2006.

A título de esclarecimento, o critério de classificação de MPE, por meio da Lei Complementar nº 123, foi alterado em 10 de novembro de 2011 pela Lei Complementar 139, passando a vigorar os seguintes valores:

- I. No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- II. No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

A mesma Lei 138/11 traz a classificação dos Microempreendedores Individuais (MEI), definindo MEI como aquele empreendedor com faturamento anual máximo de R\$ 60.000,00 e até um empregado.

Complementarmente ao trabalho de identificação das atividades econômicas mais relevantes para a economia municipal realizou-se levantamento similar para identificar no setor primário, quais itens produzidos se configuram como relevantes economicamente para o município. Para isso recorreu-se ao IBGE, onde levantou-se dados sobre as seguintes áreas: agricultura temporária e permanente; pecuária e aquicultura; produtos de origem animal; e, extrativismo vegetal e silvicultura.

Uma vez identificada a relevância do segmento primário para a economia municipal, uma nova análise foi realizada para identificar quais atividades agropecuárias se mostravam mais representativas do ponto de vista do valor gerado pela produção, bem como da classificação frente aos demais municípios catarinenses. Essa análise foi fixada às culturas, rebanhos e produtos de origem animal onde Santa Catarina possui ao menos, uma cidade produtora. Esse mapeamento complementar foi realizado tomando por referencial as bases de dados do IBGE relativas a produção agropecuária de 2015.

Cabe ressaltar, no que se refere a produção pecuária, o IBGE não disponibiliza o valor da produção. Diante desta situação, estabeleceu-se como parâmetro para identificação da importância dos produtos da pecuária no município, a quantidade produzida em relação a população em comparação à média de produção por habitantes de Santa Catarina e valor adicionado bruto (VAB) de 2015. Esta medida foi tomada por se ter a compreensão de que o ranking considerando apenas a quantidade produzida não identificava a importância de determinadas produções na economia de município.

Desse modo, as quantidades produzidas dentro de cada item das áreas mencionadas foram avaliadas e comparadas com o montante catarinense. Tal procedimento possibilitou o estabelecimento do ranking em relação à sua produção no setor primário. Para melhor parametrizar a relevância da produção municipal em relação ao cenário estadual tomou-se por referencial o ranking estabelecido e a partir dele adotou-se o “Princípio de Pareto” - difundido na bibliografia como “Distribuição ABC”.

A distribuição ABC foi configurada a partir do número total de municípios catarinenses que alcançaram a unidade mínima de produção definida pelo IBGE, ou seja, onde o registro da quantidade produzida foi diferente de zero. Vale frisar que a metodologia do IBGE atribui zero aos valores dos municípios, onde, por arredondamento, os totais da quantidade produzida não atingem a unidade de medida. O que não necessariamente é sinônimo da inexistência produtiva de um determinado item, mas sim, de uma incipiente produção, segundo os critérios do IBGE.

Dessa forma, a distribuição ABC foi assim estabelecida:

- Classificação A – grupo¹¹ representado pelos 20% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.

¹¹ O grupo A, em valores médios respondeu por 77% da produção agrícola, 73% da pecuária, 79% da produção de produtos de origem animal e 80% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.

- Classificação B – grupo¹² representado pelos 30% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.
- Classificação C – grupo¹³ representado pelos 50% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.

Por fim, considerando que os resultados apresentados neste estudo foram estruturados a partir de estatísticas oriundas de bases de dados secundárias, recomenda-se que, para a utilização desse material em planos de ação para o desenvolvimento municipal, sejam combinadas pesquisas de campo.

Convenções Estatísticas Utilizadas

... Dado numérico não disponível

– Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

¹² O grupo B, em valores médios respondeu por 17% da produção agrícola, 19% da pecuária, 15% da produção de produtos de origem animal e 16% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.

¹³ O grupo C, em valores médios respondeu por 6% da produção agrícola, 8% da pecuária, 6% da produção de produtos de origem animal e 4% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Telefonia Móvel: Estações de Radiobase por Município - 2016**. Brasília: ANATEL, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/ListaEstacoesLocalidade/tela.asp?pNumServico=010>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica: Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC – SISTEC – 2017**. Brasil: MEC, 2017. Disponível em <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - 2016**. Brasília: MS, 2017. Brasília: MS, 2017. Disponível em <<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/cadastros-nacionais/cnes>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira: Municípios - 2016**. Brasília: MDIC, 2017. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família - 2016**. Brasília: MDS, 2017. Disponível em < <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais 2016**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.



_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991-200-2010**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - 2015**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 18 mai. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária - 2015**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 19 mai. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. **Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Brasília: MTE, 2017. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIASC. **Mapa Interativo de Santa Catarina**. Florianópolis: CIASC, 2017. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS. **Mapa da Rede**. Florianópolis: SCGÁS, 2017. Disponível em: <<http://www.scgas.com.br/conteudos/map>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – 2013-2016**. Brasília: FNDE, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/sistemas>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em:



<<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados: Censo da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB – Resultados e metas**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

IPC MARKETING EDITORA. **Índice De Potencial de Consumo 2017**. São Paulo, 2017. CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – BRASIL. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil - 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Valor Adicionado e Índice de Participação – 2010-2015**. Florianópolis: SEFAZ, 2017. Disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/91/Valor_Adicionado_e_%C3%8Dndice_de_participa%C3%A7%C3%A3o_dos_munic%C3%ADpios_no_ICMS>. Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. Florianópolis: **Banco de Dados TABNET**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=259&Itemid=567>. Acesso em: 14 set. 2015. Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2016**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em



<http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabnet_grafico.asp?indicador=Ind_SINASC/IND_SINASC_graf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema de Informações de Mortalidade – SIM - 2016**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em <<http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?inf.def>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Segurança em Números 2016**. Florianópolis: SSP-SC, 2017. Disponível em <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533:seguranca-em-numeros&catid=92&Itemid=241>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Portal Estatístico - 2017**. Florianópolis: SPG, 2017. Disponível em <<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portal/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro –SICONFI- 2013-2015**. Brasília: STN, 2017. Disponível em:<<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=B3GENY9u2dhiL6pHesGzCst+.node3>> Acesso em: 27 jun. 2017.

TIMBÓ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Fundação**. Timbó: PMT, 2017. Disponível em: <<http://www.timbo.sc.gov.br/cidade/fundacao/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE/SC. **Informações dos Municípios**. Florianópolis: TCE/SC, 2017. Disponível em: <<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Brasília: TSE, 2017. Acesso em: 24 abr. 2017.



sebrae.sc/cidadeempreendedora

